

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

TAYNÁ BOAES ANDRADE

**PACTO DE SILÊNCIO: UMA ANÁLISE ACERCA DO ESTUPRO NA
UNIVERSIDADE**

Manaus, 2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

TAYNÁ BOAES ANDRADE

**PACTO DE SILÊNCIO: UMA ANÁLISE ACERCA DO ESTUPRO NA
UNIVERSIDADE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Antropologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Fátima Weiss de Jesus

Coorientadora: Prof^a. Dr^a Flávia Melo da Cunha

Manaus, 2022

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

A553p Andrade, Tayná Boaes
Pacto de silêncio : uma análise acerca do estupro na
universidade / Tayná Boaes Andrade . 2022
110 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Fátima Weiss de Jesus
Coorientadora: Flávia Melo da Cunha
Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade
Federal do Amazonas.

1. Estupro. 2. Universidade. 3. Gênero. 4. Violência. I. Jesus,
Fátima Weiss de. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

Iniciada antes da pandemia de COVID -19, desenvolvida durante e finalizada com as doses da vacina no braço, pontuação contextual que foge às linhas escritas.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas (PPGAS/UFAM) por ter me recebido como discente.

Às minhas orientadoras Fátima Weiss de Jesus e Flávia Melo da Cunha. Sou grata pelo tempo que passaram comigo, laço construído desde a graduação, obrigada pela orientação sempre cuidadosa e gentil, é um privilégio ter sido acolhida como orientanda por duas referências na minha trajetória acadêmica.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por viabilizar o financiamento da pesquisa durante os 24 meses, com a prorrogação de dois meses devido à pandemia de COVID-19.

Ao corpo docente do PPGAS, especialmente Marcia Regina Calderipe Farias Rufino, Sérgio Ivan Gil Braga e Sidney Antônio da Silva. Agradeço à professora Ana Carla dos Santos Bruno por me apresentar a grande antropóloga que foi Zora Neale Hurston durante as aulas da disciplina “Prática de Pesquisa”.

À professora Heloisa Buarque de Almeida pela conversa quando estive em São Paulo, aquele breve momento foi valioso. Às interlocutoras, professoras da Universidade de São Paulo (USP) e Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) que mesmo em meio a uma pandemia gentilmente aceitaram conversar comigo.

Ao professor Fabio Magalhães Candotti, que me acompanha desde os trabalhos de iniciação.

À minha banca, professora Ana Carla dos Santos Bruno e o professor Paulo Victor Leite Lopes por aceitarem o convite para arguição da minha pesquisa, assim como aos membros suplentes.

Às amigas que fiz no PPGAS, especialmente Ianna Paula, Silvia Katherine, Paulo Trindade, Rafaele Queiroz, sou agradecida pelos diálogos e incentivo. Agradeço aos demais colegas pelo apoio coletivo na busca pela finalização desse ciclo.

Às pessoas queridas do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidades e Interseccionalidades (GESECS), um grupo que conseguiu se organizar mesmo durante os tempos sombrios e produziu atividades incríveis.

Ao grupo “Orientandes da profa. Flávia” pelas discussões instigantes durante as reuniões aos sábados, sempre cheios de afeto.

Às amizades que carrego comigo desde a graduação em Ciências Sociais, Beatriz Xavier, Debora Lima, Gabriela Pereira, João Sato, Mirna Danielle, Rafael Gomes, Ramilda Fernandes e Rozana Santos.

Às minhas queridas amigas que a vida me apresentou, Alessandra Matos, Keyze Cristina, Mikaely Mello e Lidyane Querino. É bem como diz a canção do Emicida “Quem tem amigo, tem tudo. Se o poço devorar, ele busca no fundo”, obrigada por não me deixarem afundar.

À minha família, especialmente minha mãe, Kátia Boaes, por garantir que eu finalizasse a escrita da dissertação mesmo com as adversidades, pelo incentivo e demonstração de carinho nos pequenos gestos cotidianos, tenho muito orgulho de ser sua filha. Ao Edmar Andrade, por ser um pai amoroso.

Aos meus irmãos, Caynã, Kauê, Júlia e Pedrinho, sinto uma profunda alegria em ser a irmã mais velha de vocês.

E a Deus, pela graça alcançada. A caminhada é coletiva, socialmente justa e não se desdobra ao ódio.

RESUMO

O presente trabalho visa analisar casos de estupro presentes na universidade, a partir da noção de campo multissituado recorro aos acontecimentos emblemáticos na Universidade de São Paulo (USP) e Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). No intuito de refletir sobre o contexto próximo faço o deslocamento compreendendo a presença do pacto de silêncio produzido na estrutura de poder hierárquico patriarcal que influencia na proteção sistemática de certos sujeitos.

Deste ponto de partida, busca-se tecer privilegiando a perspectiva interseccional, o encaminhamento das denúncias baseado na subjetividade, encadeadas genuinamente nas relações cotidianas. Elencarei os elementos de mobilização coletiva diante da repercussão que travessa o campo físico e virtual como formas de atuação coletiva que se estendem às ações concretas no combate contra violência de gênero no âmbito universitário.

Palavras-chave: Estupro; Universidade; Gênero; Violência; USP; UDESC.

ABSTRACT

The present work aims to analyze cases of rape present in the university, from the notion of multisituated field I resort to the emblematic events at the University of São Paulo (USP) and the State University of Santa Catarina (UDESC). In order to reflect on the nearby context I make the displacement understanding the presence of the pact of silence produced in the hierarchical patriarchal power structure that influences the systematic protection of certain subjects.

From this starting point, I seek to weave, privileging the intersectional perspective, the forwarding of complaints based on subjectivity, genuinely linked in everyday relationships. I will list the elements of collective mobilization before the repercussion that crosses the physical and virtual field as forms of collective action that extend to concrete actions in the fight against gender violence in the university environment.

Key words: Rape; University; Gender; Violence; USP; UDESC.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP)
Associação Atlética Acadêmica Oswaldo Cruz (AAOC)
Associação Atlética Acadêmica Oswaldo Cruz (AAOC)
Boletim de da Ocorrência (BO)
Código de Processo Penal (CPP)
Código Penal Brasileiro (CPB)
Comissão de Combate ao Assédio Moral (CECAM)
Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)
Conselho Regional de Medicina (CRM)
Conselho Universitário (CONSUNI)
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso (DPCAMI)
Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM)
Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM)
Departamento de Antropologia Social (DAN)
Diretoria da Diversidade (DIV)
Encontro Nacional de Antropologia do Direito na Universidade (ENADIR)
Equidade de Gênero através do Conselho Universitário (CONSUNI)
Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP)
Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidades e Interseccionalidades (GESECS)
Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais (IFCHS)
Núcleo de Estudos sobre Marcadores Sociais da Diferença (NUMAS)
Organização das Nações Unidas (ONU)
Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD)
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS)
Proposta de Emenda Constitucional (PEC)
Serviço de Assistência em Saúde Mental (GRAPAL)
Serviço de Atenção à Violência Sexual (SAVS)
Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN)
Universidade Complutense de Madri (UCM)

Universidade de Brasília (UNB)

Universidade de São Paulo (USP)

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC)

Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – O SILÊNCIO.....	16
1.1 As problemáticas e reflexões teórica-metodológicas.....	16
1.2 As pontes construídas: pesquisadora em campo remoto.....	24
1.3 “Há um pacto de silêncio”	27
1.4 “(...) é naturalizado que essas violências ocorram em todos os espaços”	32
1.5 “(...) tem que provar que o crime aconteceu”	39
CAPÍTULO 2 – DO “PACTO DE SILÊNCIO” AOS RUÍDOS.....	47
2.1 “(...) perde a vontade, perde a esperança que aquilo vai melhorar”	47
2.2 “(...) cada um sente de um jeito, cada um percebe de um jeito”	52
2.3 “(...) as pessoas precisam de conforto, acolhimento é a palavra certa”	56
2.4 “(...) se o déspota é esclarecido, tá tudo bem, mas se ele não é, a coisa complica”	63
2.5 “(...) e tem aquele que é o predador”	68
CAPÍTULO 3 – AS ONDAS DE PRESSÃO E OS GRITOS QUE ECOAM.....	74
3.1 “(...) a gente tem um coletivo feminista que é clandestino”	74
3.2 “(...) de vez em quando eu vou nessa coisa dos ‘likes’”	80
3.3 “(...) se você for na internet, por exemplo, você vai ter um mixe de coisas que não são nem ficcionais e nem não-ficcionais, são as duas coisas ao mesmo tempo”	84
3.4 “(...) a metade ficou do lado dele apoiando ele, porque ele é uma liderança e a outra ficou do lado das meninas...”	87
3.5 “(...) a universidade tem que rever os seus processos...”	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
REFERÊNCIAS.....	101
ANEXO.....	111

INTRODUÇÃO

Em uma tarde no final de novembro de 2018 eu acompanhava as apresentações no grupo de trabalho do evento que comemorava os 10 anos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social na Universidade Federal do Amazonas (PPGAS/UFAM), naquela mesma semana eu também faria a apresentação de trabalho que havia submetido, inesperadamente, algumas discentes do próprio PPGAS/UFAM entram na sala e pedem para que permaneça somente aquelas/es que faziam parte do programa. Ainda que eu soubesse que meu nome estava na lista de aprovadas/os da seleção de mestrado, eu ainda não era efetivamente uma aluna do PPGAS/UFAM, na verdade, naquele momento ainda estava finalizando a escrita da monografia.

Assim como as outras pessoas, respeitei o pedido me retirando da sala, ficamos algum tempo esperando e pelo tom urgente nos perguntamos o que havia acontecido, a interrupção foi o suficiente para que nas próximas semanas “o assunto” percorresse os corredores do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais (IFCHS).

“*Vocês ficaram sabendo? Uma aluna do PPGAS foi estuprada!*” é com essas palavras que uma colega das Ciências Sociais anuncia o assunto. Lembro que era uma manhã e aproveitávamos o ensejo do intervalo de uma das aulas da graduação, enquanto tomávamos café na lanchonete as perguntas iam surgindo: “*Quem foi que estuprou? Onde foi? Qual o nome da aluna?*”, mas ainda não sabíamos ao certo o que havia acontecido.

Aos poucos fui percebendo que para um ocorrido tão grave como esse, não se ouvia muito sobre, falava-se muito baixo, toda vez que eu escutava informações sobre o caso, as pessoas envolvidas e o contexto mudavam, mas logo soubemos que se tratava de discentes do PPGAS/UFAM. Durante uma conversa na sala do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidades e Interseccionalidades (GESECS) com a professora Fátima Weiss de Jesus, o assunto surgiu, a atenção girava em torno do caso exposto, senti que havia encontrado o tema da minha dissertação.

Isso porque ao longo da minha trajetória acadêmica, o “ouvir” discutido por Roberto Cardoso de Oliveira (2006) permitiu acessar as pessoas que

compõem essa pesquisa, assim o “olhar” tornou-se atento para que fosse possível “escrever” as interpretações analíticas. Embora não seja esse o objetivo principal, ao longo da minha inserção no mestrado realizei conversas informais com estudantes da UFAM, e isso se tornou fundamental, pois a partir dos casos “distantes” é possível lançar luz ao contexto “próximo”, as conversas expressam a solidão dessas jovens abusadas, a angústia de guardar consigo os acontecimentos. Uma das interlocutoras descreve que:

O abusador era seu orientador de Iniciação Científica, uma pessoa em que tinha muita confiança, dessa forma narra que não conseguiu nos primeiros momentos perceber a sutileza e jogos de reversão de culpa. No primeiro momento eram convites para tomar café, elogios eram sempre feitos, troca de mensagens, mas que tudo isso parecia ser normal de uma relação de orientador e orientanda.

No entanto, os toques nas mãos e nas coxas durante as orientações já pareciam incomodar, ela relata que percebeu algo estranho, mas que pensou que não fosse nada demais e que talvez ela pudesse estar exagerando. Até que os toques começaram a ser frequentes, e durante umas das orientações ele a tocou em outra parte do seu corpo e esse foi o ponto de partida para que ela passasse a evitá-lo a qualquer custo, esse episódio teve influência nas atividades acadêmicas. Drasticamente, de elogios, ele passou a desmotivá-la, alegando que ela possuía características de uma pessoa que desistiria do curso, que só seria mais uma desistente. Na época em que ouvi seu relato, seu abusador estava em evidência, e sua angústia fez com que ela não aguentasse mais e contasse para mim o que houve.

Esse relato exprime que o silenciamento está diretamente relacionado com poder. No caso das instituições universitárias, ser docente, bem relacionado e em posições de poder, blinda determinados sujeitos e torna mais difícil que suas vítimas os denunciem.

As vicissitudes desses abusos ocorridos nesse contexto relacional de orientador e orientanda impelem o entendimento de consentimento imbricado nessas regulações comportamentais, ou seja, os limites entre o consentir e abusar ou violentar. As negociações implícitas nas relações hierárquicas patriarcais que evocam as relações de “assimetria” e “desigualdade” (FERNANDES; RANGEL; DÍAS-BENÍTEZ; ZAMPIROLI, 2020).

A confluência das questões sobre os níveis de violação com as quais eu havia me deparado com a vivência universitária, momentos recorrentes entre conversas com as minhas colegas de turma, desde a graduação e durante o mestrado. De longe, a questão que mais me despertava interesse eram os relatos que evidenciavam a propagação de efeitos que se repetiam: a permanência do agressor e a evasão da vítima.

Foi pensando na prática de violação do corpo e seus aspectos no contexto universitário que decolo do norte do país para situar a pesquisa no eixo Sul e Sudeste. Para responder a essas questões, dirigi-me para Universidade de São Paulo (USP) e Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), para destrinchar os múltiplos encaminhamento dos eventos (DAS, 2020) ¹emblemáticos de estupros, ocorridos respectivamente nos anos de 2015 e 2018.

O fenômeno da produção do silenciamento me levou à proposição do “Pacto de Silêncio” expresso pela antropóloga e professora da USP, Heloísa Buarque de Almeida (2018)², dada essas questões percebo aqui, o pacto de silêncio, como regimes institucionais que reproduzem com fidelidade os acordos masculinos distribuídos nas normativas hierárquicas. Tendo em vista que as instituições de ensino superior são atravessadores da lógica com as nuances dos marcadores sociais da diferença.

Assim, percebemos que não é um fenômeno restrito a um único contexto, abusos e violências que perpassam a modelagem do silenciamento nas universidades são as mesmas que passam em outros âmbitos e são direcionados a qualquer pessoa, especialmente corpos feminilizados, essas são as violências que escorrem. No entanto, para esta dissertação recorreremos aos casos de estupro de mulheres cisgêneras³, enquadrado como violência sexual

¹ Veena Das (2020) escreve: “Começo com uma simples noção de evento como um construto histórico que constitui uma ruptura. Foi esse sentido em que foi usado na controvérsia entre historiadores das décadas de 1960 e 1970 quanto aos méritos de uma história centrada eventos versus história da vida cotidiana. Ao passar pelo texto, espero que seja evidente que a noção de evento se torna analiticamente mais complexa à medida que sua relação com a linguagem e a vida cotidiana começa a se desdobrar” (DAS, 2020, p.21). Assim a noção de “acontecimento” colocado no presente trabalho, adere a mesma noção de “Evento” desenvolvida pela autora.

² COSTANTI, Giovanna. ‘Há um pacto de silêncio’: casos de estupro na USP são subestimados. Carta Capital [online], São Paulo, 30 ago. 2018. Sociedade. Disponível em: [‘Há um pacto de silêncio’: casos de estupro na USP são subestimados - CartaCapital](#). Acesso em: 30 nov. 2018.

³ Segundo B. Aultman, “O termo cisgênero (do latim cis-, que significa ‘do mesmo lado que’) pode ser usado para descrever indivíduos que possuem, desde o nascimento até a vida adulta, os

mais grave pelo ordenamento jurídico, proponho investigar os elementos múltiplos do contingenciamento e normalização da prática violenta e criminal na universidade.

Transversalmente, a continuidade na temática parte do desdobramento dos debates iniciados na minha monografia onde analisei a representação do estupro coletivo na rede social Facebook a partir dos comentários feitos pelos os usuários da rede. De modo que a investigação revelou a alegação de certos discursos a depender de como os ocorridos são ordenados, dado como são colocados os elementos contextuais nas postagens, a legitimação do senso comum é exposta através dos comentários que identificam a representação de vítima, estupro e da punição (ANDRADE, 2019).

Visando reunir aspectos da violação concebida nos espaços variados, que adoto nesta dissertação o tom que subjetiva a apreensão dos relatos de estupro, os caminhos das práticas comuns das pessoas violadas que passam por episódios de violação na universidade e/ou possuindo vínculo institucional. Encontrando procedimentos repletos de significados, as operações nos guiarão no contorno das dinâmicas e manuseio das questões que circundam o estupro na sua descida ao ordinário (DAS, 2020).

Para construir a estrutura dessa dissertação, segui o percurso do encaminhamento da denúncia que foram sendo expostos nas minhas observações e narrativas das interlocutoras, fugindo da concepção de denúncia afirmada somente pela formalizada nos canais legais. Dito isso, no primeiro capítulo “O silêncio” começo as discussões teóricas-metodológicas, apresento os casos da USP e da UDESC e respectivamente faço a reconstrução dos relatos.

No segundo capítulo “Do ‘pacto de silêncio’ aos ruídos” abordo os elementos de uma denúncia anterior que se constrói na informalidade e pode ou

órgãos reprodutivos masculinos e femininos (sexo) típicos da categoria social do homem ou da mulher (sexo) para o qual o indivíduo foi designado ao nascer. Portanto, o sexo de uma pessoa cisgênera está do mesmo lado do sexo atribuído ao nascimento, em contraste com o gênero de uma pessoa transgênero está do outro lado (trans-) de seu sexo atribuído ao nascimento (AULTMAN, 2014, p. 61, tradução minha). No livro Tranfeminismo, a pesquisadora Letícia Nascimento afirma que: “É importante entender que cisgeneridade não é uma marca identitária, não é meramente uma proposta de definição para os corpos não trans. Mais do que isso, é uma categoria analítica usada pelo transfeminismo para questionar os privilégios dos corpos que se entendem dentro de uma perspectiva naturalizante e essencialista de gênero (NASCIMENTO, 2021, p.83)

não chegar nas estruturas legais de formalização. Para retratar a trajetória elenquei três categorias explicativas: Cômplexas, Altibaixo e Dissimétrica.

Por fim, no terceiro capítulo “As ondas de pressão e os gritos que ecoam” abordo as mobilizações coletivas advinda da repercussão dos casos, evidenciando o virtual como campo de atuação que corrobora como ferramenta aliada na visibilidade dos relatos sobre violência na universidade. Concluo discutindo o atravessamento de raça nesse contexto e aproximando a preocupação com essas questões que geram ações coletivas concretas no combate às violências de gênero na universidade.

“*Pacto de silêncio: uma análise acerca do estupro na universidade*” (2022) é uma pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (CAPES), o esforço deste trabalho é amarrar os casos de São Paulo e Santa Catarina, e assim, examinar a partir de contextos diferentes ao meu, a expressa semelhança entre as noções de consentimento, impunidade, morosidade e precarização dos tratamentos desses casos, guiados pelos sistemas hierárquico masculino.

CAPÍTULO 1

O SILÊNCIO

O silêncio expõe o contorno do comportamento daquelas que estiveram envolvidas em casos de violência sexual, sobretudo, o estupro. Ao contrário do que se pode imaginar, o silêncio não exprime a ausência da voz, na verdade, nela é possível ouvir as narrativas da vivência dolorida, como é demonstrado pela antropóloga Veena Das (2020) na longa trajetória pesquisando violência contra as mulheres na sociedade indiana, os silêncios podem ser acessados.

Às vezes tácito ao medo, sólido e eficiente na sua reprodução, o silêncio identificado na universidade, enuncia elementos que nos permite observar o desdobramento no sistema hierárquico que designa através das relações de poder e marcadores sociais da diferença, os sujeitos bens relacionados que produzem padrões de atos violentos.

Nesse primeiro capítulo, descrevemos os casos de estupro na Universidade de São Paulo (USP) e Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), empreguei à elaboração contextual os relatos de Antônia e Berenice. Ao construir o cenário, discorremos as análises amparadas nos conceitos das Ciências Sociais e os percursos empíricos e metodológicos que foram empregadas na construção da dissertação. A partir daqui, apresento as falas das interlocutoras diretas, priorizando o entrelaçamento com as análises desenvolvidas.

1.1 Problemáticas e reflexões teóricas- metodológicas

As formulações empregadas nesta dissertação nascem das trocas cotidianas, tendo a presente vivência nos núcleos de pesquisa, as interações ali concedidas nos despertam o compartilhamento de indagações. A interlocução é a fonte que permeia o escopo da pesquisa, as conversas com a minha orientadora na sala do GESECS trouxeram as preocupações sobre o contexto problemático de violação de corpos feminilizados na universidade.

Como discente em Ciências Sociais da UFAM, universidade amazonense conhecida por localizar-se no maior espaço florestal urbano na cidade de Manaus, ouvi algumas histórias sobre estupros, contava-se sobre as alunas que haviam sido violentadas nas áreas verdes da universidade, geralmente espaços de pouco movimento e iluminação. Criava-se o imaginário do violador desconhecido que puxava as alunas para dentro do “mato”, os conselhos que recebíamos versava sobre como devíamos evitar andar sozinhas pela universidade, da figura conhecida, como os professores e alunos homens da instituição, esperava-se a normalização dos constantes relatos de assédio, sobretudo, pela dificuldade em reconhecer quando somos assediadas, desde os olhares incômodos às insinuações constrangedoras, mensagens não solicitadas e os toques invasivos.

“Agora não pode nem mais paquerar que tudo é assédio, às vezes o cara só não sabe se expressar!” o professor comenta durante a aula da graduação, na ocasião um aluno era acusado de ter assediado uma aluna trans das Ciências Sociais, mas quando o caso de estupro do PPGAS/UFAM veio à tona, a noção de que não importa a ordem da gravidade das violências de gênero, os pares dentro do campus universitário se protegem. As etapas da denúncia demonstram o caminho disruptivo, as vítimas desistem da respectiva formação e os agressores seguem na instituição, a resposta da universidade reproduz suscetíveis cenas indicativas da tentativa contínua de abafar qualquer exposição sobre os acontecimentos.

Todo esse cenário, nos fez pensar os casos de violência sexual que aconteceram na Universidade de São Paulo (USP) envolvendo discentes da faculdade de medicina e o caso da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC) onde um professor foi acusado de violentar sexualmente a orientanda⁴. São casos como esses que envolvem a denúncia de uma mesma violência, que

⁴ No ano de 2019, o projeto Educando para a Diversidade, da Universidade Estadual Paulista (UNESP) em parceria com o Santander Universidade, adaptou a cartilha elaborada pela Universidade Complutense de Madri (UCM). O [“Guia de Prevenção: Assédio sexista/sexual/identidade/expressão de gênero/orientação sexual”](#), o guia apresenta que para situações em que o professor assedia aluna é designado “Vertical Descendente”, já nas situações de assédio entre estudantes, trata-se da relação “Horizontal”. Existe também a relação “Vertical ascendente”, quando o assédio parte de aluno para com professor; aluno para com funcionário e/ou funcionário para com chefe.

encontramos elementos imbuídos à atenção das observações que se complementavam para realização do processo analítico.

A escolha por desenvolver a pesquisa com dois casos semelhantes, mas geograficamente longe da minha localização, não se deu por acaso. A aproximação com esses casos distantes era questionada toda vez que eu apresentava a proposta, mas, alinhada às orientações da minha orientadora Profa. Dra. Fátima Weiss de Jesus e coorientadora Profa. Dra. Flávia Melo da Cunha, o deslocamento para o eixo Sul e Sudeste, agrega e faz sentido quando se trata da abordagem de um tema sensível, tendo em vista o intento de evitar quaisquer desconfortos na tentativa de estabelecer contato com as pessoas envolvidas num caso próximo.

Desta forma, recorro a perspectiva da etnografia multissituada de George Marcus (1995), considerando a observação e movimento que faço entre esses lugares. O autor articula que os fenômenos culturais não se restringem a uma única localidade, esse método de pesquisa possibilita promover perspectivas analíticas abrangentes, a adoção do método satisfaz a busca pela pluralidade das dimensões dos grupos sociais que circulam ainda que em diferentes territórios.

Levando em consideração o contexto pandêmico, o campo multissituado também rompe com noções contenciosas do uso das ferramentas digitais, as antropólogas Beatriz Accioly Lins, Carolina Parreiras e Eliane Tânia de Freitas (2020) ressaltam que:

A partir da digitalização de boa parte de nossas atividades – ou migração para formas remotas de interação, se preferimos – fica patente a necessidade de complexificar nosso entendimento dos muitos usos e das muitas possibilidades oferecidas pela tecnologia e pelo digital (LINS; PARREIRAS; DE FREITAS, 2020, p. 2).

Para tanto, todas as conversas foram intermediadas pelo uso de plataformas virtuais “Google Meet” e “Zoom”, separo a interlocução em duas categorias: direta e indireta. As minhas interlocutoras diretas foram três professoras de universidades públicas que acompanharam os casos que a pesquisa se refere, umas dessas conversas se deu presencialmente, antes da pandemia e duas de forma remota, não passando de uma hora de duração e seguindo o roteiro fluido, ou seja, sem o intuito de seguir a rigor a ordem dos

eixos temáticos (ANEXO I), as duas últimas aparecem ao longo da dissertação como sendo uma única pessoa, escolho não distinguir as falas e manter o anonimato.

As interlocutoras diretas foram acessadas por indicação, em sua maioria pelas minhas orientadoras, o que poderíamos apontar característica do método “Bola de Neve”, seguindo a noção trazida pela Juliana Vinuto (2014) as minhas orientadoras foram as minhas “informantes-chave”, a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para pesquisa dentro da população geral (VINUTO, 2014, p. 203). Todavia, vale ressaltar que durante o isolamento social onde a comunicação ficou restrita às mensagens de texto e chamada de vídeo, tentei estabelecer o contato ao mesmo passo que tentava manter o contato com as minhas possíveis interlocutoras, mas os “imponderáveis da vida real” (MALINOWSKI, 1984) é parte dos “não retornos”, diferentes das “recusas” (SIMPSON, 2014) permeadas por negociações, são as mensagens enviadas por e-mail, Whatsapp e Facebook que eu não tive respostas ou que deixaram de ter.

No meu caso, as tentativas de negociação através de mensagens por vias virtuais, em sua maioria não foram bem sucedidas, sobretudo, quando eu encontrava potenciais interlocutoras no Facebook, mesmo tendo a preocupação de fornecer todas as informações possíveis sobre a pesquisa, constantemente as minhas mensagens eram visualizadas, mas não eram respondidas. Por outro lado, lidar com a ausência dos retornos às minhas mensagens é compensada por outras estratégias, para compreender esse processo é necessário olhar a relação da serendipidade com o trabalho de campo, como aponta Isabelle Rivoal e Noel Salazar (2013) a serendipidade é “amplamente aceita como característica chave (e força) do método etnográfico” (RIVOAL; SALAZAR, 2013, p. 179, tradução minha) e implica saber superar a imprevisão das adversidades aparentes em campo e conseguir olhar através, com sensibilidade e atenção para propor análises eficiente através de abordagens criativas.

Dada essas características, para suplementar as narrativas a fim de tornar mais densa a reconstrução do cenário, o material empírico se estendeu às interlocutoras indiretas, através do relato de Antônia⁵ na série documental “[Rompendo o silêncio](#)”, e Berenice⁶ com a circulação de informação por meio da

⁵ Nome fictício.

⁶ Nome fictício.

divulgação do caso na mídia jornalística conseguimos costurar os retalhos do relato de ambas. Não foi intento descrever de forma fidedigna e minuciosa cada acontecimento, mas proporcionar às/os leitoras/es a recuperação de um fato forjado anteriormente, como nos lembra Veena Das (2020): “Algumas realidades precisam ser ficcionadas antes que possam ser apreendidas” (DAS, 2020, p. 68). Nesse sentido, para a bricolagem dos materiais utilizados (LÉVI-STRAUSS, 1989) consideramos apenas as informações públicas, o exercício de encadear os elementos reiterou o modo interpretativo da ordem social e a subjetividade de sentir as experiências atuantes nas pessoas.

Julguei importante chamar todos os encontros de conversas, visto que a palavra entrevista soava inflexível e rígida. Essa tática me ocorreu quando era perguntada se era uma entrevista, sem pensar muito respondia que se tratava apenas de uma conversa, pude sentir, mesmo que através de uma tela do computador que isso apresentava o tom de flexibilidade, deixando as interlocutoras mais à vontade no que diziam.

As falas foram recortadas pensando na fluidez da leitura, a integralização no seu todo poderia deixar a leitura cansada, assim somente partes que faziam sentido para o tópico foram inseridas, mas não poderia deixar de mencionar que fez parte do propósito preservar algumas informações. Para além disso, fazer ressoar no texto as vozes das pessoas que escutei durante o campo, “(...) espero evocar a fisionomia de suas palavras não à maneira de um ladrão que roubou a voz de outra pessoa, mas à maneira daquele que se penhora nas palavras do outro” (DAS, 2020, p.68)

Para efeitos de cunho prático optei por não identificar as narrativas das interlocutoras diretas, faço isso como uma justificativa, mesmo que tenham participado ativamente de ações contra a violência aqui apresentada, algumas informações são mais delicadas, nessas situações é preferível a não identificação.

Para além de uma pesquisa em que todas suas etapas são realizadas com sucesso, a minha postura no decorrer do trabalho é de conseguir utilizar os materiais que me foram permitidos acessar, desenvolvendo a construção analítica dentro das minhas possibilidades. São esses traços distintivos, como explica Favret- Saada (2005), que faz do meu plano de conhecimento, uma pesquisa. Onde parecia ter sido perdido, a etnografia foi possível.

Baseado no conhecimento prévio que os nossos textos estejam munidos com a bibliografia escolhida, a constituição teórica é forjada através da chave analítica interseccional, conceito amplo que abrange muitas noções, busco para a presente pesquisa, especialmente a preocupação de estar atenta aos rastreios sobre os marcadores sociais da diferença, dentro das divisões institucionais que lançam luz aos indivíduos. Por ser tratar da formação de diversas bases discursivas, amparadas nas teorias dos estudos que englobam conceitos de gênero a partir do referencial de pesquisadoras brasileiras como Grossi (1998), Piscitelli (2002) na construção histórica dessa categoria construída durante a mobilização do movimentos feministas dentro do sistema patriarcal, com os estudos primários de Saffioti (2001), e os mais contemporâneos abarcando a agenda política atualizada, dada não só as pautas que são desenvolvidas, mas as denúncias às violências trazidas por Gregori (2012) e Debert (2008).

O reconhecimento das questões raciais, étnicas e geracionais, aprofundam-se na emergência propagada nos elementos contextuais que operam para diferentes corpos. Segundo María Luiza Femenías (2007), a fundamentação das questões feministas latino americanas em raízes resgatadas nas políticas identitárias. Segundo a autora “Nesses casos, não se trata de negar a igualdade ou a universalidade (ou ignorá-las) e sim, pelo contrário, se trata de instrumentalizar estratégias teóricas e práticas efetivas para dar conta da exclusão” (FEMENÍAS, 2007, p. 20, tradução minha).

Por isso a perspectiva interseccional, debatido por muitas pesquisadoras como instrumento de análise, permite a visualização dos marcadores sociais da diferença operados nas estruturas em camadas. Carlos Eduardo Henning (2015) a partir da sua revisão sobre o debate feminista interseccional, afirma que o recorte parte das discussões estadunidenses onde a pauta ganha força. Convencionar a análise da territorialização das violências impele estratégias teóricas das suas diferentes interpretações dos sujeitos, por isso o exercício de delinear a aplicação dos conceitos.

Ao mesmo tempo que é importante mobilizar os parâmetros demonstrativos de pluralidades indo contra a mão dos discursos hegemônicos, advindo do movimento feministas negro, Carneiro (2003) abre brechas para a técnicas insidiosas de criminalização de corpos negros pelo pacto de

supremacistas brancos, (DAVIS, 2016). A coexistência da interseccionalidade no entrelaçamento dessas marcas diferentes (COLLINS,2017).

No interior dessas questões, vale problematizar não só as relações assimétricas, mas fazer contextualizar a racialização, as ponderações de raça e classe que são desenvolvidas exprimem também a vulnerabilidade de universitárias negras e periféricas e quem são os sujeitos denunciados, a professora Heloísa Buarque de Almeida em sua entrevista ao periódico Ponto Urbe⁷, afirma que a maioria das vítimas são meninas vistas como “exóticas”.

A preocupação das denúncias das violências praticadas contra as mulheres efetuadas nas esferas privadas para a esfera pública (CUNHA, 2008), o acarreta as dimensões jurídicas e os percursos resolutivos (IZUMINO, 2003). Adentrando o estupro e as ilustrações de uma violência sexual que abaliza complexidades (MACHADO, 1998;1999) e o significado do silêncio das pessoas violadas no ato de testemunhar (Das, 1999).

Embora estejamos falando de violência sexual em universidades, problematizar a categoria violências no cenário amplo e plural. Desde a sua definição jurídica até a sua configuração, não se trata de um significado unívoco, o estupro como problema social (VIGARELLO, 1998) é construído e opera de diferentes modos. Seguindo as tipologias dos estudos de violência, no Brasil dedicaram-se na produção da conceituação dos problemas da judicialização de processos que envolvam violência praticada contra as mulheres Izumino (2003); Saffioti (2004); Bandeira (2014). A caracterização e dinâmicas das relações morais e afetivas violentas, Gregori (1991); e a elaboração situacional de políticas públicas, Debert (2006).

A contextualização geral e histórica dos movimentos feministas, traçando seus percursos específicos e utilizando o exercício do mapeamento dos espaços de ativismos, suas práticas e efeitos produzidos no país diante da atuação de coletivos estudantis nas universidades. São esses grupos que se reinventam e movimentam as lutas por proposições incorporadas aos direitos de respeito e igualdade. Segundo Marcos Ribeiro Mesquita (2008) essa identidade coletiva “recupera uma dimensão historicamente tradicional em sua trajetória” (MESQUITA, 2008, p. 188).

⁷ Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/8702>. Acesso em: 10ago2020.

Nesse caminho, encontra-se nos movimentos globais como a Marcha das Vadias, o engajamento nas redes sociais pela repercussão das denúncias de estupros que estavam ocorrendo em universidades. E por essa influência até os dias de hoje os coletivos estudantis de mulheres se fazem presentes com diferentes formas de ativismos, geralmente na esfera da internet.

O desdobramento desses ativismos em rede, (LATOURE, 2012) na dita cibercultura (LÉVY, 1999) e métodos antropológicos desses estudos (ESCOBAR, 2016) nos levam aos arranjos de sociabilidade nas redes (STRATHERN, 2011) simulando a reinvenção do humano e não-humano incorporado ao conceito de ciborgue (HARAWAY, 2009). Culminando a análise do caráter formal e informal da condição denunciatória no espaço digital dos movimentos feministas nas transformações culturais abrangentes (GEERTZ, 2008) dado o agenciamento que busca entender como as pessoas tentam agir no mundo (ORTNER, 2007), intrínsecos às estruturas de poder (FOUCAULT, 1987; 2001) que levam em consideração a apropriação nos espaços digitais como propagação das pautas, debate e articulação (FERREIRA, 2013).

Examinaremos os caminhos que as denúncias percorrem, pensando a combinação de instrumentos do ciberespaço que ganham faces díspares diante dos casos de violências nas universidades. Por se tratar de um debate amplo, proponho o recorte das redes sociais a partir das comunidades no Facebook que foram criadas com intuito de evocar o desprendimento do silêncio dos casos de violências no âmbito universitário. Pensar quais efeitos os relatos compartilhados através das redes sociais estariam sendo produzindo.

Para tanto, é preciso pensar que as denúncias não formalizadas judicialmente podem dificultar o sistema da informatização quando se trata dos relatórios estatísticos. Da mesma forma, é preciso perceber como as violências praticadas contra as mulheres perpetradas nas universidades são lidas pelas delegacias e outras instituições como menor potencial ofensivo, tornando casos como os de estupro, notoriamente desapercebidos.

As relações sociais contemporâneas têm sido marcadas pela interação estabelecida nas novas técnicas que integram um conjunto maior do ciberespaço. Para trabalhar com a relação entre indivíduo e ciberespaço, utilizarei como instrumento chave na construção de modos de operação e

estratégias cimentadas na teoria social, discutindo perspectivas teórico-metodológicas para desenhar a investigação.

Torna-se importante pontuar os saberes e metodologias feministas. Uma investigação que parte da abordagem da não dissonância das subjetividades epistemológicas das interlocutoras circunscritas no processo de investigação de uma análise responsável. Segundo Sofia Neves e Conceição Nogueira (2005) “(...) somos responsáveis pelas ciências que produzimos, pelos discursos que cultivamos no cotidiano das pessoas e pelos efeitos que essas linguagens de poder têm nas suas vidas (NEVES & NOGUEIRA, 2005, p. 411)

Costurar teorias e métodos sobre campo, a partir do contexto da pesquisa, ainda que não seja o nosso principal objetivo, perseguindo a compreensão. Ademais, o trabalho se faz nas negociações com as colaboradoras da pesquisa sejam em qual campo estivermos inseridas, assim como o lugar, a etnografia é uma construção.

1.2 As pontes construídas: pesquisadora em campo remoto

A primeira conversa foi realizada antes da pandemia com a antropóloga e professora da USP, Heloisa Buarque de Almeida, na ocasião participava do “VI Encontro Nacional de Antropologia do Direito na Universidade (ENADIR)” em São Paulo, no dia 27 de agosto de 2019 assisti a apresentação dos grupo de trabalho “Gênero, Sexualidade e direitos” coordenado pelas professoras Heloísa e Regina Facchini da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Tivemos um intervalo de apenas quinze minutos e aproveitei o momento para falar um pouco com ela, eu estava esperando e quando eu a vi passou muito rápido por mim e conversava com muitas pessoas ao mesmo tempo, eu corri atrás dela e quando por um momento ela ficou só eu a chamei, me apresentei e foi muito receptiva ouvindo todas as minhas questões. Fomos caminhando em direção a uma lanchonete ao ar livre e enquanto ela pedia um cafezinho ela foi me falando de forma resumida sobre os casos de estupro da USP, devido ao tempo que nós tínhamos e de como ela acompanhou esses processos, percebia algumas características como o trote, presente nos relatos que ela ouvia das alunas e alunos. Naquele momento ela falou como a maioria

dos casos eram encobertos, contou sobre os hinários e folhetos que incentivavam estupros e as medidas que a universidade adotava devido às mobilizações que eram feitas não só pelas comissões docentes, mas dos coletivos de alunas que atuavam como linha de frente na reverberação desses relatos e, o engajamento na repercussão desses casos foi preponderante na criação de redes de apoio, como a Rede Não Cala.

A Rede Não Cala surge da inquietação de professoras que ouviam relatos de violência sofridas pelas alunas e que na busca por uma assistência ofertada pela competência universitária se desdobrava em outras violências. Muitas falas das jovens eram desacreditadas, o que gerava a culpabilização das vítimas.

O fato de a universidade não providenciar encaminhamentos administrativos legais e eficazes para os casos denunciados, fez com que professoras/es e pesquisadoras/es e coletivos estudantis se mobilizassem e criassem a rede como forma a abarcar as denúncias informais, acolher as vítimas e tentar encaminhá-las para um centro de atendimento especializado. Num cenário em que a USP não tinha interesse na implantação de uma estrutura formal, ao mesmo passo que se diminuía a assistência social que é tão fundamental no processo de escuta das denunciantes.

Foi uma conversa breve, em que eu pude perceber como os eventos aconteciam de formas diferentes, ao final a professora se dispôs a oferecer uma entrevista que pudesse ajudar na minha pesquisa e por fim passou o seu e-mail para que pudéssemos manter contato.

Em setembro de 2020 a professora também participou do “Encontro Aberto”, projeto de extensão do GESECS, cujo tema foi “Produção do Silenciamento: Violência de gênero nas Universidades” e mediado por mim. Esse material também comporá o material empírico da dissertação.

No âmbito local, embora com muita resistência, a UFAM conseguiu aprovar no ano de 2018 uma resolução de política permanente de Equidade de Gênero através do Conselho Universitário (CONSUNI). Mas as políticas e estruturas práticas que poderiam operar na investigação e resolução de casos de violências no ambiente universitário ainda são contingenciadas, como expressa a fala da professora Heloísa, não é um problema localizado, trata-se de um problema de todas as universidades, de todas as instâncias.

Convém mencionar, que tive a oportunidade de acompanhar, ainda que de maneira virtual, a aula aberta “Violência sexual, consentimento e experiências de intervenção em universidades” organizada pelo Núcleo de Estudos sobre Marcadores Sociais da Diferença (NUMAS) da USP. Contou com a mediação da Profª. Drª. Regina Facchini e com as participantes, Drª. Carol Parreiras (USP); doutoranda Fernanda Martins (UNICAMP/USP); Drª Heloísa Buarque de Almeida (USP); Drª. Tatiana Lionço (Universidade de Brasília - UNB); Drª Ana Almeida (UNICAMP) e Camila Ferreira (UNICAMP).

As falas foram divididas em duas abordagens contextuais de questões analíticas gerais e específicas e no segundo momento as ponderações versavam sobre políticas práticas em universidades que auxiliem no processo de conscientização e adoção de medidas educativas dirigidas a uma nova modelagem de sociabilidade do respeito em ambientes acadêmicos.

Em julho de 2021 a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) promoveu a décima segunda edição do seminário internacional Fazendo Gênero. Dentre os minicursos ministrados, pude acompanhar “Se as paredes da universidade falassem: estratégias educativas e comunicativas para o enfrentamento e prevenção do assédio sexual no ambiente universitário. Sob a coordenação de Leticia de Matos Lessa e Paola Hakenhaar, foram demonstrados o esforço que a Universidade Federal do Paraná (UFPR) tem organizado para buscar conscientização contra violência na universidade.

Nesse ano, a coordenação do PPGAS/UFAM criou o “Diálogos Insólitos”, projeto que fomenta debates virtuais mensais através dos canais no YouTube da Revista WAMON e do GESECS. A proposta é trazer temáticas espinhosas para serem discutidas por especialistas, nesse ano mediei o encontro “Pode ser assédio? Hierarquias Acadêmicas e Interseccionalidades”, a professora Heloisa foi a nossa convidada e durante a sua exposição, o comentário de uma discente surge no chat da transmissão:

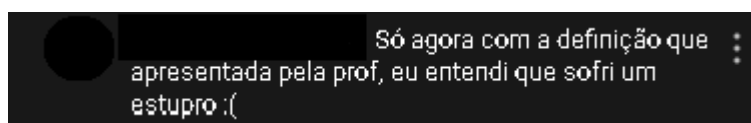


Figura 1 - Print do comentário no chat durante a transmissão no YouTube

O comentário veio justamente quando a professora falava sobre a procura de alunas por meio de mensagens via Facebook, as alunas buscavam apoio ao relatar os assédios sofridos, são jovens que segundo a professora, demoram a perceber a violência sofrida. A caracterização trazida pela professora Heloisa, fez com que uma das telespectadoras da transmissão entendesse que ela havia passado por um episódio de estupro.

O trabalho e insistência de mulheres acadêmicas em propor o diálogo mesmo em momentos tão desestabilizados, permite esclarece, entre outros, as atribuições da caracterização de uma violência que não é identificada em quaisquer termos. O esforço em manter os debates, mesmo quando não nos querem presentes e vivas, parece-nos poder útil para abrir caminhos excepcionais, como veremos nesta dissertação.

1.3 “Há um pacto de silêncio”

Sobre o caso da USP

Quando passou para o curso de Medicina na USP, Antônia lembra a sensação de realização e conquista. Filha de dois engenheiros, conta que sempre foi privilegiada por estudar o que quisesse. Sob influência do avô, escolheu medicina no vestibular e, até chegar o dia tão esperado do resultado, manteve uma rotina reclusa e rigorosa de estudos no curso preparatório, tal como uma atleta.

Antônia ao lembrar que foi o pai que noticiou a sua aprovação no vestibular de 2011, se emociona, entende que aquele momento foi de maior felicidade. Os primeiros dias de aula na tão prestigiada USP foi marcado pelo discurso dos colegas veteranos: para pertencer, jogue o jogo conforme as nossas regras, Antônia avalia a postura dos rapazes como agressiva, durante algumas conversas se vangloriavam das abordagens invasivas, mas que todas/os encaravam como um comportamento normal. Os níveis de violência se expressavam nesse primeiro contato entre veteranos/as e calouras/os.

Em abril, daquele mesmo ano, Antônia foi para o “Carecas do bosque”, uma festa organizada pela atlética⁸ e que era muito famosa entre a comunidade discente acadêmica. Na época, ela estava se envolvendo romanticamente com um rapaz, que depois de passarem parte da festa juntos, Antônia resolveu encontrar os amigos numa das barracas da festa, enquanto conversavam, Antônia disse que bebeu umas duas doses de bebida alcoólica e que a partir daí, não se lembra de mais nada.

Ela relata que até acordar, demorou muito tempo, esse efeito deve ter sido das misturas de bebidas com medicamentos/drogas que são frequentemente disponibilizadas nessas festas, essas misturas causam sonolência e inconsciência. A primeira cena que Antônia recorda, é de estar no Hospital das Clínicas, a médica sentada olhando para ela, avisa que achava que Antônia tinha sido abusada.

Após ter sido medicada, sem saber o que fazer, Antônia foi procurar pelo presidente na atlética para perguntar o que havia acontecido. Assim que o encontrou ele disse que não poderia falar sobre o ocorrido, mas que o Otávio⁹ da barraca do judô, sim. Sem saber quem era Otávio, Antônia muito nervosa, foi procura-lo pois precisava de respostas do que havia acontecido durante os momentos que estava desacordada.

Otávio pediu para que ela sentasse e se acalmasse, explicou que os dois tinham “ficado” e que a levou para trás do cafofo¹⁰, os dois haviam transado e deixou Antônia sozinha deitada, quando ele voltou havia um homem encima de Antônia com as calças abaixadas, mais tarde ela descobriria que se tratava de um funcionário da instituição. Após a explicação, Otávio demonstrou surpresa quando Antônia disse não se lembrar de nada do que havia acontecido.

Antônia avisou para Otávio que tinha intenção de denunciar, Otávio logo respondeu que era ex-policia e por conhecer os trâmites da denúncia, disse para Antônia que ela não conseguiria provar nada. Não se deixando levar pelas palavras de Otávio, no dia seguinte, ela se dirigiu até a Delegacia da Mulher e

⁸ Associação Atlética Acadêmica Oswaldo Cruz (AAOC).

⁹ Nome fictício.

¹⁰ Os “cafefos” são utilizados em festas universitárias da USP como depósitos de bebidas e servem de aposento improvisado para prática sexual.

registrou o boletim de ocorrência, foi quando começou a correr o inquérito policial.

Precisando de pessoas que fossem depor a seu favor, Antônia procurou seus amigos de turma, tinham a visto sido carregada até a ambulância e um homem fugindo de calças abaixadas, segundo os amigos de Antônia, Otávio tinha intermediado a conversa com os policiais que foram acionados por alguém que ela disse desconhecer. Mas infelizmente, Antônia não teve o apoio, os amigos não queriam se envolver na denúncia que envolvia estupro, os outros alunos mais velhos, que faziam residência e integravam a atlética, falavam que precisam proteger a “menina”, mas que não podiam deixar que sujassem a imagem da festa.

Antônia lembra que nunca se sentiu tão desamparada, as tentativas de fazer com que mudassem de posição ainda permaneceram ao longo de dois a três meses, mas o recebimento de negativas era tão grande que o sentimento de desânimo tomou conta dela. Tomando os medicamentos retrovirais¹¹ e sofrendo com os efeitos colaterais, já não conseguia acompanhar as aulas, ia quando dava, mas que não queria parar totalmente porque sabia que poderia ser um caminho sem volta.

Chafurdada na lama, como Antônia descreve, procurou o Serviço de Assistência em Saúde Mental (GRAPAL), ao conversar com o psiquiatra pediu que não contasse a ninguém por medo da retaliação, para ela viver a faculdade era um sofrimento.

Quase três anos depois, Antônia conta que as coisas começaram a melhorar, ela entrou no Centro Acadêmico, começou a ter um contato próximo com o movimento estudantil, estava fazendo terapia. Mas a continuidade na universidade constatou que a situação de estupro na USP tinha acontecido com várias estudantes e que sempre passavam pelos mesmos processos de silenciamento e culpabilização.

¹¹ Nesse caso, a terapia retroviral também é indicada para pessoas que foram estupradas, o cuidado específico para que se possa evitar a transmissão de doenças sexualmente transmissíveis, exige a ingestão do Coquetel Anti-HIV durante 30 dias. O ideal é que o medicamento seja administrado nas primeiras 24 horas após a violação, mas as/os especialistas da medicina afirmam que o medicamento ainda consegue ter eficácia pós 72 horas do crime. O tratamento pode provocar reações adversas, dentre elas: náuseas, vômitos e dor de cabeça.

A mesma festa que Antônia foi violada continuava acontecendo, por um tempo os cafefos foram proibidos, mas logo retornaram. Percebendo que a circularidade da violência se manteria, Antônia resolveu recorrer aos veículos midiáticos, com a repercussão do relato na imprensa jornalística, a universidade encaminhou a primeira audiência na CPI (2014-2015) da Assembleia Legislativa.

Durante os trâmites do processo legal, Antônia tomou ciência de elementos não esclarecidos, sofreu tentativas de silenciamento por parte da direção da faculdade de medicina, foi intimidada e deslegitimada. As recomendações visaram a suspensão de Otávio, mas com a pressão dos coletivos feministas estudantis, a suspensão se prolongou ao processo civil que estava em curso, Otávio foi acusado por ter estuprado 6 mulheres e usado das facilidades enquanto estudante de medicina no acesso a medicamentos, misturando com bebidas alcoólicas para dopar as vítimas.

As manifestações contra Otávio continuavam, mas como a sindicância instaurada pela USP e a justiça valorizando o depoimento e ato confesso, o agressor foi inocentado. Tendo se formado, não foi conferido a Otávio pelo Conselho Regional de Medicina (CRM) a licença para clinicar no Estado de São Paulo, mas assegurado pela lei, nada o impediu de clinicar em outros estados, hoje, Otávio é médico licenciado no Estado do Pernambuco.

Antônia conseguiu se formar, e se especializou em psiquiatria, avaliando o sofrimento. O tempo que esteve na universidade atuando no movimento estudantil feminista, foi acionada por outras jovens, que assim como ela tiveram seus corpos invadidos, para falar e compartilhar sobre o assunto.

Sobre o caso da UDESC

Anos se passaram desde que Berenice relatou formalmente ter sido agredida sexualmente pelo professor e orientador. Desde então, seu currículo Lattes nunca mais foi atualizado, refletindo o seu afastamento da universidade, o esforço de Berenice é cumprir o acordo que estabeleceu consigo, de não enfatizar ou relembrar o episódio traumático de violação.

O agressor chama-se Ricardo¹², extremamente conhecido e prestigiado no meio acadêmico por ser especialista em questões raciais, falavam que filhas eram feitas para ser orientanda/o dele.

Às portas fechadas da pequena sala do núcleo de estudos, as estudantes alegaram que o professor Ricardo, se aproveitava das reuniões de orientação para assediar e abusar das alunas. As táticas envolviam desde o requerimento de planejamentos pessoais, que segundo ele, tratava-se de técnica de gestão. Mas as alunas que efetuaram as denúncias, disseram que o planejamento também era instrumento utilizado para interferir na vida pessoal das discentes, as interferências ditavam até a possibilidade de continuidade da carreira acadêmico ou não, a depender da opinião do professor.

Não sabendo dos relatos de abuso envolvendo o professor Ricardo, Berenice o escolheu como orientador. A parceria logo foi sendo construída, nada além da relação de orientanda e orientador, os laços de amizade se estenderam aos familiares do professor Ricardo.

Sem imaginar o que estava por vir, Berenice aceitou o convite de jantar na casa do professor, com o passar do tempo foi ficando cada vez mais tarde e como Berenice morava em outra parte distante da cidade, professor Ricardo achou melhor que ela dormisse na casa, afinal poderia ser perigoso Berenice sair por aí sozinha tarde da noite.

Despreocupada, pois achava que estava segura, estenderam a conversa e o os goles nas bebidas, Berenice que estava ficando sonolenta, só percebeu depois que na ausência da família, professor Ricardo havia a violentado sexualmente. Quando confrontado, respondeu que os dois tinham bebido além da conta e a relação tinha sido consentida.

Berenice não podia ser consumida pela dor da violação de seu corpo, depois de uma única ligação em busca de pessoas que pudessem acreditar, procurou a delegacia mais próxima e registrou a denúncia.

O silêncio havia se rompido, outros relatos surgiram, jovens que foram abusadas pelo professor, se sentiram encorajadas e também fizeram a denúncia formal, elas precisavam de pessoas que acreditassem no que estavam dizendo.

¹² Nome fictício.

Os relatos das vítimas foram recolhidos e formaram um dossiê para implementar o inquérito policial.

A apuração da investigação sobre o caos de Berenice não configurou crime de estupro, ainda que acusação tenha sido acolhida, Ministério Público decidiu arquivar o inquérito referente ao crime. O delegado que afirmou não ter conhecimento de provas legíveis, encaminhou as denúncias de assédio como perturbação da tranquilidade, acusação de menor potencial ofensivo.

Durante o processo, o professor Ricardo foi afastado por questões médicas, paralelamente, a sindicância instaurada pela UDESC, conclui quase quatro anos depois, a sua demissão. As acusações de assédio contra o professor Ricardo foram consideradas pelo Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD) como prática de ato grave previsto no regimento interno da universidade, além de não poder exercer a função em outra instituição por tempo deliberado pelo reitor.

Em uma das entrevistas concedidas pelo professor, diz querer não acreditar ter sido alvo de perseguição pelas causas que defende, e afirma que as motivações poderiam versar pelo seu prestígio e pelo fato de seu nome ter sido cotado para o cargo de reitor na instituição de ensino. Muito ativo na rede social Twitter, se descreve como sobrevivente do fascismo identitário.

Na tentativa de entrar em contato, Berenice respondeu ao meu e-mail uma única vez:

Olá Tayná,

Vou bem, conheço [começo] ficar pensativa com o seu e-mail, passou três anos do fato e mudanças aconteceram, havia combinado comigo de não enfatizar ou relembrar este momento da vida, seja com imprensa ou pesquisa, mas ao mesmo tempo considero a importância que isso tudo representa. Podemos conversar.

Depois disso, não tive mais retornos.

1.4 “(...) é naturalizado que essas violências ocorram em todos os espaços, e a universidade é um deles, não é diferente do resto do mundo”

Esse é um trecho da conversa que tive com umas das professoras, acho importante começar trazendo essa fala considerando as condições hierárquicas, efetivamente optei pelo conjunto de abordagens atribuir a naturalização das violências o caráter que as fazem escorrer por diversos ambientes, essa naturalização de práticas violentas pode ser interpretada, segundo Heleith Saffioti (2015), como a ordem social das bicadas, tal reflexão aborda o reconhecimento da normalização do uso das violências em diferentes ordens de relação afetiva. E as dimensões das relações nas estruturas sociais são atravessadas pelas questões de gênero e essa construção é composta por diversos fatores.

Historicamente é um conceito que chega através das discussões de intelectuais e feministas norte-americanas durante as décadas de 70, como a historiadora Joan Scott (1995). Os estudos que versavam sobre a categoria “mulher” carregada por noções biologizantes, onde o entendimento se baseava na percepção que mulheres eram oprimidas apenas pelo fato de serem mulheres, não importando a classe. Paulatinamente essas ideias desvaecem e passa a ser usado a categoria “gênero”, sendo esta difundida rapidamente na década de 80, um conceito que segundo a antropóloga Adriana Piscitelli (2002), abria um novo olhar para a realidade e ilustrava o desprendimento à noção ao determinismo biológico.

São esses impulsos que focalizam a construção de identidades que não são condições e muito menos unívocas, os papéis que antes eram estabelecidos seguindo o imaginário de que homens e mulheres tinham funções muito bem definidas na sociedade, começam a ser problematizados. Na década de 30 já haviam pesquisas que apontavam as problemáticas dos papéis de gênero, a antropóloga Margaret Mead (1969) é um exemplo, os estudos comparativos das sociedades da Nova Guiné, observou que os papéis desempenhados não são fixos de determinados sexos, ou seja, são construídos culturalmente.

E como algo construído, o caráter biologizante sobre gênero é rompido com as demonstrações teóricas que ilustram que indivíduos não seguem uma ordem natural, mas sim constructos de elementos de relações. Segundo a antropóloga Miriam Pillar Grossi “Gênero serve, portanto, para determinar tudo que é social, cultural e historicamente determinado” (GROSSI, 1998, p. 5). O alcance dos estudos das relações de gênero, pensando no primeiro momento as

problemáticas das mulheres, tornaram-se amplo com o impacto do pensamento feministas na teoria social, pois o sistema patriarcal não só afetava mulheres, como também afetava os arranjos da expressão de identidades e orientações sexuais.

Nesse campo de discussão o conceito de patriarcado que é transversal e aparece de forma latente nessas formulações, configura-se na teoria política como a subordinação das mulheres em detrimento das relações masculinas. Heleieth Saffioti (2001) teórica fundamental para as contribuições feministas que visavam a ótica do ideário do patriarcado, afirmava que “No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais, nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que lhes apresenta como desvio” (SAFFIOTI, 2001, p. 115)

Outros trabalhos mais contemporâneos, como da filósofa Judith Butler que salienta a própria noção de sexo como uma construção de gênero alocado na performatividade, como sendo discursiva e plural e da antropóloga Gayle Rubin (1993) no sistema sexo-gênero, quando essas identidades passam a ser categorias de análise para pensar os indivíduos em determinadas culturas.

Notavelmente a categoria gênero é abraçada pela academia, que passa a ser dialogada com as discussões do pensamento feminista. As manifestações apontavam para a existência da subordinação da mulher enraizados ainda no caráter natural, que em termos políticos consideravam mulheres ocupantes de lugares menos privilegiados em relação aos homens.

Pensar a subordinação da mulher é levar em consideração que as funções variam de contexto (PISCITELLI, 2002). No entanto, deve-se salientar que a subordinação de mulheres é atravessada por marcadores sociais da diferença que percebem essas opressões operando de maneiras diversificadas para diferentes sujeitos. A teórica feminista bell hooks (2018) aborda esse reconhecimento de mulheres brancas e mulheres negras em que ambos os marcadores eram diferentes, e ainda que as medidas formuladas clamavam por igualdade, era sabido que as lutas não eram hegemônicas e as petições tinham visibilidades diferentes.

De forma distinta, gênero, raça e classe desempenham o papel que apreende a pluralidade de vivências, mas ainda se encontram outros fatores que

podem marcar socialmente as estruturas da vida cotidiana. A abordagem interseccional nasce desse anseio por dar conta de realidades que não podem ser trabalhadas na centralidade da categoria gênero.

Lélia Gonzalez (2020) atuou com excelência no Brasil como pensadora negra que refletiu sobre a insuficiência do feminismo latino-americano, as contradições do movimento implicavam na exclusão das vivências de mulheres negras e indígenas. A autora aponta “É inegável que o feminismo, como teoria e prática, desempenhou um papel fundamental em nossas lutas e conquistas, na medida em que, ao apresentar novas questões, não apenas estimulou a formação de grupos e redes, mas também desenvolveu a busca por uma nova maneira de ser mulher” (GONZALEZ, 2020, p. 140).

Ainda que o movimento considerasse questões relativas à sexualidade, e aqui cito no campo da teoria especialmente pelos estudos da Audre Lorde (2007), o encobrimento do atravessamento racial na teoria e na prática, denotava o que Lélia Gonzalez e outras cientistas caracterizavam como Racismo por omissão. Para entender o que seria Racismo por omissão, Gonzalez articula com o pensamento lacaniano pautado em duas categorias: infas e de sujeito suposto saber, ambas participam das formas de alienação.

Infas é forjada na condição psíquica das crianças, sujeitos a quem se fala, e por entender que não são sujeitos falantes acabam por reproduzir a si mesmos na terceira pessoa. Gonzalez afirma que mulheres não brancas se adequam nessa noção, são infantilizadas a ponto de terem suas vozes ignoradas, a autora observa “...suprime nossa humanidade precisamente porque nos nega o direito de ser sujeitos não apenas de nosso próprio discurso, mas de nossa própria história” (GONZALEZ, 2020, p. 141)

O suposto saber parte do pressuposto de que pessoas possam deter quaisquer conhecimentos das quais elas não têm. A compreensão pode ser explicada pelo imaginário de superioridade atribuída ao colonizador e nunca ao colonizado (GONZALEZ, 2020), a pensadora é enfática ao dizer que as abstrações mencionadas ilustram as ideologias de dominação intrincadas no sistema patriarcal-racista.

Segundo Gonzalez (2020), as mobilizações que não aderem às pluralidades de vivências, têm o seu alcance limitado, por outro lado engaja discursos de grupos opressores. A enunciação observada nos leva para a

conceituação de “interseccionalidade” difundida por Kimberlé Williams Crenshaw, a autora norte-americana define: "A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação" (CRENSHAW, 2022, 177)

O compartilhamento das experiências vividas declara para pessoas socialmente marginalizadas a eficácia da somatização de vozes em defesa dos direitos básicos. Uma vez que a problemática das violências se resignava no âmbito privado familiar, o compartilhamento suscitou a publicização desses assuntos e seguridade precedente às políticas pautadas na noção de identidade.

Inclusive, a própria política identitária constata diferentes reações, para Crenshaw (2005) o fator que tensiona essas relações não se baseia na exposição das diferenças, mas de ignorá-las no interior das organizações sociais e de tornar demandas exclusivas de grupos específicos. Esse traço no quadro situacional de violência, desmuni o esforço para qualifica-las através das categorias de identidade.

Por muito tempo, a agenda do movimento feminista e negro não fez o intercruzamento dos eixos de subordinação quando mulheres negras eram violentadas e não viam a fragilidade da produção do discurso limitado sem a intersecção de raça, gênero, imbricados numa estrutura patriarcal e sexista. Segundo a autora: “Esse foco nas intersecções entre raça e gênero visa apenas destacar a necessidade de levar em conta as múltiplas fontes de identidade ao pensar na construção da esfera social” (CRENSHAW, 2005, p.54, tradução minha).

Na medida que se criavam bases epistemológicas para o conhecimento da interseccionalidade, Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) se preocuparam em revelar o pressuposto de uma investigação crítica e prática. As autoras defendem a aplicabilidade, muitas vezes subestimada, da interseccionalidade como ferramenta analítica.

Uma vez que as iniciativas de pesquisadoras/es têm se importado com as categorias que atravessam as realidades existentes, os ativismos também cultivam os mesmos olhares, as orientações sugerem que as divisões entre o pensar e o fazer devem ser rejeitadas, pois são relacionais e a sua utilização sem reservas, é benéfica, essa união é apontado pelas autoras, como sinergia,

é preciso que o conhecimento adquirido através das análises seja subsequente às práticas cotidianas.

A intervenção cotidiana com o uso da interseccionalidade, permite não só favorecer a autoridade de grupos negligenciados, mas evoca o trabalho voltado para justiça social. No caso das relações violentas, Collins e Bilge afirmam: "O uso da interseccionalidade como ferramenta analítica promove uma concepção mais ampla de como formas heterogêneas de violência contribuem para desigualdade e a injustiça social" (COLLINS; BILGE, 2021, p. 72).

As noções relativas à violência de gênero, acionam as articulações de diferentes sentidos, para este trabalho são descritos casos de violência sexual contra mulheres cis. Embora a emergência dos dados acumula números expressivos que nos permite fazer o recorte binário em que homens em sua maioria são perpetradores de práticas violentas contra mulheres, não devemos esquecer a dimensão da violência que atinge diferentes corpos e identidades, portanto, sendo importante explorar a violência de gênero e seu significado tem se alterado à maneira como elas eram percebidas e naturalizadas, e como as demandas coletivas ganhavam força na inserção da compreensão,

No Brasil, desde os anos 1970, uma das frentes de luta do feminismo brasileiro tem sido também a denúncia das violências praticadas contra as mulheres, manifestada nas mais variadas expressões da nossa cultura. Um ponto de partida para pensar essas questões é articulação de alguns elementos significativos para o campo das violências de gênero, as autoras Regina Facchini e Carolina Ferreira (2017) sinalizam as mudanças diante do enfrentamento à violência: "Um primeiro diz respeito às mudanças que têm difundido e diversificado a produção do sujeito político do feminismo no país. Um segundo, que vai ao encontro desse, é a mudança nas convenções que implicam a percepção, reconhecimento e enfrentamento à violência de gênero" (FACCHINI; FERREIRA, 2017, p. 4).

A partir das pautas políticas que envolviam um canal de denúncias de mulheres que sofriam violências dentro de suas próprias casas, causadas pelos seus cônjuges, que foi possível uma discussão dos movimentos de mulheres sobre as ações que seriam efetivadas para dar apoio e proteção à essas mulheres, no final do século XX, gradualmente a violência se torna intolerável (HERMAN, 2012). Diante da criação de uma instituição que pudesse defender

os direitos das mulheres, os casos de violências começaram a chegar ao judiciário por intermédio da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM).

A DEAM é uma instituição que surgiu em São Paulo na década de 1980, devido as reivindicações do movimento feminista, cujo propósito era garantir atenção especializada às mulheres. Argumentava-se que vítimas de agressão, ao fazer a denúncia nas delegacias convencionais, eram submetidas a tratamentos vexatórios, ainda hoje muito presente no processo de denúncia nas DEAMs. Na investigação sobre lesão corporal a partir de narrativas e processos de encaminhamento nas delegacias, Flávia Melo da Cunha (2014), afirma que:

Um dos propósitos de sua criação foi garantir atenção especializada às mulheres frequentemente submetidas a tratamentos vexatórios e negligentes nas delegacias de polícia. A criação das delegacias especiais motivou à denúncia de muitas mulheres, publicizou o problema da violência doméstica e questionou os fundamentos do ditado popular “Em briga de marido e mulher não se mete a colher (CUNHA, 2014, p. 31).

O protagonismo das mulheres revela a construção de narrativas, Veena Das (1999), analisando acontecimentos relacionados à violência doméstica, afirma que esse protagonismo representa “os esforços pelo controle da história, que caracterizam a narração da vida cotidiana” (DAS, 1999, p.33). Em abordagem distinta, as narrativas de mulheres violentadas se dão em um âmbito diferente, Sergio Carrara (2002), Adriana Vianna (2002) e Ana Lúcia Enne (2002), ao acompanharem o percurso de casos de violência, observam os “crimes de bagatela”, expressão que define o olhar dos agentes judiciários sobre as formas de violência ocorrida no interior da família, reconhecidas apenas como conflitos familiares.

A proposição do canal de denúncia especializado enfrenta muitos desafios, o agravante de ter suas falas deslegitimadas por agentes policiais, desestimula muitas mulheres a não prosseguir com a denúncia. Lourdes Maria Bandeira explica que “Em muitas situações, predominava a ideia no imaginário policial de que eram mulheres as responsáveis por provocar a agressão” (BANDEIRA, 2014, p. 452).

Para Bandeira (2014), a impunidade criava a aliança entre agressores e agentes policiais, a reprodução das desigualdades de gênero no sistema de

justiça corroborou para estratégias do poder hegemônico masculino. Os enfrentamentos são muitos, mas a tipificação para suavizar crimes é o registro demarcado, o efeito da banalização dos crimes de “menor potencial ofensivo” de deixara agressores sexuais impunes, essa a aliança masculina reverbera no que Almeida (2019) afirma:

(...) trata-se de um contexto social político em que, a despeito das políticas e leis que visam estabelecer a igualdade, o sistema judiciário raramente condena agressores sexuais no país, e parece haver uma grande distância entre a letra da lei e seus usos efetivos (ALMEIDA, 2019, p.2).

Recuperar esses sentidos difuso no ganho de ferramentas envoltas nos avanços quando falamos de violências de gênero é também retratar os percalços que colocam em questão o trato das autoridades na promessa de assumir intencionalidade nos rumos resolutivas, revelando a falta de desprendimento dos valores pessoais e a fragilidade no atendimento às mulheres que tiveram seus corpos violados. Na verdade, tudo indica a noção de que certos sujeitos são insuficientes, mesmo com as 72 horas recomendadas para recolher vestígios do estupro no corpo de delito e a imprescritibilidade¹³ do crime, não assegura qualquer responsabilização e tipificação, muito pelo contrário, a interpretação da violação sempre cabe ao outro e independe de marcas visíveis.

1.5 “é o único crime que você vai no lugar e tem que provar que o crime aconteceu, você não pode só denunciar o crime para alguém investigar o crime, não. você tem que ir lá e provar que o crime aconteceu”

As palavras da professora descrevem o componente anterior, a depender de quem está do outro lado da escuta o crime pode nem existir, muitos dos casos não tipificados como o foi de Berenice, são encarados por muitos como atos consensuais, a concepção do estupro como crime gira em torno de quais elementos contextuais são apresentados e ordenados. Acredita-se que estar na

¹³ A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 64/2016, com o texto de autoria do senador Jorge Viana (PT/AC), tornou no ano de 2017 o crime de estupro “inafiável e imprescritível”. A ementa altera o inciso XLII do art. 5º da Constituição Federal.

casa do agressor à noite e ingerir bebida alcoólica é condição ao consentimento. Por outro lado, hoje já existem definições bem ampliadas sobre o que poderíamos conceber como violência sexual, como a definição descrita no Atlas da Violência (2021)¹⁴:

É qualquer ação na qual uma pessoa, valendo-se de sua posição de poder e fazendo uso de força física, coerção, intimidade ou influência psicológica, com uso ou não de armas ou drogas, obriga outra pessoa, de qualquer sexo e idade, a ter, presenciar ou participar de alguma maneira de interações sexuais, ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, com fins de lucro, vingança ou outra intenção. Incluem-se como violência sexual situações de estupro, abuso incestuoso, assédio sexual, sexo forçado no casamento, jogos sexuais e práticas eróticas não consentidas, impostas, pornografia infantil, pedofilia, voyeurismo, manuseio, penetração oral, anal ou genital, com pênis ou objetos, de forma forçada. Inclui também, exposição coercitiva/constrangedora a atos libidinosos, exibicionismo, masturbação, linguagem erótica, interações sexuais de qualquer tipo e material pornográfico. Igualmente, caracterizam a violência sexual os atos que, mediante coerção, chantagem, suborno ou aliciamento, impeçam o uso de qualquer método contraceptivo ou forcem ao matrimônio, à gravidez, ao aborto, à prostituição; ou que limitem ou anulem em qualquer pessoa a autonomia e o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos. A violência sexual é crime, mesmo se exercida por um familiar, seja ele pai, mãe, padrasto, madrasta, companheiro(a), esposo(a) (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2021, p.76).

Como categoria guarda-chuva, a violência sexual adere muitas práticas inscritas no consentimento, práticas essas que se reinventam. Durante a pandemia ouvi discentes relatarem assédios pelos professores durante as aulas no ensino remoto, os mesmos comportamentos, mas à distância.

Assim como outras violências praticadas contra as mulheres, o estupro em universidades é subnotificado, envolvendo uma série de questões que podem ser problematizadas, não só pela falta de medidas de conscientização e estratégias que sistematizem e acolham esses casos, mas as outras violências nos sistemas de atendimentos de denúncias nos canais formais. Os últimos dados disponíveis revelam uma naturalização desse cenário e, mostra que 67% das universitárias disseram ter sofrido algum tipo de violência na universidade, importante ressaltar que se trata de uma pesquisa realizada no ano de 2015 pelo Instituto Data Popular e o Instituto Avon, desde então não temos dados atualizados em cenário amplo.

¹⁴ As definições das violências são selecionadas pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN).

A inquietação está pautada no comportamento, a proeminente cultura do estupro, onde toleramos o intolerável. São esses questionamentos que fazem com que as autoras Carmen Hein de Campos, Lia Zanotta Machado, Jordana Klein Nunes e Alexandra dos Reis da Silva, pautassem a cultura do estupro e antiestupro, que se tornaram centrais nas denúncias das jovens ativistas feministas e a sua relação com os percursos jurídicos, o papel do direito para manutenção e enfrentamento dessas violências (CAMPOS; MACHADO; NUNES & SILVA, 2017)

Segundo as autoras, a utilização das expressões “Cultura do estupro” ou “Cultura antiestupro”, implica condutas que são impostas às mulheres, como a violação justificada pelo jeito de se vestir, o jeito de portar, que acabam reverberando uma justificativa à naturalização do comportamento agressivo dos homens. Assim a cultura do estupro está associada a uma sociedade que permite e encoraja violências, ou seja, tolera o estupro e com isso se dá a diferenciação, a cultura do antiestupro não tolera essas relações violentas. Desse modo, as expressões são subsequentes, no sentido de pensar que ainda estamos discutindo “Cultura do estupro” ao invés da “Cultura antiestupro”.

Os dados exemplificam esse cenário, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública no ano de 2021 foram registrados 66.020 boletins de ocorrência de estupro, houve um crescimento de 4,2% em relação ao ano anterior, estima-se que no país a cada 8 minutos uma pessoa é estuprada. Esperava-se que os números tivessem uma baixa devido ao contexto pandêmico, o que intensifica o contexto alarmante em torno da subnotificação.

A figura delitiva do crime de estupro aparece no ordenamento jurídico desde 1890, sua classificação presumia ser um crime contra a “segurança da honra e honestidade das famílias e ultraje público ao pudor”. Desde 1940 o Código Penal Brasileiro (CPB) passa por alterações no que diz respeito a tipificação do estupro como crime, até o ano de 2009 a classificação versava sobre “crime contra costumes”, o que significava que o agressor poderia não ser punido caso casasse com a vítima, e decretado como constrangimento de “mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça” (art. 213, CPB)

O estupro deixa de ser um crime contra os costumes, para integrar o conjunto de delito contra a pessoa no ano de 2009 quando passa a ser

classificado como crime “contra a dignidade sexual” na Lei n°. 12. 015/2009 que alterou o CPB. Passando a ser definido como “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a prática ou permitir que com ele se pratique outro ao libidinoso” (art. 213, CPB).

No entanto, crime é um conceito jurídico incorporado na legislação penal, mas nem toda violência é prevista na legislação como crime. Embora o estupro incorpore também a figura delitiva ultrapassada de “atentado ao pudor”, o comportamento violento foge dos enquadramentos de definições e assume um caráter generalizante e amplo.

Os tramites da judicialização criminal evocam a constante representação do que seria uma vítima e o contexto. Assim além da violência ser relacional, processual, ela é contextual. São feitos encaminhamentos que não apreendem a complexidade das violências praticadas contra as mulheres e acabam por gerar de uma violência outras violências simbólicas, quando se trata da dinamicidade dos tratamentos vexatórios ainda latentes nos órgãos especializados de atendimento.

É atribuído à violência um caráter que difere da noção de crime, pois são dinâmicas de negociações no âmbito jurídico que assim como outras instituições são permeados por relações de poder e conseqüentemente por olhares desiguais, muitas efetividades legislativas passam pelas questões interpretativas dos agentes da lei. Segundo as antropólogas Guita Grin Debert e Maria Filomena Gregori analisando a judicialização das relações sociais, os aspectos são expressados destacando que “Desta perspectiva, não podemos cair na armadilha de transformar a violência, o poder e o conflito em problemas de falta de confiança e auto-estima dos oprimidos ou, então, de dificuldade de comunicação” (DEBERT & GREGORI, 2007, p. 168).

São as práticas simbólicas que partem da prerrogativa dos questionamentos em que sempre vemos as violências multifacetadas para o que a antropóloga Lia Zanotta Machado caracterizou como o “Transformismo da noção de estupro”. Segundo a autora “O paradoxo que envolve o estupro é ter de um lado, o sentido do estupro como um ato ignominioso, e de, de outro, o sentido de que o estupro só torna impuras as mulheres” (MACHADO, 2000, p. 3).

No contexto universitário, esse transformismo tem sentido quando vemos vítimas evadindo da sua carreira acadêmica e agressores permanecendo, ao mesmo tempo em que as regulações jurídicas parecem fazer parte das dimensões do abafamento do que chamo de sub prática de estupro. O estupro por si só é uma prática violenta e as suas sub práticas consistem nas estratégias em que ele é operado, em diferentes ambientes em que se manifestam esse ato violento. No caso o estupro institucional, acumula estratégias para o silenciamento.

A criminalização da violência praticada contra mulheres vem sendo discutida há décadas e a luta feminista assume o papel de suma importância. Uma das singularidades do movimento feminista é a defesa pela liberdade sexual, em consonância com a denúncia da violação sexual e da relação sexual obtida à força pelo companheiro.

A amalgama da sub prática incorpora alguns elementos, como o sentimento de culpabilização pelo acontecido, Eva Moreno¹⁵ (2017) após vinte anos, decidiu relatar a etnografia do estupro sofrido por ela enquanto vivenciava o trabalho de campo na Etiópia, um escrito angustiante, mas que demonstram as preocupações de culpa que sobrepõem a não denúncia formal. A antropóloga, cita o medo da carreira profissional ser prejudicada e a síndrome do trauma do estupro (MORENO, 2017).

Na época, essa aluna fez o boletim de ocorrência, mas não conseguiu provar que tinha sido estupro, porque como sempre, foi considerado como uma relação consensual (Conversa virtual concedida em junho/2021)

Uma vez reconhecida a emergência de se discutir em quais critérios é avaliado o “consentimento” é preciso trabalhar as violências associadas à priori a essa categoria, historicamente sendo refletida desde os anos 60 nos Movimentos Feministas. No entanto, debater consentimento é sempre uma tarefa “complexa e difícil de ser determinada” como afirma Maria Filomena Gregori (2014, p.53).

¹⁵ Nome fictício utilizado pela pesquisadora como forma de preservação das identidades das/os envolvidas/os.

A implementação do entendimento sobre consentimento abarca diferentes perspectivas, visto que o sistema jurídico demarque esse entendimento em termos delimitadores, estabelecendo a fronteira entre o que é legítimo e o que é ilegítimo (PATEMAN, 1980). No interior das relações heteronormativas, são anos de sustentação do aforismo “Em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher” por outro lado nos dias de hoje “não se mete a colher”, mas filma, disponibiliza nas redes sociais e viraliza vídeos de jovens sendo estupradas, um sistema cisheteropatriarcal que não defende mulheres, mas julga seguindo a diretrizes de perguntas sentenciadoras de culpa: qual roupa usava, onde estava, o horário e com quem?

Apesar dessa reprodução no pensamento social, o sentido de consentimento como um conceito imbricado na noção das violências, nos traz à tona escritos como das/os antropólogas/os Camila Fernandes, Everton Rangel, María Elvira Díaz-Benítez e Oswaldo Zampirolo, que por meio de trabalhos etnográficos, problematizam e deslocam a noção de consentimento da vida ordinária e os imaginários construídos de vulnerabilidade. O consentimento existe no imaginário construído acerca da menoridade, onde casos de estupro de vulnerável¹⁶ não permite que haja brechas sobre o entendimento de consentimento, por outro lado quando é uma denúncia feitas mulheres adultas as interpretações são outras (FERNANDES; RANGEL; DÍAS-BENÍTEZ; ZAMPIROLI, 2020).

Segundo Laura Lowenkron (2015) isso se explica através da própria definição de consentimento associado a permissão dado por um sujeito autônomo, esses sujeitos encontram essas racionalidades do permitir dentro de si, mas nas nossas interações sabemos que essa racionalidade de autonomia é designadas para certos corpos, para crianças essa racionalidade é negada, mas quando essas crianças habitam corpos biologicamente feminino, espera-se que ao longo de sua vivência essa autonomia é vestida de acordo com a fantasia do outro. Veja, nos casos de estupro de vulnerável o consentimento existe, porque até certa idade não se pode conceder permissão, porque crianças, assim como as mulheres, são vistas como objetos e não sujeito, em casos de estupro de

¹⁶ Definido no CPP, Art. 217-A. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos.

mulheres jovens e adultas, o consentimento existe e é sempre inscrito na permissividade (LOWENKRON, 2015).

Interessante notar que confrontar autonomia é pontuar vulnerabilidade, também alvo de relativização, mas que deve ser problematizada com olhar atento porque a depender do contexto, acionar vulnerabilidade pode proteger certos grupos e mesmo limitar a circulação de pessoas, por isso trazer essas categorias levando em consideração uma série de fatores heterogêneos, sobretudo, por quem está sendo designado e a quem, analisando detidamente operações que podem ceder ou o barrar trânsito de determinadas pessoas.

Assim, crianças inserem-se no entendimento de pessoas vulneráveis, mas jovens e mulher adultas não se encaixam nos mesmos sentidos, já que “vulnerabilidade “serve de base para desconstruir a autonomia da vontade em decorrência de uma imaturidade biológica e social (ou cognitiva e moral) e de uma condição (ainda que transitória) de desigualdade social” (LOWENKRON, 2015, p. 235). Podemos entender que o consentimento na ordem social parece exercer funcionalidade masculina, caminhamos precisamente na encruzilhada entre a legitimidade do consentir e o cerceamento de escolhê-la. A modelagem tensiona as nossas relações nesses critérios de avaliação moral das práticas sexuais regimentada no desejo do outro (CARRARA, 2015), porque o que está em discussão é o Prazer e Perigo¹⁷, uma vez que essas noções tateiam o limite da violação, precisamos observar a relação enraizada na construção êmica das pessoas no lugar de vítima e algoz, já que: “O ‘lado’ do perigo foi tratado de modo simples como se o consentimento, como um mero ato de vontade, garantisse sua tradução em prazer. Nessa transposição ou passagem, restou entre parêntesis o problema da violência” (GREGORI, 2004, p. 4).

Ademais, esses estudos guiam o que são abusos, tencionando os conceitos e tornando as violências relacionais e processuais, fazendo as devidas delimitações nas práticas de atendimento. Tornando-se prioritário o rompimento das visões limitadas sobre as modelagens feitas nas narrativas que são plurais, pensando a operacionalização em ações práticas. Muito embora na construção

¹⁷ Segundo Maria Filomena Gregori (2004) “Prazer porque há, no limite, uma promessa no erotismo e na busca de novas alternativas eróticas em transgredir as restrições impostas à sexualidade quanto tomada apenas como exercício de reprodução”. (...) Perigo na medida em que é importante ter em mente aspectos como o estupro, abuso e espancamento como fenômenos irrefutáveis envolvidos no exercício da sexualidade” (GREGORI, 2004, p. 4).

social a categoria se demostre válida, no sentido de fazer existir o limite para que não se perpetue a inclinação justificável ao perigo, ainda assim, atravessamos contexto turvo, pois “A identificação de apresentação do consentimento em estupro é um exemplo do fracasso mais amplo em teoria e prática (...) (PATEMAN, 1980, p. 162, tradução minha).

CAPÍTULO 2

DO “PACTO DE SILÊNCIO” AOS RUÍDOS

A definição de ruído envolve o conjunto de sons desagradáveis, contínuo e prolongado e às vezes, confuso. A topografia do processo de denúncia neste trabalho se constrói a partir desses sons, incluindo os sons internos, considerados inaudíveis, envolvendo as múltiplas mobilizações em torno do enfrentamento contra a violência de gênero, o fluxo do encaminhamento da denúncia se constrói nas primeiras impressões.

Veena Das nos diz: “Não está em jogo, portanto, tão somente a questão do ‘silêncio’, mas também a dos gêneros que permitiram a fala e deram-lhe as formas que esta tomou” (DAS, 2020, p. 44). O rastreio do não dito e do dito, percorre caminhos progressos tencionados nos campos do informal e formal. De acordo com pesquisa do Instituto Avon, das mulheres que sofreram violência sexual nas universidades, 70% contaram somente para familiares ou amigos, 20% não falaram e apenas 09% fizeram a denúncia em canais oficiais.

Neste capítulo, construo o percurso da denúncia seguindo a perspectiva das envolvidas nos casos da USP e UDESC, colocando como chave de compreensão três níveis de relação: Cômplexas, Altibaixo e Dissimétrica. Inerentes aos processos transcorridos, inserimos a importância do Acolhimento e interpretamos o perfil Predador desencadeado durante as conversas com as interlocutoras diretas.

2.1 “além de não ter essa rede de apoio, ela acaba desistindo de estudar, perde a vontade, perde a esperança que aquilo vai melhorar a sua vida quando acontece uma coisa dessa...”

A professora narra como muitas alunas violadas tendem a reagir após o acontecimento, a desistência da universidade poderia caracterizar o que tem se tornado padrão entre os casos expostos de violências mais graves, mas existem estudantes que prosseguiram com os estudos na instituição, como foi o caso da Antônia. Contudo, a atualização do Currículo Lattes pode parecer elemento

trivial, mas expressa a imanência do comportamento tácito, tanto a Berenice como a discente do PPGAS/UFAM, deixaram de atualizar as informações no ano do acontecimento, a violação para mulheres possui uma inteligibilidade outra.

Ao invés de começar com a reflexão sobre o percurso do encaminhamento formal da denúncia, vale trazer aspectos antecedentes e determinantes para o possível desdobramento denunciatório. A cena social ambienta pós-cena do estupro, tragicamente localizado na perda de algo que não pode ser traduzido.

Ouvir o relato e ver Antônia, transmitiu a sensação de que para além de um corpo violado, existe toda uma existência que também foi violada. Assistindo o documentário, trouxe à memória o grupo focal que realizei para pesquisa de iniciação científica em 2017¹⁸. No esforço de conseguir material empírico para o relatório final, reuni jovens estudantes da turma de Ciências Sociais da UFAM para conversarmos sobre estupro coletivo.

Apresentei a elas alguns casos no Brasil que tiveram repercussão midiática. No decorrer da atividade uma das alunas fala: “*Me mata, mas não me estupra*”, escutei mais de uma vez que o estupro não era só a violação do corpo físico, mas da alma, essa é uma fala comum entre pessoas que foram violentadas.

Esses são pensamento que se assemelham aos da antropóloga Cathy Winkler (1991), ela se coloca no texto *Rape as Social Murder*¹⁹ como investigadora-vítima ao descrever o dia que foi estuprada em casa durante um assalto à mão armada. Segundo a autora:

Os estupradores se sobrepõem não apenas às palavras e ações de suas vítimas, mas também atacam a definição das vítimas de seu corpo e de seu eu sexual. As ameaças dos estupradores vão além de desafios superficiais e invadem mentalmente e psicologicamente os seres e auto definição das vítimas (1991, p. 12).

Nas palavras de Winkler, estupradores²⁰ são pessoas bem sucedidas, cometem o crime e acabam com a visibilidade da prova, deixando apenas a

¹⁸ O projeto de Iniciação Científica orientado pelo Prof. Dr. Fábio Magalhães Candotti, desdobrou no trabalho de conclusão de curso, orientado pela Profa. Dra. Fátima Weiss de Jesus, cujo título foi citado.

¹⁹ Em tradução livre “Estupro como assassinato social”.

²⁰ Categoria acusatória utilizado pela autora.

credibilidade à mercê do relato da vítima, dentro do sistema que culpabiliza mulheres, implantam nas vítimas minas terrestres, causadoras das explosões emocionais naquelas que sobrevivem ao estupro, experienciado como “assassinato social”, passa pelo significado do trauma de proteção e trauma de recuperação (WINKLER, 1991).

Poderíamos visualizar o trauma de proteção, assemelhado ao isolamento das vítimas, parecendo ser subsequente, sendo sintomático do que se pode declarar como morte social. Segundo Eva Moreno (2017) “Estupro sempre implica morte” (MORENO, 2017, p. 235). A autora, que foi estuprada durante o trabalho de campo, esperou anos para descrever sobre o episódio e relata que “Na melhor das hipóteses, leva muito tempo para se superar a síndrome do trauma de estupro. Tal experiência já é devastadora o suficiente quando ocorre em ambientes conhecidos” (MORENO, 2017, p. 237).

Parece, portanto, que se estamos pensando morte, podemos também pensar luto como parte integrante do processo de confronto responsável pelas próximas etapas de ruptura do silêncio. Veena Das (2020), preocupada com as violências inscritas nos corpos de mulheres indianas sobreviventes do episódio catastrófico da Partição da Índia em 1947, debruçou parte dos estudos sobre a subjetividade das mulheres violentadas, incluindo o luto, a autora faz a seguinte pergunta: “O que acontece com o trabalho de luto quando as mulheres são raptadas, estupradas e condenadas a uma morte social? A solução ritualística clássica nesse caso é que o corpo social se desligue completamente do indivíduo conspurcado” (DAS, 2020, p. 80).

A morte simbólica mencionada por DAS (2022), apega-se aos rituais como a quebra de um pote para representar a pessoa socialmente “morta”, mas fisicamente “viva”²¹. Seguindo a perspectiva ritualística, pensada no sentido de purificação, Lia Zanotta Machado (2010) expõe a representação do “impuro” nos corpos femininos violados sexualmente. Sua personagem Maria conta como o primeiro ímpeto depois de ter sido estuprada, foi o de tomar banho.

O relato exprime a força com que Maria utilizava a bucha de banho para esfregar não só a pele do corpo, mas a língua e como machucou a boca ao

²¹ No caso de mulheres violadas que foram rejeitadas socialmente e pela família, Das (2020) evoca a “zona entre duas mortes, e não entre a vida e a morte” (2020, p.81).

escovar os dentes na tentativa de se livrar de qualquer fluido corporal do agressor²². A autora explica:

O limpar-se pelo banho e pela água, e o desfazer-se da roupa, jogando-as no lixo, parecem ser os atos pensados como rituais capazes de purificar o estado do “corpo” e da “alma” (“por dentro”) tornados impuros e sujos depois de um abuso sexual imposto (MACHADO, 2010, p. 5).

Uma outra pontuação diz respeito ao fato de o banho tornar invisível amostras que podem provar o crime. Ou seja, implica o campo do formal e ter provas produzidas no próprio corpo, uma exigência racional que estende a dor diante do ocorrido, nesse aspecto Machado (1998) ressalta:

Se no campo legal, podem ser provas do ato de estupro, possibilidades de denúncia do ato criminoso masculino, esperando-se que o qualitativo do ato ‘hediondo’ se inscreva no masculino, no campo moral, são marcas da impureza de um ato que não se inscreve no masculino, mas no corpo feminino (MACHADO, 2010, p.5).

Essa interpretação pressupõe a sobrevivência, registra a imensa relação da transposição da linguagem através corpo, no ensaio *The Act of Witnessing: Violence, Poisonous Knowledge, and Subjectivity*²³, DAS (2011) formula na observação do contexto das mulheres que foram violadas, como acontece em situações que envolvem o estupro, a recuperação dos danos causados através de trabalhos de ritualização. A sensibilidade da antropóloga elabora a subjetividade no discurso da experiência vivida:

Através de transações complexas entre o corpo e a linguagem, elas foram capazes de expressar e mostrar o mal que lhes foi feito e também de testemunhar o mal feito ao todo tecido social – a lesão foi a própria ideia de diferentes grupos serem capazes para habitar juntos o mundo (DAS, 2000, p.206, tradução minha).

O complexo significado da violação daquilo que não é tangível, pode ser traduzido ao conflito emocional que ratifica o luto no sentido irrestrito da palavra, o sentimento de perda gerado por partidas, atrela simbolicamente às pessoas enlutadas de si. *A morte em vida*, inscreve no próprio luto, o desejo de Antônia

²² Dois notáveis reconhecimentos são relevantes pontuar, a primeira que assim como a personagem Maria, a antropóloga Cathy Winkler disse ter sentido um “cheiro” específico, que persiste e as faz não esquecer do ocorrido, e principalmente do agressor.)

²³ Em tradução livre “O ato de testemunhar: Violência, Conhecimento Venenoso e Subjetividade”.

e Berenice pelo afastamento da universidade. Nesse sentido, a proposta compreensiva do próprio luto na perspectiva do estupro, revela o potencial interior pelo desligamento, que se estende ao desaparecer²⁴, afastar-se é lidar com a própria perda diante do trauma, singularmente habitada na ruptura e/ou confronto.

A ruptura estando no processo de afastamento de qualquer cena cotidiana ligada ao ocorrido, encontra a contraposição do confronto, deposita-se a escolha, incisivo para os desdobramentos futuros. A intenção em propor essa discussão é confirmar que antes do percorrer da denúncia são exploradas as direções da temporalidade do estupro, dentre elas o que está em risco socialmente.

(...) quem quer começar uma carreira com isso? Com esse peso? De que — “Ah, eu denunciei um professor”, as pessoas têm medo, têm receio de que aquilo prejudique a sua carreira, aí infelizmente, sem números a gente não tem dados, se não existe para que a universidade vai criar algo? É ainda muito silenciado no meio acadêmico (Conversa virtual concedida em junho/2021)

A mecânica da violação, e aqui na universidade, impõe o medo de levar o relato adiante, parte se concentra nas posições bem relacionadas do agressor e de terem suas carreiras interrompidas por esse fator proeminente. Segundo Moreno (2017) “O elemento da culpa que ainda se liga à sobrevivente do estupro, se relaciona ao fato de que mulheres que sofreram violência sexual têm medo de prejudicar sua posição profissional ao falar sobre isso” (MORENO, 2017, p. 236).

Podemos ver os rumos da constante ameaça que ronda a alunas, a não denuncia por terem suas capacidades intelectuais e carreiras postas em risco, sabe-se que a equivalência das denúncias formais se vale na estratificação, sobretudo, generificada. A trama apresenta os entraves, sabe-se que a violência não acontece uma única vez, ela se desdobra pelos caminhos seguintes.

²⁴ Compreendemos que a chave analítica do desaparecer não se estende aos casos de vítimas de estupro que cometeram suicídio, infelizmente não existem dados concretos que revelam a emergência do cenário no Brasil. Esse é um ponto negligenciado, por não se tratar de incidentes isolados, como demonstrado durante a gravação do documentário “The Hunting Ground” pouco depois de ter gravado o relato de estupro, uma das participantes cometeu suicídio. A busca simplificada na internet aponta para o caso de 2015 envolvendo uma mulher indiana de 40 anos que teve a própria imagem vazada durante o estupro coletivo, a vítima procurou ajuda das autoridades locais e depois de passar por suscetíveis resposta que a culpabilizavam, envenenou-se.

Entretanto, para além da disposição em dar seguimento, o funcionamento não é a mesmo para todas as pessoas na compreensão e legitimação da dor da outra, Antônia e Berenice são corpos atravessados por teias racialmente e economicamente diferentes, ainda que sejam corpos que habitaram o mesmo trauma. Tratando-se de mulheres racializadas os direcionamentos ocorrem por vias diferentes, raça e classe abarca confrontações oriundas de latentes verificações, os ruídos empreendidos em mulheres brancas, não é mesmo para mulheres negras (KILOMBA, 2020), veremos os significados disso mais a diante.

O conjunto de operação que impele a vítima ao medo é tecida na estratégia da manutenção do silêncio, algo não compartilhado. A prerrogativa do confronto é a idealização eficiente da elisão dessas estratégias, surtir ruídos parte da ambivalência pessoal entre o interno ao externo, o cenário profícuo às narrativas compartilhadas é antes de tudo o esforço pela sobrevivência, as primeiras escutas possuem o potencial de construção coletiva das bases de apoio que darão o suporte necessário para o prosseguimento da denúncia nos canais formais. Veena Das (2020) argumenta:

A dor nessa interpretação não é aquela coisa inexprimível que destrói a comunicação ou marca uma saída da existência da pessoa na linguagem. Em vez disso, ela faz uma reivindicação ao outro – pedindo reconhecimento que pode ser dado ou negado. Em ambos os casos, não é uma declaração referencial que está apontando para um objeto interno” (DAS, 2020, p.69).

Assim, podemos trabalhar na noção do reconhecimento espelhado, a princípio parte da pessoa envolvida para em seguida ser reconhecida por outras e outros. Enquanto o reconhecimento da dor pode ser negado em sua maioria pelo outro, a dor pode vir a ser reconhecida por uma outra e assim, por outras. No geral por pessoas com uma maior facilidade de identificar em alguma medida a vivência apreendida através da intersecção dos marcadores sociais.

2.2 “só, que quem está do lado de quem incentiva é uma coisa, mas a pessoa em si, cada um sente de um jeito, cada um percebe de um jeito”

“Cada um percebe de um jeito” é a tônica da noção das violências que circulam por caminhos nebulosos, o projeto por de trás tornou a identificação vagarosa, por conseguinte não sendo fácil reconhecer atos violentos, cujo aspectos coincidem com o controle. Ainda assim, as violências estão em bases frágeis, como vimos no início, o reconhecimento de atos violentos pode ser predeterminado mediante a fala de alguém durante qualquer atividade que torne visível suas características, Rizonete Souza (2014) descreve bem a observação:

A leitura me deu uma espécie de flash, lembrei de coisas que aconteceram comigo e que eram discutidos no texto como sendo violência contra mulher. Saía da leitura, da conversa e ficava pensando e relembando situações. Raiva, repulsa, eram sentimentos que se misturavam dentro de mim. Foi a partir dessa primeira leitura que passei a entender muitos momentos de minha vida em que havia sofrido violência. Passei então a me apropriar das leituras e do aprendizado tanto na universidade como em outros espaços para me assegurar e reconhecer algumas situações do meu dia a dia (SOUZA, 2014, p. 21).

O confronto que viabiliza o reconhecimento das vivências violentas é apreendido na socialização, porque “(...) atos considerados violentos não possuem um sentido imanente, mas são significados em seu entrelaçamento com outras práticas sociais “(MELO, 2014, p.39), essas vivências são, argumentadas por Miriam Grossi como “escritos e reescritos” “uma vez que constatamos diferentes representações da violência nas narrativas que escutamos” (GROSSI, 2012, p. 308), as implicações da identificação nos casos de estupro também passam por conflitos representativos, na falta da compreensão do consentimento fazem a designação do senso comum, a consciência valorativa que subverte o crime de estupro como sexo consensual. A dor é percebida apenas pela pessoa consciente, que no intento de evitar o desdobramento abrasivo, apega-se ao silêncio que corrói.

Nos termos coletivos do reconhecimento, a construção do tornar estupro como um ato violento atravessa o ato de contar, os ruídos se fazem nessas falas compartilhadas, é onde começam os sons ditos desagradáveis para aqueles que se acomodaram nas ilicitudes do silêncio. Para tanto, devemos nos atentar que a inflexão do estupro como violência ocorre em diferentes direcionamentos, o compartilhamento finca o ocorrido como fato individual para aquela que conta, por outro lado não garante legitimidade coletiva para aqueles que escutam, como

foi o caso de Antônia quando conta para os colegas de turma em busca de algum apoio.

Sherry B. Ortner explica as organizações sociais e culturais como fatores iminentes às percepções das pessoas, a subjetividade é parte integrante desses modos, envolvendo sentimentos de diferentes ordens, com vista a destacar agência como parte fundamental de como as pessoas agem no mundo diante das circunstâncias inscritas nas vivências. A proposta da autora sobre a subjetividade navega pelos níveis individuais e coletivos, o nível individual é descrito como a reflexão do nosso querer dentro das circunstâncias na qual estamos inseridas. O nível coletivo é a sensibilidade de um conjunto, “Consciência é, nesse sentido, sempre ambigualmente parte das subjetividades pessoais das pessoas e parte da cultura pública, e essa ambiguidade segue durante muito do que vem a seguir” (ORTNER, 2007, P.380).

A análise das interações dos sujeitos propiciadas nos cenários expostos, possibilita acionar a reflexão sobre essa subjetividade²⁵, valendo-me do ponto de vista da dinâmica entre sujeito e poder, vamos considerar o amplo conhecimento sobre essas questões, em atenção aos aspectos observados por Ortner (2007):

Por subjetividade irei me referir ao conjunto de modos de percepção, afeto, pensamento, desejo, medo e assim por diante, que animam os sujeitos atuantes. Mas eu sempre me refiro, da mesma forma, às formações culturais e sociais que modelam, organizam e provocam aqueles modos de afeto, pensamento, etc., ou medo ou confusão, assim como vários modos de superar esses estados subjetivos, tem sido centrais nesse tipo de trabalho (ORTNER, 2007, p. 381).

O efeito dos aspectos apontados pela antropóloga Saba Mahmood (2006) sobre as mulheres do Oriente Médio, encontra-se estreitamente relacionado às premissas de subjugação das vítimas de estupro. A forma que Mahmood utiliza “(...) a agência em termos de subversão e ressignificação de normas sociais, em localizar a agência no seio dessas operações que resistem aos modos dominantes e subjetivamente de poder” (Mahmood, 2006, p. 146).

²⁵ Na discussão sobre subjetividade muitas/os estudiosas/os apontam a noção preexistente sobre o *self* declarada pelo sociólogo George H. Mead no livro “Mind, Self and Society”, o autor parte do pressuposto que a existência individual faz parte do processo com a comunicação com o outro. O próprio reconhecimento emerge processualmente das interações sociais, as formas como são organizadas e desenvolvidas.

Dado o momento do ato de contar, o processo do itinerário da denúncia pode existir na triplicidade do que vamos chamar de relações: Cômparaes, Altibaixo e Dissimétrico. Esses três níveis de entendimento das relações no percurso da denúncia não pressupõem linearidade, ou seja, podem ou não ocorrer de forma subsequente, é importante ressaltar que dentro da perspectiva da denúncia, esses três níveis são rastreados no campo do informal e formal.

Para este trabalho, considero o campo informal como sendo derivado de tudo que não transita no processo de acareamento e judicialização, à exemplo disso, temos a relação Cômparaes, estabelecida no primeiro relato que evidencia o estupro ou quaisquer atos violentos. O verbalizar do acontecimento com pessoas identificadas como iguais, resgata que tanto Antônia como Berenice passaram por essa relação de cômparaes, contaram o ocorrido primariamente a pessoas que estavam próximas, os encargos afetivos sumariamente suscitam confiabilidade.

O efeito do ato de contar, ou seja, o verbalizar o acontecimento para outras pessoas, recupera o que a Das (2020) chamou de “Zona de Silêncio”, a antropóloga percebeu durante a interlocução com as mulheres indianas, que evitava-se falar sobre as memórias mais violentas da Partição, a criação da zona era vista como o artifício utilizado pelas mulheres que dispunham no corpo o retrato invisível do acontecimento atroz, para conseguir lidar com o silêncio imposto ao mesmo tempo que esse silêncio as protegia, segundo Das (2020):

Esse silêncio era alcançado seja usando de uma linguagem geral e metafórica, mas que evitava a descrição de quaisquer eventos como especificidade que tornasse possível capturar a particularidade de sua experiência, seja descrevendo os eventos circundantes deixando a experiência real de rapto e estupro intocada (DAS, 2020, p. 87).

A metáfora citada pela autora refere-se ao “conhecimento venenoso”, nas “transações entre corpo e linguagem” (DAS, 2020, p. 86), as mulheres viam-se como receptoras das lembranças ingeridas como “veneno” que se dissolviam nos seus próprios corpos. Assim, as memórias eram mantidas e compreendia-se que não podiam ser compartilhadas, mas se nos casos trazidos pela autora circunscreve a proteção e cura dessas mulheres através dos códigos de silêncio, o ato de compartilhar os acontecimentos de estupros em universidades se

demonstra conhecimento também envenenado, não como se o efeito fosse envenenar outras, mas alertar outras.

Assim como a metáfora ilustrou como as mulheres vítimas da Partição assimilavam as violências sofridas, as jovens que são vítimas de estupro se reapropriam do veneno e a transformam em antídoto. Sendo assim, o compartilhamento da violação assume especial significado, uma vez que a fala entre pares reflete parte do processo de cura, “(...) e a eficácia das ideias e crenças precisa ser incluída na análise explicativa, somando-se à ação, para que se identifique os mecanismos de movimento e de reprodução da sociedade” (PEIRANO, 2001, p. 23).

Uma vez que as escolhas individuais espelham o agenciamento, quando as vítimas optam por não relatar, podemos dizer que isso também faz parte da autonomia, é forma de proteção tal qual as mulheres indianas. A coragem como qualidade somente daquelas que falam, nega que o não relato também seja característica de resistência.

Encontrar a fala é parte de um processo complexo, beber o veneno e assim o mantê-lo é questão de sobrevivência, portanto, determinados por elas torna-se ato igualmente corajoso que demonstra em si a agência das pessoas que são violadas. Trata-se, contudo, de mantermos o encorajamento que evoca para além dos nossos interesses, a sensibilidade do reconhecimento da dor da outra que opera por outras vias possíveis de entendimento.

2. 3 “Então, é coisa muito complexa isso, como que chegam? quais são esses relatos? e o que acontece?”

Dentro do conhecimento sobre os casos, nos aproximamos da interpretação das etapas classificatórias, indicada em determinadas pessoas, cuja identificação produz o sentido de quais indivíduos são construídos como mais válidos à confiança, a possibilidade da pessoa situada no lugar de autoridade disposta a acreditar na narrativa do acontecimento. Com tais observações, parece-me configurar a categoria Altibaixo, de forma similar ao significado, modificando as elevações quanto à posição onerada.

A viabilidade da relação Altibaixo é caracterizada no acionamento de professoras e/ou outras profissionais, assim como no terreno, hierarquicamente as professoras possuem elevações e o seu acesso indica o posicionamento alto, supostamente privilegiado, mas que se demonstra acessível à inclinação, ao nivelamento das relações entre professoras e discentes. Revelar o acontecimento abre possibilidades para produção de valorização da subjetividade, não se garante o prosseguimento e muito menos a legitimidade em outras instâncias.

Na medida que se avança a atuação do poder traz contornos evidentemente amplos, na dinâmica discente/docente, dentro dos recortes, a operação se dá diferente, hierarquicamente as/os docentes estão privilegiadamente bem posicionados, mas as profissionais mulheres não se encontram no mesmo plano que os profissionais homens. O resgate do episódio de estupro da USP nos traz o exemplo da atuação do poder nos atravessamentos genericados, a professora Maria Ivete Castro Boulos manifestou publicamente a insatisfação nos encaminhamentos permissivos da universidade em relação ao agressor, a resposta institucional proveu o afastamento da professora e concedeu ao agressor os caminhos de acesso ao diploma.

Por mais que a posição hierárquica da professora incidisse ao privilegio e poder, “incorporada como parte constituinte de todos os níveis da produção de conhecimento...” explicado por Alinne Bonetti de Lima (2009, p. 107), a indignação considerada fora das normas é um lembrete contínuo de como as estruturas de poder ocorrem para diferentes corpos e cargos, revelando a distribuição da imposição do silêncio em esferas acentuadas ao privilégio.

Nesse sentido, o poder é atuante multifacetado, os pressupostos são ancorados no esforço de entender a objetivação do sujeito, campo de estudos que Foucault tem uma larga trajetória, debruçando no ferramental de poder, o que ele aborda como verificação constante (FOUCAULT, 1995)²⁶. Seguindo a perspectiva do filósofo:

²⁶ De outro modo, o autor trabalhando como questões de sexualidade, em a História da Sexualidade (1984) nota a “mecânicas de poder”, nos recortes de gênero, raça, resultaria em novos códigos e símbolos, essas regulações definem quais sujeitos são desejados ou interditados.

Quanto às relações de poder propriamente ditas, elas se exercem por um aspecto extremamente importante através da produção e da troca de signos; e também não são dissociáveis das atividades finalizadas, seja daquelas que permitem exercer este poder (como as técnicas de adestramento, os procedimentos de dominação, as maneiras de obter obediência, seja daquelas que recorrem, para de desdobrarem, a relação de poder (assim na divisão do trabalho e na hierarquia das tarefas). (FOUCAULT, 1995, p. 241).

Na conjugação das relações de poder, os marcadores sociais configuram as restrições da apropriação às vantagens estabelecidas nos espaços. Não se trata somente de ascensão social, mas do fato do “poder” não incidir igualmente sobre corpos que atendem aos dispositivos de gênero e raça dominante. Por outro lado, Ortner argumenta:

Pessoas em posições de poder 'tem' - e estão autorizados a ter - o que poderia ser considerado como 'alta agência', mas os dominados também têm sempre certas capacidades, e às vezes, capacidades muito significativas, para exercer algum tipo de influência sobre a forma como os eventos se desenrolam (ORTNER, 1996, p. 78, tradução minha).

De forma localizada, a inserção de temas sobre marcadores sociais da diferença em espaços institucionais, também são marcas do poder, atrelado a noção de resistência²⁷ das interações na entrelinha do processo de denúncia. As narrativas relacionam as professoras próximas a essas temáticas como agentes atuantes numa escuta segura, são pessoas que evocam o acolhimento do relato sobre o sofrimento.

A gente acaba sendo identificada como uma pessoa que as pessoas podem chegar perto... (Conversa virtual concedida em junho/2021)

Com essas reflexões, podemos relacionar o imaginário do cuidado não só na discussão de disciplinas cuja complementariedade pode se manifestar no sensível, mas da reprodução discursiva de que mulheres são engajadas na ideia de sujeitos que prestam assistencialismo aos demais indivíduos. Judith Butler (2019) demonstra as implicações inscritas nos corpos que são passíveis do construto que lançam os eficazes eixos compreendidos no conjunto de leis ainda caracterizadas biologicamente.

²⁷ A noção de resistência é trabalhada de forma semelhantes quando tratadas as perspectivas de agência e poder.

Neste ponto, é importante ressaltar as contribuições do debate feminista em relação ao “Cuidado” que repetidas vezes é reconstruída nas bases do discurso homogêneo que ensina ainda hoje que certas pessoas são dotadas de mais maturidade que outros, congelado na identificação do espaço privado reservado às mulheres e o público aos homens. Esse pensamento distinguiu através de uma disputa moral a falha desses sentidos que ainda recorrentemente era traçado através de estereótipos da existência do sentimento do cuidado advindo biologicamente, complacente a descrição do ato de “maternar”. (ZIRBEL, 2016)

(...) não poderia pessoalizar essas questões, deveria ser algo institucionalizado dentro das universidades (Conversa virtual concedida em junho/2021)

O não “pessoalizar essas questões” é o argumento incumbente nas discussões contemporâneas de um cuidado de responsabilização ampla em conflito com as ações que subordinam mulheres, como é o caso das professoras que possuem alguma aproximação com as temáticas de gênero e sexualidade, comumente discutido na área do conhecimento das humanidades. A percepção na busca por relatar, além de centralizada, torna o trabalho da docência para aquelas que se dispõem a ouvir, um trabalho indissociável com o trabalho de ouvir relatos e pensar de forma híbrida, a mobilização.

Com isso, a concentração seletiva do acolhimento como prática de cuidado incide na “divisão do trabalho”, o olhar de Flávia Biroli lembra que “Falar em divisão do trabalho é tocar no que vem sendo definido, historicamente, como trabalho de mulher, competência de mulher, lugar de mulher” (BIROLI, 2018, p.21). A abordagem da autora atende às demandas específicas, considerando a dinâmica da correspondência racial, os recursos disponibilizados passam pela correlação do trabalho na esfera do privado e público, o conjunto articula a lógica do gênero no cenário de divisão, a autora explica: “Em outras palavras, a produção do gênero não ocorre de forma isolada de outras variáveis que, em dado contexto, são relevantes no posicionamento e na identificação das pessoas, assim como no seu acesso a espaços e recursos” (BIROLI, 2018, p.36).

Ao mesmo passo que os estudos de gênero evidenciam a força produtiva desigual, aqui podemos observar que os parâmetros concedidos de cuidado

continuam produzindo os mesmos critérios que reforçam a desigualdade de gênero. Ainda que consideramos um trabalho de constante transformação objetiva e subjetiva, contraem-se solicitude na construção de apetrechos que forneça suporte para aquelas que acolhem, o ato de cuidar requer recursos (BIROLI, 2018).

No entanto, desmantelar o acolhimento assumido como trabalho afetivo e que exige como qualquer outra atividade, recursos, adere enorme declínio pelo sentido de abstração da prática no cenário capitalista, porque o cenário relacional das adaptações de doutrinas econômicas dificulta e restringe o espaço de cuidado (TEIXEIRA, 2020). De forma ampla, o cuidado seria contraproducente, o indivíduo “é reduzido a um meio para finalidade prioritária, que seria o consumo” (BIROLI, 2018, p. 86).

(...) na minha sala tem café, tem chá, eu não tomo chá, mas o que eu dou de chá para as pessoas não está no mapa, porque as pessoas precisam de conforto, acolhimento é a palavra certa (Conversa virtual concedida em junho/2021)

A palavra *acolher*²⁸, segundo o dicionário, sugere como uma das definições “oferecer ou obter refúgio, proteção ou conforto físico; abrigar(-se); amparar(-se)”. Todas essas definições cabem na atuação de pessoas que se dispõem a acolher os relatos de discentes vítimas de estupro, como categoria nativa são relações geradoras de atualização das práticas no processo denunciatório da violência de gênero, entendendo que a denúncia se inicia no compartilhamento com iguais e a efetivação não necessita formalização.

As discussões sobre formas de acolhimento, comumente são tecidas nos trabalhos de profissionais atuantes na promoção da saúde, a produção fundamentada na teoria nos apresenta diversos trabalhos no campo da enfermagem. Dessa forma, somos levadas a conhecer o trabalho da Lislaine Fracoli e Elma Zoboli, as professoras do Departamento de Enfermagem em Saúde Coletiva da USP, explicam que:

O acolhimento é mais do que um fenômeno linguístico, do discurso verbal, de traduzir-se em intencionalidade de ações. Ele possibilita a captação das necessidades de saúde manifestadas pelo usuário e

²⁸ Dar ou receber hospitalidade; hospedar (-se), alojar (-se). 3. Prestar cerimônia a; recepcionar (Oxford Languages).

dispara imediatamente na instituição um processo de trabalho concretizado em ações que respondam à necessidade captadas (FRANCOLLI e ZOBOLI, 2004, p. 144).

As autoras argumentam, partindo da ótica organizacional dos serviços de saúde, que o princípio de acolhimento atende a algumas ponderações. Dentre as quais perpassa o atendimento sem restrição de toda população, acolhendo e disponibilizando escuta em busca da resolução das necessidades expostas, o princípio da reorganização da equipe de trabalho não centra as funções na figura do médico, mas cria-se a colaboração multidisciplinar que desempenha os encaminhamentos técnicos, e por fim, o princípio da relação de trabalho qualificadas nos parâmetros da humanidade, solidariedade e cidadania captadas (FRANCOLLI e ZOBOLI, 2004).

Nessa perspectiva, a ideia do ponto de vista do acolhimento como chave analítica, a partir dos diálogos com os debates existentes, Flávia Biroli segue pontuando que a esfera do cuidado não se limita às críticas que evidenciam as desvantagens e trocas desiguais, segundo a autora: “Elas se voltam também para dimensão ético-política das relações de cuidado e para seu potencial impacto na esfera pública e na democracia” (BIROLI, 2018, p.53).

O que a gente percebe, o que a gente sabe é que esse primeiro momento ele não é um momento “delegacia”, “denuncia”, ele é um momento acolhimento, é um momento de escuta, é um momento de uma escuta sem julgamento, é um momento de uma escuta absolutamente desinteressada no sentido de inclusive exigir que a denúncia seja levada avante (Conversa virtual concedida em junho/2021)

A inteligibilidade acerca das considerações pontuadas, otimiza a noção de acolhimento no espaço universitário. Os pressupostos unem ao acolhimento, a escuta, esses são processos identificados nos casos, mesmo que esses processos no serviço de atendimento à saúde recorrem ao papel de resolução para determinado problema de saúde e por outro lado não temos garantias de resolução nem mesmo quando as denúncias chegam aos canais formais, assim o acolhimento institui efeitos reais.

O intento de trazer noções sobre acolhimento que versam no campo da saúde²⁹, nos traz características relacionais, Antônia buscou acolhimento nas relações afetivas, nem todas foram bem sucedidas pelo modo de subversão do estupro, tendo o agravante da narrativa do estupro deslegitimada, mas lembra que se sentiu ouvida quando passou por acompanhamento psicológico. Berenice buscou acolhimento naquelas que também passaram pela mesma violência com o agressor, teria certeza que acreditariam na sua narrativa, a escuta é característica primordial do acolhimento, pensa-se na pessoa ou no grupo a quem se busca como detentora dessa qualidade.

O olhar fenomenológico da escuta perpassa esferas metodológicas, tomo o ponto de partida que a escuta como um dos instrumentos da prática de acolhimento não exige colocação do que eu penso enquanto ouvinte, mas a minha escuta permite a outra potencializar possível intervenção. As colocações pessoais podem ser organizadas durante a escuta, mas não deve ser realizada primariamente, como colocado, o ambiente propicia a escuta, uma porta aberta; um chá e a disponibilidade de uma professora, muitas vezes é o suficiente.

Abre-se, assim o “acolhimento” condicionado ao cuidado e nele o fenômeno político, o relato que é acolhido, seja por professoras, amigas, profissionais da saúde são vias possíveis da ação intencionada, operando em diferentes dinâmicas conflitivas, avaliando os seus sentidos. Seu desenvolvimento inclui significados nas intervenções cotidianas articuladas ao desenvolvimento das ações humanizadas. Na entrelinha do cuidado, o acolhimento é ferramenta participativa de uma estrutura maior, é a própria capacidade de agência enquanto resistência. E ainda que seja uma prática captada no laço tradicional da docilidade, situada no âmbito privado, são essas incorporações que ganham importantes arranjos no progresso público, Mahmood (2006) afirma: “Neste sentido, a capacidade de agência pode ser encontrada não só em atos de resistência às normas como também nas múltiplas

²⁹ A aproximação da Antropologia com a Saúde é anterior e seu desenvolvimento suscitou em pesquisadoras/es fazendo o uso da etnografia, potencializando o entrelaçamento. Baseando-se na etnografia produzida durante a pandemia de covid-19, Cristina Dias da Silva, aponta: “As etnografias claramente buscam capturar novos objetos do ouvir, assim como reivindicam certos sujeitos do ouvir, os pacientes, nesse processo de condução da pesquisa de campo” (SILVA, 2020, p.14).

formas em que essas normas são incorporadas” (MAHMOOD, 2006, p.147), não falhamos, ressignificamos.

(...) são narrativas que têm sempre o mesmo enredo, as alunas chegam muito temerosas, contam as violências, as violências elas são de várias ordens, e não querem denunciar, porque há uma desconfiança profunda no que significa denúncia, no ponto de vista: “vai acontecer alguma coisa com quem eu estou denunciando?” (Conversa virtual concedida em junho/2021)

As motivações devem ser situadas na competência subjetiva em que são produzidas, sobretudo quando pensamos alternativas de projetos coletivos, as decisões aderem diretamente na orientação significativa das próximas etapas processuais. O ponto crítico da experiência das mulheres que são violadas é não ter a garantia do acolhimento em todas as esferas que o depoimento percorre, a encruzilhada é posta no prosseguir da denúncia, é correr o risco do desdobramento das violências simbólicas amenizadas nos processos formais.

2.4 “(...) eu até brinco — Se o déspota é esclarecido, tá tudo bem, mas se ele não é, a coisa complica...”

Durante a conversa, essa é a expressão trazida pela professora, oriunda da figura que governa, foi mencionada para ilustrar a complicação de relatar formalmente a denúncia e não ter a seguridade de que as autoridades competentes irão avaliar a cena revivida como crime, isso porque existe a lacuna que se revela entre o aparato judicial e o relato das mulheres que evidencia a interpretação das/dos agentes da lei (GREGORI, 2012).

O uso da expressão prospera a relação “Dissimétrica”, que por sua vez pressupõe a exposição dos acontecimentos por meio do acesso aos canais institucionais, orientando a aplicação formal da denúncia nos processos policiais-jurídicos. Notavelmente o recebimento dos relatos mobiliza uma série de fatores, dentre eles, as violências simbólicas ostensivas nos processos de formalização da denúncia.

Anteriormente vimos os aspectos reconhecidos na denúncia informal, o momento que coloco como inaugural do processo. O caminho ordinário da

informalidade é esquivo, no sentido de que é preterido como caminho resolutivo e nem sempre precede a racionalidade burocrática dos canais formais de denúncia. Essa burocratização é plenamente assumida em muitas pesquisas etnográficas que se propuseram observar a esfera das delegacias (VARGAS, 1997; ACCIOLY, 2014; CUNHA, 2014).

O ritmo peculiar das queixas (GREGORI, 2012) aqui nos casos de estupro, mas geralmente para outras violências contra mulheres o encaminhamento segue de forma similar. São registrados através do Boletim de Ocorrência (BO), a decisão em preencher as informações do formulário policial parte estritamente da denunciante, é importante pontuar que nos casos de “estupro de vulnerável” necessita uma pessoa maior de idade, Joana Domingues Vargas (1997) afirma que nesse primeiro momento é comum as vítimas desistirem de prosseguir com a denúncia.

A instauração do Inquérito Policial identifica nessa primeira etapa, a instauração das informações dirigidas no B.O junto com o laudo do exame de corpo de delito, solicitando o depoimento das pessoas envolvidas. A denúncia chega ao Ministério Público após a transição da denúncia em ação penal, o relato do inquérito é encaminhado para sorteio para definir a Vara Criminal que ficará responsável pelo caso. O relato oficializado como processo é recebido pela/o juiz(a), considerando os elementos expostos sobre o caso, podem qualificar ou não como prática delitiva.

Antônia, Berenice e a discente do PPGAS/UFAM registraram formalmente a denúncia em delegacias especializadas se por um lado a Antônia passou por todas essas etapas, Berenice chegou somente no registro formal, já que o delegado que a ouviu julgou não ter provas elegíveis para tipificação do estupro como crime, para Berenice a constatação era nítida, para o delegado, não.

Essa luta pelo convencimento do outro, mobiliza a intersubjetividade da distinção do que acontece quando a vítima é mulher e em cenário mais amplo, envolve pessoas LGBTQIA+³⁰. Desse conhecimento Marilena Chauí explica a face do aspecto de superioridade em detrimento de outras, a ambiguidade da relação externaliza o impacto da naturalização dos aspectos que envolvem o reconhecimento, “O outro jamais é reconhecido como sujeito nem como sujeito

³⁰ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexual e outros.

de direitos, jamais é reconhecido como subjetividade nem como alteridade” (CHAUÍ, 2007, p. 7).

A face do reconhecimento pode ser vista em outros trabalhos que não lidam especificamente com o estupro, mas com a violência doméstica que são partes integrantes de práticas plurais das violências de gênero, Paulo Victor Leite Lopes descreve que (...) em determinados contextos, as violências não são operadas e reconhecidas, necessariamente, em torno de vítimas e autores, sem deixarem de ser, no entanto, lidas como tal” (LOPES, 2016, p.239). As pessoas envolvidas se nomeiam como vítimas, no entanto, para alguns as mesmas não foram lidas desta forma, não se trata de apenas nomear, mas afirmar para determinados sujeitos a violência inscritas a partir dessa noção.

(...) é que dentro da universidade tem todo um processo, prazos longos... (Conversa virtual concedida em junho/2021)

Na esfera universitário ocorre a Sindicância Investigativa, segundo o Manual de Sindicância da USP³¹, a instauração é realizada através da autoridade competente ao tomar conhecimento do acontecimento, por meio de uma portaria não pública, deve-se indicar: os membros da comissão, o servidor/a que irá secretariar a comissão, a descrição da irregularidade que deve ser apurada e os prazos para conclusão do apuramento. A instalação dos trabalhos de apuração inicia-se com a presidência da comissão designando dia e hora para instalação dos trabalhos, todo o processo deverá constar na ata, incluindo a ciência dos membros quanto as providências pertinentes à apuração dos fatos considerados irregulares.

Durante o tempo de realização da sindicância são enviados pela pessoa responsável por secretariar, convocações; notificações; convites e ofícios. As convocações são encaminhadas aos membros da comissão, para pessoas servidoras que irão prestar esclarecimentos são enviadas as notificações, para pessoas não servidoras são encaminhados os convites, o prazo de encaminhamento é de no mínimo 48 horas de antecedência.

³¹ Disponível em: [Manual de Sindicância | ECA - Escola de Comunicações e Artes \(usp.br\)](#). Acesso em 20jun2020.

Na necessidade de possíveis subsídios de informação são encaminhados os ofícios para os órgãos indicados durante o período de trabalho. O início ou sequência da apuração se dá mediante o recolhimento de material que captura os autos da Sindicância e enreda o relatório final. Depois de colhido todos os depoimentos, nele consta endereçamento, resumo do ocorrido e a verificação com os atos que foram levantados, a conclusão dos membros e não obrigatório, as sugestões referentes à autoridade responsável pela abertura da sindicância.

Quando conversei com a professora Heloisa, o trote apareceu como elemento sublime das relações hierárquicas entre alunos e alunas da faculdade paulista. Comparativamente, não aparece na fala das interlocutoras da UDESC. Mas é importante trazer esse elemento, porque foi a extensão das práticas que ferem os Direitos Humanos durante a realização dos trotes da FMUSP que culminou a instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), na Assembleia Legislativa de São Paulo.

As narrativas na época exemplificavam a presença da violação simbólica com os hinários racistas, misóginos e LGBTfóbicos, cuja letra fazia apologia ao estupro. Havia ainda o chamado “estuprinho” que eram considerados “brincadeiras” que simulavam práticas de violação, muitos são os episódios relatados de nudez compulsória, alunos veteranos que exigiam dos ingressantes que tirassem a roupa nos eventos da FMUSP. Outro cenário que mostra a cultura de violação, é o “quarto do estupro” na casa do estudante. Os relatos da CPI revelam como era comum ocorrer estupros nesse espaço como ato permissivo daquele lugar.

A investigação detalhada nos leva ao contexto analisado, a festa “Carecas dos Bosque” organizadas pela AAAOC. Nessas festas os “cafofos”, tendas onde eram guardadas as bebidas, operavam além do propósito e eram utilizados como quarto improvisado, tendo inclusive a cama para que casais heterossexuais pudessem ter relações sexuais.

No entanto, os relatos da CPI expressam a presença de atividades que envolviam prostituição, o “cafofo” servia de ponto de encontro com as mulheres informadas como “prostitutas”. Nesse momento entra a figura do funcionário apontado como segurança da instituição, segundo as narrativas sobre o caso, Antônia que havia sido deixada por Otávio desacordada, acabou sendo

confundida com uma das mulheres que o funcionário havia pago para ter relações sexuais.

Esse breve mapeamento da prática de violação colocado em diferentes momentos pela CPI não significou a preocupação da mentalidade de uma gestão que falhou. Ao contrário, o prestígio da universidade exaltada pela fala da própria comunidade acadêmica, exigiu a proteção da honra da instituição, da faculdade de medicina e dos “futuros médicos”.

São os corpos de jovens em detrimento do zelo do nome que não podem ser maculados, não há como ignorar que o que está em disputa é o “código de honra” considerado nos trabalhos da Cláudia Fonseca, o que se constrói é a moralidade da mulher que se preserva e a honra será designado pelos homens (FONSECA, 1997). A preocupação é voltada para a imagem, tornar público as denúncias de abuso, violência sexual, estupro etc. pode sair caro, “Com esses empregos não se consegue nem prestígio social, nem poder aquisitivo” (FONSECA, 2012, p.4).

Trata-se de uma violação que financiada através da “movimentação financeira nebulosa” (CPI, 2014, p. 41). Em outros países, especificamente no cenário estadunidense é comum que as universidades consigam mobilizações de iniciativas privadas, incluindo ex-alunos das organizações institucionais conhecidas como “fraternidades”. Jon Krakauer (2016) no livro de não ficção acompanha os casos de estupros no sistema judiciário na cidade universitária de Missoula, levando em consideração que os agressores eram atletas que recebiam apoio financeiro engajado, deixar que fossem considerados culpados pela justiça significa perder dinheiro. A lógica se demonstra válida no Brasil, nos relatos da CPI é exposto que as festas da FMUSP são financiadas por empresas e discentes, sejam o que estejam regulamente matriculados ou aqueles que já finalizaram o curso, esse cenário não é diferente nas faculdades de medicina de Manaus.

Agora, o crime em si, a universidade não tem como averiguar o crime, quem vai averiguar o crime é a polícia, por isso que tem que ter a denúncia na delegacia especializada da mulher, tem que ter as duas coisas (Conversa virtual concedida em junho/2021)

(...) É porque assim, nesses casos a universidade só pode punir administrativamente, ela não tem poder de polícia, na verdade, o que a gente sempre diz é que tem que ter a denúncia nos dois fóruns na

justiça e dentro administrativamente para que as duas penalidades aconteçam simultâneas (Conversa virtual concedida em junho/2021)

Delegacia e Universidade são ambas esferas institucionais que carregam em si mesmas a estrutura burocrática exaustivas, persistem que para efetivação das denúncias exigem a mobilização de outras possíveis denunciantes. Ainda que a universidade não tenha poder de polícia, medidas podem ser acionadas para fatores considerados irregulares independentemente de como certas práticas são tipificadas no regime jurídico.

Quando a professora diz “a coisa complica” é referindo-se como os interesses dos homens que estão em cargo de poder expressam medidas resolutiva desses casos. Existem em muitas universidades denúncias paradas em arquivos que nunca serão processadas, porque a autoridade, às vezes na figura de chefe de departamento, reitor, professor etc. são as próprias pessoas que violentam, levar a denúncia adiante não é interessante quando existe a possibilidade de se tornar o acusado.

(...) talvez a maioria dos homens ali do departamento dissessem assim: “Bobeira, ele é um cara legal, deixa de besteira”, sabe assim, é tipo “brotheragem”, a maioria do departamento talvez falasse isso (Conversa virtual concedida em junho/2021)

Portanto, proteção dos pares em posição de poder, nessa “brotheragem” que nada mais é que o coleguismo reinscrito na reprodução das práticas grotescas. A face da produção do silêncio mostra-se na verdade artífice do projeto hegemônico dos violadores agindo em conchave, a esses sujeitos que iremos abordar a seguir.

2.5 “E tem aquele que é o predador...”

O termo “predador” anunciado pela professora é posto imagetivamente no cenário de casos de estupro na universidade, o uso do termo apareceu algumas vezes nas conversas com as interlocutoras³². Consequência da visibilidade do

³² O uso do “predador” também foi a preferência do cineasta Kirby Dick, responsável por dirigir o documentário “The Hunting Ground” (2015).

contexto de violação, a identificação e caracterização do perfil é atribuição da circulação e conhecimento dos relatos sobre estupros, e que deles são analisados o significado do sujeito que caça; que destrói e viola.

No exercício de análise buscamos não condicionar a imagem do predador como sendo aspecto intrínseco aos homens cisgêneros, mas sabemos que a conjuntura brasileira aponta homens cis como perpetradores de atos violentos contra corpos feminilizados. Nos casos aqui estudados, são homens que violaram mulheres em situação de inconsciência devido ao consumo de bebidas alcoólicas e/ou seu adultério mediante substâncias químicas.

Os dados que ratificam os 27% dos homens na universidade que não consideram violência abusar de jovens alcoolizadas são os mesmos dados que evidenciam a problemática da subnotificação, e sem esse fator os dados poderiam extrapolar o demonstrativo. A relevância da colocação do “predador” se faz na entrelinha da manutenção da noção que sugere não haver violência no ato da violação do corpo, curiosamente a bebida alcoólica como o elemento que facilitará o acesso do agressor ao corpo da vítima, ao mesmo passo que servirá de dispositivo favorável discursivamente ao agressor no possível processo de denúncia.

A eloquência do comportamento moldado nas noções de comum entendimento de vulnerabilidade (MORENO, 2017), como se fossem instituídos limites sociais e ultrapassá-los é decretar apropriação da outra baseado no senso próprio de permissividade, e ainda a objetificação de mulheres, funciona segundo Eva Alterman Blay (2014) como sendo “(...) base para manutenção do exercício do poder, e se instrumentalizar através de relações de dominação e subordinação” (BLAY, 2014, p. 16) e delas surgem artifícios e estratégias persuasivas às estruturas homogêneas.

(...) em termos de predador, aí a gente está pensando um cara que escolhe, né? (Conversa virtual concedida em junho/2021)

O “poder de escolha” protegido na legitimidade hierárquica, compreende o trânsito de acesso a certos sujeitos, o aluno da universidade que era ex-policial militar ou o professor benquisto pela comunidade acadêmica, ambos são sujeitos bem relacionados, segmentado no trabalho de uma construção simbólica dos agentes transcendentais (BOURDIEU, 2010). No entanto, desenvolver a

multifacetada noção de “poder” na retórica da marginalização e até mesmo na resistência, sob a ótica do pacto masculino deve, sobretudo, ser escamoteado nas discussões de raça.

Certamente, a colocação do “sujeito predador” como factual masculino parece nos levar para caminho já desenvolvido e criticado pela oposição do binarismo sexo-gênero. Mas considero importante alargar as formulações anteriores, sintetizadas na chamada “masculinidade hegemônica”, que podem apreender questões relativas ao comportamento violento.

Nesse sentido, as abordagens da cientista social Raewyn Connel (2013), uma das principais referências sobre a temática masculinidade hegemônica, conceitua precedentemente o conjunto de comportamentos chave para reprodução da dominação masculina. Ao longo das análises, são demonstrados a incorporação de significados, sendo assim, a masculinidade hegemônica foi se transformando e se adequando a diferentes cenários, na criminologia nós poderíamos ver a implicação com os padrões comportamentais de agressores, já na mídia o apagamento da complexidade da expressão no que seria o agressor, reduzindo ao plano da monstruosidade, essas são apenas algumas das colocações mapeadas pela Connel (2013).

No interior da discussão, a autora tece os motivos pelos quais o uso analítico da masculinidade hegemônica incutida no cenário amplo de análise, teria que ser cuidadosamente repensada. As questões que envolvem a masculinidade não são transparentes, o uso cuidadoso requer bem mais que apenas definições referentes ao comportamento de certos sujeitos, essa concepção reduziria o conceito à normas fixadas na heteronormatividade, assim excluindo outras expressões de gênero, identidades e sexualidades.

A ação limitada de uma masculinidade hegemônica estática, esconderia discursões sobre as categorias de “dominação” e “subordinação”, o que para Connel “Considera-se como uma definição idealizadas de masculinidade é constituída em um processo social” (CONNEL, 2013, p. 252), a constante transformação do conceito, segundo a autora, não deve ser reificada.

E é como uma relação de trabalho, porque a pessoa fica com medo de perder o trabalho e acaba se submetendo ao assédio, no caso de professor e aluna também, as ameaças são por esse lado — ‘Ah! tu nunca mais vai continuar nessa carreira’, ‘Tu não vai ter carreira se me

denunciar', sempre tem esse tom de ameaça (Conversa virtual concedida em junho/2021)

Miguel Vale de Almeida (2018) afirma que das faces desiguais, cujos atravessamentos sociais que as relações entre pessoas impõem, “Trata-se de uma forma de ascendência social que se reproduz, pois, na base de um processo de naturalização” (ALMEIDA, 2018, p. 164). Na vertical descendente, o aparato utilizado é provocar a responsabilização da vítima, a desqualificação intelectual.

(...) o predador fica: Nunca fiz isso, imagina! Mentira dela, tá fantasiando! (Conversa virtual concedida em junho/2021)

Existe ainda, a questão do discurso considerado significativo na masculinidade hegemônica. Na verdade, tudo indica a estratégia retórica da visibilidade das pessoas que foram violadas através da reprodução de alguns argumentos, possibilitando a anulação da violência causada (DAS, 2020).

A circulação discursiva do sujeito que viola torna-se elemento subsidiários fundante na linha tênue da tipificação criminal, o estupro como já vimos anteriormente, percorre caminhos peculiares de legitimação. Nos mais diversos ambientes, o discurso hegemônico determina consentimento na fragilidade representativa da violência sexual, o predador se constrói na soma desses mecanismos, o discurso opera na articulação do enviesamento dos relatos.

A indução de práticas discursivas acionadas por sujeitos privilegiadamente posicionados, garantidores da reprodução do poder. O relato da vítima é posto sob o ponto de vista do agressor como enunciado (FOUCAULT, 1969), a enunciação da credibilidade do que foi dito. Segundo Foucault, “Um enunciado pertence a uma formação discursiva, como uma frase pertence a um texto, e uma proposição a um conjunto dedutivo” (FOUCAULT, 1969, p. 135).

Não obstante, o autor Jorge Ruiz Ruiz do ponto de vista sociológico “define o discurso como qualquer prática pela qual os sujeitos dotam a realidade de sentido” (RUIZ, 2009). Esse é um movimento interpretativo que pressupõe a enunciação de que Antônia, Berenice e a discente do PPGAS/UFAM na teia do dispositivo discursivo da moral que subjuga mulheres, ancora a predisposição ao perigo da violação diante do uso de qualquer substância.

O intenso contato com as narrativas dos pares, descortina a disputa entre a categoria de consentimento, se nos estudos feministas o problema atravessa

a zona de limites dissimulados entre permitido e abusivo, no comportamento predatório o consentimento “assume riscos que são assumidos conscientemente” (BARRETO, 2020, p. 201).

Desses processos discursivos as construções pretensas no imaginário social, correlaciona ao ambiente de não humanos, tais quais as afeições animais e a utilização em termos que denotam a dualidade da presença de predadores e presas, nos termos dos processos de judicialização: vítima e algoz, assumindo as potencialidades de sermos caçadas, pessoas vulneráveis. Talvez seja o ensejo do termo predador cair em desuso, não se trata, portanto, da vulnerabilidade, de não aceitar a condição cristalizada de sermos “presas”, aquelas que são sempre vistas como vulneráveis concernentes ao comportamento predatório. Como propõe Machado (2010):

É a falência discursiva em manter unicidade da ideia de que a mulher, nada mais é do que a “não pessoa” face à posição de objeto em que é colocada. Quando a mulher emerge no discurso como também pessoa relacional é o que permite instaurar-se o estigma sobre um sujeito e revelar a caracterização do estuprador como moralmente impuro. (MACHADO, 2010, p. 6)

É propor a pertinência de designar nos nossos discursos os perpetradores, nomear o sujeito que viola para que nele seja empreendido a impureza (MACHADO, 2010). O cenário se move e apontamos para o rosto daquele que viola e gritamos: “El violador eres tú!”³³.

O refrão faz parte da intervenção “Un violador en tu camino”³⁴ protagonizado pelas mulheres chilenas que mobilizaram no ano de 2019 atos em apoio aos relatos de violência sexual durante as manifestações contra o governo do presidente Sebastián Piñera, a intervenção conquistou amplitude mundial (FERNANDES; TORRES; SILVA; COSTA & NASCIMENTO, 2019).

De acordo com Butler (2019) essas mobilizações sociais são fortemente caracterizadas pela performance, trata-se “(...) dos enunciados linguísticos que, no momento da enunciação, faz alguma coisa acontecer ou traz algum fenômeno à existência (BUTLER, 2019, p. 35). Os ruídos se dão por esse conjunto de apropriação dos enunciados, não necessariamente pela voz ou pela presença

³³ Em tradução livre “E o estuprador é você!”.

³⁴ Em tradução livre “Um estuprador no seu caminho”.

física do corpo, o ritmo produz efeito catalisador para amplificação dos gritos e são esses atos performáticos e seu impacto que veremos a seguir.

CAPITULO 3

AS ONDAS DE PRESSÃO E OS GRITOS QUE ECOAM

As vozes que ressoam em ondas, amplificam-se através da coletividade de pessoas alcançadas, a contínua luta da organização social evoca a ocupação de lugares em constante processo de resignificação. A emergência apela às demandas sociais apreendidas na persistência dos corpos nas manifestações públicas (BUTLER, 2019) demonstrativo da transposição de espaços com avanço da socialidade na esfera virtual.

A reflexão no interior das mobilizações diante da exposição dos acontecimentos de estupro evoca alianças entre professoras e alunas, orienta obrigatoriamente aos coletivos feministas. Desse engajamento, as redes sociais incorporam de maneira pragmática, canais de denúncias avaliadas no campo da informalidade que comporta longo alcance.

A trajetória emergida, por fim, desencadeou o foco na discussão racial como fator que configura a aproximação na mobilização e dissidência dos aspectos processuais punitivos. Mas também, em especial, a articulações da comunidade acadêmica na construção de ação contínua com efeito a elucidar os desafios no combate à violência de gênero na universidade.

3.1 “Uma vez uma aluna me falou — Olha, a gente tem um coletivo feminista que é clandestino, porque se a gente disser que o coletivo não é clandestino, tem professor que vai perseguir, que não vai deixar a gente passar na disciplina”

Os casos de estupro na universidade que tiveram notoriedade através do compartilhamento da vivência, constitui importantes mobilizações, especialmente aquelas organizadas por grupos de mulheres e aliados. A comoção coletiva em solidariedade às pessoas violadas aciona afeitos subversivos no cenário em que certas formas de enfrentamento não são bem-vindas.

O aspecto da “clandestinidade” enunciada pela professora, representa episódios frequentes, a censura exercida por professores homens acentuadas pelas ameaças que distingue a benesse da condição do permanecer e o prejuízo do ato de sair da sala de aula, não é por acaso que os coletivos feministas são apreendidos de diferentes maneiras ao longo do tempo, na cisão entre o ficar no espaço privado e o ir para o espaço público.

No Brasil pode-se indicar que as mobilizações feitas por mulheres nos bairros durante a democratização nos anos de 1945, estimulou uma densa reverberação de causas do grupo. A antropóloga Cynthia Andersen Sarti (2004) explica a relação da construção das organizações feministas tendo como pano de fundo o contexto político, o que significou historicamente articulações permeadas por campos tensionados.

Ainda que o avanço tenha sido lento, durante os anos 60 devido à desmobilização pelo golpe militar, a mobilização desses grupos se tornou cada vez menos espaçosa, no final dos anos 70 percebe-se a ampliação e novas perspectivas do feminismo enquanto movimento onde são marcadas pela criação e articulação de outros grupos simpáticos às pautas do movimento e faziam o trabalho de base alcançando camadas populares (SARTI, 2004).

O debate sobre os avanços das pautas dos feminismos enquanto movimento social assume as tensões entre as esferas públicas e privadas da organização que seguia com a mobilização feminina. Segundo Suely Gomes Costa (2004) “Essa perspectiva intelectual repercute não apenas na compreensão das ações femininas, mas, também, dos rumos assumidos pelas políticas sociais” (COSTA, 2004, p. 29).

Para tanto as preocupações dos movimentos eram incidentes nas classes de mulheres abastadas, e ainda que as pautas estivessem ganhando espaço e atenção, não representava todas as mulheres enquanto pessoas plurais. Desse modo, outras frentes surgem sobrepondo os pressupostos igualitários e libertários, para conseguir atingir esses objetivos, antes de tudo elas precisavam lutar pelo direito à vida.

O processo de ruptura de ordens discursivas hegemônicas aproximou trajetórias do feminismo negro confluyente às perspectivas pluralísticas identitárias. O liame de condições contraditórias e conflituosas, fazem com que

pessoas transformem a própria realidade de exploração sob eixos muito bem articulados, a filósofa e ativista, Sueli Carneiro (2003) argumenta que:

A partir desse ponto de vista, é possível afirmar que um feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas – como são as sociedades latino-americanas – tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades (CARNEIRO, 2003, p. 50).

Os coletivos feministas entram nesse cenário quando percebem que são mulheres pressionando autoridades para que outras pessoas de diferentes identidades e sexualidades possam ter justiça. No processo de construção da categoria de gênero, Miriam Grossi (2010) destaca esses movimentos, pois são eles que vão questionar as relações que se davam na dualidade do ambiente privado e público. Essas lutas vão permear os espaços acadêmicos, onde a produção do conhecimento começa buscar, através das discussões muito pautadas pelas lutas sociais, refletir sobre o suposto lugar das mulheres, que até então ocupavam espaços, mas não possuíam suas pautas visibilizadas.

Por outro lado, é incontestável as diferentes ações dos movimentos de mulheres afirmando que o lugar da mulher é onde ela quiser estar. Entretanto, discutir as diversas violências operadas nos lugares, era questão emergencial. Segundo Machado (2010) “Dentro do pensamento feminista, são especialmente as reflexões da antropologia feminista que se debruçam sobre a diversidade das modalidades de relações de gênero nas distintas dimensões da vida social” (MACHADO, 2010, p. 88).

Foi conversando sobre os casos com a professora Heloísa que tomei conhecimento da “Rede Não Cala”. Os casos recorrentes de violência, sobretudo, os de estupros, fizeram com que estudantes buscassem apoio estratégico das professoras da instituição, dessa preocupação nasce a rede.

Nessa comissão de sindicância, eu fiquei sabendo que existia uma coisa chamada “Rede Não Cala” que trabalhava com violência de gênero na universidade, fiquei sabendo que tinha reunião e comecei a ir nas reuniões, comecei a me envolver, a gente é uma rede, um coletivo, a gente tem uma estrutura toda informal, mas tem uma espécie de coordenação (Conversa virtual concedida em junho/2021)



Figura 2 - Professoras e Pesquisadoras da Rede Não Cala. Reprodução: Facebook

Sendo uma rede autogerida, formada por professoras e pesquisadoras da USP, as reivindicações das discentes e a insatisfação com o modo que a universidade direcionava as denúncias de violência impulsionou a emergência da criação do grupo em bases estratégicas, uma vez que o acesso das professoras e pesquisadoras aos mecanismos universitários é de certo modo privilegiado.

E a rede é uma coisa maravilhosa, não apenas no ponto de vista da política, da briga, da discussão da violência, mas porque ela é uma rede que envolve professoras e pesquisadoras de praticamente de todas as unidades da USP e com perfis completamente diferente... (Conversa virtual concedida em junho/2021)

A Rede Não Cala possui coordenadoras e um dos aspectos latentes é o caráter multidisciplinar, ao longo da trajetória conseguiu reunir muitas professoras e pesquisadoras de unidades diferentes que proporcionavam ponto de vistas diversos. Desse modo, as pautas e atividades são definidas em coletividade e a elaboração de ações são divididas de acordo com a disponibilidade das integrantes.

A aproximação se faz nas ações, os nomes das professoras e pesquisadoras da rede foi listado e oferecido na universidade para facilitar o encontro e comunicação com as discentes. As ações de trabalho são pautadas em três bases: suporte e aconselhamento, a promoção de ações educativas e a

contribuição no melhoramento dos mecanismos administrativos para protocolo de investigação (CRUZ, 2018, p. 233. tradução minha).

Então na verdade é uma rede militante, nós somos militantes contra a violência de gênero. (Conversa virtual concedida em junho/2021)

Além do encorajamento, a prioridade é fazer com que a pessoa se sinta acolhida sem a pressão pela realização da denúncia em canais formais, mas oferecendo todas as orientações a fim de nortear os caminhos possíveis. O grupo não dispõe de financiamento, mas existem colaborações que ajudam na realização de atividades e elaboração de material, como a distribuição de folhetos, relatórios e capacitação para o público universitário, além da rede dispor de uma página no Facebook³⁵.

Os relatos das/os estudantes sobre violência de gênero e desigualdades atravessam as vivências geracionais, o grupo sente o impacto dos relatos e o comprometimento com a responsabilidade ética. “Precisávamos nos posicionar em um campo de pressão para questões que precisavam ser abordadas, o que exigiu a força intelectual para construir estratégias de intervenção” (CRUZ, 2018, p. 232. tradução minha).



Figura 3 - Fotografia de Carolina Fagundes. Reprodução: Portal Catarinas

³⁵ Disponível em: [\(5\) Rede Não Cala USP | Facebook](#). Acesso em 16fev2022.

Além da atuação da Rede Não Cala, Antônia menciona que participar do GENI, coletivo feminista fruto da união das estudantes da faculdade de medicina da USP, ajudou na travessia do trauma de ter sido violentada. Na página do Facebook ³⁶ é descrito que o surgimento do coletivo se deu a partir das represálias diante da reverberação dos relatos das violências na faculdade.

Na UDESC, o movimento de tornar público a revolta com o episódio de violação envolvendo Berenice e outras estudantes, gerou as publicações no perfil pessoal de algumas professoras no Facebook, junto ao texto acompanhavam a hashtag *#nãoomexecomminhasalunas*. Mas durante o tempo que busquei informação na rede social, chamou a minha atenção a articulação das estudantes negras, especialmente o “Movimento em Defesa das Vítimas de Estupro na UDESC”³⁷ que promovia através de publicações no Facebook a possibilidade de acompanhar o andamento do caso e notícias sobre violências em outras universidades do país.

A imagem do perfil da página representa uma pessoa e sugere a amplificação da voz através do megafone segurada com as mãos. Ainda que a maioria das participantes fossem jovens racializadas, percebe-se pelas fotos compartilhadas o apoio de integrantes racialmente diversas/os.

A publicações iniciada no ano do ocorrido variam entre as ações do movimento e a promoção de encontros, incluindo a presença do reitor e os atos na própria universidade. Durante esse tempo foram divulgados vídeos e matérias jornalísticas que mostravam as denúncias de assédios e estupros em outras universidades³⁸, além de alguns relatos acompanhados da hashtag *#meuprofessorabusador*, a última publicação feita no mês de fevereiro desse ano noticiava a demissão do professor acusado.

A importância da mobilização da “Rede Não Cala” e do “Movimento em Defesa em Defesa das Vítimas de Estupro na UDESC” finca a dinâmica da transposição dos espaços. As trajetórias de Antônia e Berenice divergem, entretanto, foram atravessadas por formas de coalização, o atuar no

³⁶ Disponível em: [Coletivo Feminista Geni da Fmusp | Facebook](#). Acesso em: 16fev2022.

³⁷ Disponível em: [Movimento em Defesa das Vítimas de Estupro e Assédio na UDESC | Facebook](#). Acesso em: 16fev2022.

³⁸ Dentre as postagens está a publicação datada do dia 13 de julho de 2018, a publicação compartilhada é original da página no Facebook “Não Vamos nos Calar PPGEU UFAM”. A publicação mostra o vídeo de alunas da UFAM no ato contra o caso de assédio moral e sexual no Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGEU/UFAM.

enfrentamento através dessas relações no campo da realidade e da realidade virtual, emprega dinâmicas simultâneas de agir, “(...) especialmente quando se trata de uma mídia independente, das ruas, que foge do censor, em que ativação do instrumento é parte da ação corporificada em si” (BUTLER, 2019, p. 102).

3.2 “(...) de vez em quando eu vou nessa coisa dos ‘likes’, a minha filha que me ensina - Mãe, não tem não sei quantos likes”

A professora explica que já foi colaboradora do Portal Catarinas, quando a matéria de autoria dela era publicada nas redes sociais do portal, a filha indicava quantos “likes” a postagem tinha rendido. O Portal Catarinas é uma mídia independente, a equipe editorial é composta por mulheres que valorizam a produção jornalística posicionada nos direitos humanos consciente das interligações com os marcadores sociais da diferença.

A maior parte da reconstrução do relato da Berenice só foi possível pelo trabalho jornalístico feito pelo portal, a atuação do Catarinas através das mídias digitais faz parte da manifestação pública do impacto da internet no cotidiano, é o que Butler (2019) acena como plurais e resistentes, a performance se desdobra aos fenômenos virtuais.

A internet é a extensão de espaços ocupados pelas mobilizações, a materialização da tecnologia adequa a soma de sentidos aos movimentos sociais, nelas são incorporadas uma gama de formação de ativismos. A antropologia tem dedicado esforços e materializado novas direções teóricas para se pensar as metodologias adotadas nos campos friccionais da ciência e antropologia pensadas nas demandas do mundo contemporâneo que permeiam o cotidiano.

Refletir ideias básicas de socialidade proporcionou elementos etnográficos de conhecimento das vivências à luz da teoria social. A fim de entender as transformações que perpassam a vida cidadina, a sociologia e a antropologia criam novas possibilidades analíticas, esses pensando os avanços que possuem vínculos com os projetos de desenvolvimento de artifícios tecnológicos em ambientes que não necessariamente possuem acesso à altas tecnologias.

Não só a antropologia, mas outras áreas do conhecimento têm contribuído para os estudos da cibercultura fundamentais para instigação do dispositivo etnográfico do conhecimento sobre os indivíduos para além do conhecimento somente abstrato. Entender onde se fala sobre as ambiguidades da cultura, ainda que de lugares diferentes, nos faz analisar as diferentes formas de circulação no espaço virtual.

São essas experiências nos modos de vida que permitem as pesquisadoras e aos pesquisadores a não objetificação de diferentes realidades, são experiências carregadas de símbolos. O antropólogo Michel M. J. Fisher dedica esforços na elaboração de caminhos que percorrem o entendimento da antropologia na tecnologia, o autor explica uma cultura cujo tecido é renovado com frequência e está além do controle dos indivíduos (FISHER, 2011).

Segundo Fisher (2011) “Os métodos da exploração e do conhecimento pragmático se estendem por tecnologias e ciências, enquanto crescem e mudam, se deslocam e se recompõem através de horizontes culturais historicizadas” (FISHER, 2011, p. 8). Para ele, a antropologia da Ciência e Tecnologia decodificam através do reconhecimento e uma periodicidade as genealogias herdadas dos novos futuros.

Um exemplo etnograficamente forte é o do reconhecimento, nos mundos tecnocientíficos contemporâneos de que, por exemplo, os cientistas da computação, em oposição aos biólogos estruturais (focados nos mistérios das propriedades de enrolamento das proteínas [protein folding] em faixas de onda além do humanamente visível), têm diferentes antropologias (FISHER, 2011, p. 10).

É através da etnografia é possível a visualização de conceitos como hibridismos e conexões. Ou seja, pensá-los não como simples conjuntos de mudança que são introduzidas pela tecnologia, mas uma transformação de imagens e linguagens de um pós-humanismo, pelas questões que estão dadas à sociedade e reconfiguram pressupostos de socialidade que não estejam intrinsecamente ligadas ao contato de humano para humano.

O hibridismo e conexões são exemplos que contornam tais entendimentos, não são simplesmente mudanças que são introduzidas pelas tecnologias, mas a transformação de linguagens e imagens. Tais reflexões se somam a noção de ciborgue da Donna Haraway (2000) que atravessa a

biopolítica de um corpo transformado pelos elementos técnicos e só existem por essas ligações.

A autora parte do princípio de pensar o hibridismo como uma rede que é alargada socialmente. Ou seja, que o próprio corpo humano, por si só é um elemento composto de técnicas com dispositivos que podem ser incorporados ao corpo, resgatado na própria técnica cotidiana.

É neste ponto que temos que olhar o ciborgue como uma forma humanizada que realoca a técnica, utilizada como instrumento próprio das humanidades. São esses os conjuntos de questões que inspiram as teorias antropológicas, em que estamos falando de uma comunicação mediada por essas técnicas.

O que a etnografia faz é um resgate de visibilidade desse lugar e do uso desses aportes da internet na sociedade. Por isso, a crença da imagem do ciborgue não como um não humano, mas como uma forma humanizada, realocando a técnica com um devido valor, não inviabiliza a técnica como um instrumento da vida, mas faz dela um instrumento da própria humanidade.

Desde o início dos anos 90, podemos citar contribuições fundamentais que nos auxiliam sobretudo com definições que abrem ainda mais o espaço para as discussões sobre “ciberespaço”, Marilyn Strathern (2006), Donna Haraway (2000), Bruno Latour (1994).

Seríamos então as pesquisadoras autoras que conseguem delinear as diferentes categorias emergentes do contexto social, como diz o filósofo francês Bruno Latour (2012). Dedicando esforços no entendimento das ferramentas de socialidade da atualidade, segundo Latour (2012):

Ao apontar os meios práticos necessários para delinear grupos e preservar sua existência, deparamo-nos com um conflito de atribuições que assinala claramente um ponto de partida – não de chegada! – entre as rodovias dos sociólogos do social e as delicadas trilhas das regiões que queremos mapear (LATOUR, 2012, p. 60-61).

Nessa esteira, Marilyn Strathern (2011) dialogando com as novas tecnologias reprodutivas, engloba projeções culturais em homens na ótica de banco de subsistência que inferem nas mulheres e na fertilidade a propriedade de reprodução da prole familiar. Para esses efeitos de divisão do humano e não-

humanos seguindo a lógica sustentada na propriedade, a autora configura a negociação das tecnologias como passagem marco civilizatórias.

Segundo autora, as narrativas não comportavam categorias bem integradas em caixas analíticas, elas se encontravam misturadas devido ao surgimento de acréscimos dos fenômenos humanos e não-humanos às culturas (STRATHERN, 2011). São essas inflexões de uma rede que impele representações sociais, “fora da cultura natal, antropólogos devem fazer suas próprias decisões interpretativas sobre sua utilidade. Eu proponho utilizar uma característica do híbrido, sua aparente ubiquidade, e considerar como isto é complementado pelo conceito de rede” (STRATHERN, 2011, p. 7)

Nesse sentido, as redes de apoios criadas pelos coletivos feministas cambiantes de processos interacionais de professoras das instituições, torna viável a implementação de políticas práticas em universidades. Trabalhando com novo endereçamento do medo que gira em torno de práticas furtivas.

A concepção do olhar situacional da entrega em massa de tecnologias nos envereda entres os ativismos dos movimentos feministas no ciberespaço, as redes sociais são propositivas das relações de diferentes ordens de mobilização. Essas são as transformações culturais que segundo Maria Elisa Máximo (2007) analisa:

O ciberespaço, como estando permeando por fronteiras simbólicas, que demarcam segmentos mais ou menos delimitados, definidos em termos de padrões comunicativos cuja constituição implica num processo de constante negociação e não se reduz às possibilidades e limitações colocadas pela modalidade, pela presença da interface tecnológica (MÁXIMO, 2007, p. 27).

Um marco que sinaliza o aprimoramento das lógicas de articulação, é a própria mobilização da Marcha das Vadias na criação de um evento na rede social Facebook de manifestação contra ataques e discursos machistas, o que culminou numa manifestação mundial, levando mulheres do mundo todo às ruas. Carolina Branco de Castro Ferreira analisando a relação de grupos feministas na internet, aponta a Marcha das Vadias que suscitou uma das articulações entre as redes digitais e ocupação do espaço público como um dos mais importantes nos últimos anos (FERREIRA, 2015), o uso das redes sociais têm chamado a atenção pela apropriação de demandas políticas.

3.3 “(...) se você for na internet, por exemplo, você vai ter um mixe de coisas que não são nem ficcionais e nem não-ficcionais, são as duas coisas ao mesmo tempo”

Compreender o que muitas/os estudiosas/os avaliam como novas dimensões e dinâmicas da vida social, evidencia o debate sobre a formação de novos territórios de socialidade. A fala da professora evidencia o acirramento que alega a autenticidade do ambiente virtual, embora durante muito tempo as interações firmadas na internet fossem consideradas como algo “menos real” (LEWGOY, 2009).

A emergência do olhar fenomenológico das realidades existentes fez insurgir os estudos da cibercultura mobilizando a amplitude concernente dos dispositivos que ligam o arranjo virtual ao social³⁹. Segundo explica Theophilos Rifiotis (2016):

Inicialmente, ela foi concebida a partir de uma suposta especificidade do seu objeto, a *cibercultura*, como um campo de pesquisa, ou como *ciberespaço*, um *locus* ou contexto da ação humana, ou pensada na especificidade da natureza virtual do campo de pesquisa, ou ainda como “comunicação mediada por computador. (RIFIOTIS, 2016, p. 85).

A consideração feita por Rifiotis (2016) sugere o “repopoamento do social”, o ciberespaço ligado às novas práticas e aos novos costumes que emergem na inserção das novas tecnologias ao cotidiano. Alocadas no virtual, as Redes Sociais e seu uso múltiplo, coadunou “o caráter agentivo e performático” (GONÇALVES, 2020, p.4). O entrelaçamento da esfera social e virtual designou o termo “plataformização” entendimento consecutivo aos estudos de cibercultura (SEGATA, 2008).

Segundo Van Dijck, Poell e de Wall (2018, p.4) “uma plataforma online é uma arquitetura projetada para organizar interações entre usuários – não apenas usuários finais, mas também entidades corporativas e órgão públicos”. A inflexão do uso de ferramentas digitais incitou a construção de dinâmicas a partir do

³⁹ Os estudos sobre cibercultura consideram emblemáticos os apontamentos designados pelo filósofo francês, Pierre Lévi (199) Apesar das mudanças e adaptações feitas pelos indivíduos, a amplitude das técnicas comunicacionais, expressão adotado pelo autor, explica como a noção de cibercultura está acoplada ao cotidiano em que a junção desses instrumentos se torna naturalizados.

contexto, a criação de plataformas suscitou o surgimento dos ativismos mediados pelas redes sociais e as interações específicas do espaço, nomeado de ciberativismo.

O coletivo *Não Me Kahlo* é um exemplo do ciberativismo, foi através das postagens sobre os assédios, abusos e violências que o coletivo conseguiu promover o uso da hashtag *#MeuAmigoSecreto* no Twitter. Seguindo esse movimento, a comunidade *Meu Professor Abusador* surge no Facebook no dia 09 de fevereiro de 2016, segundo as próprias moderadoras da página, a iniciativa parte de futuras professoras que visam dar visibilidade às denúncias de violência dentro das salas de aula, prestando também apoio às vítimas, essas são informações que podem ser facilmente acessadas na página. As denúncias seguiam algumas orientações: 1) Não podiam ser citados nomes, características do denunciado/a eram importantes para efeitos de identificação, mas não podiam ser explícitos. 2) Denúncias realizadas de forma anônima, eram preferencialmente coletadas através da ferramenta “Google Formulário”. 3) Materiais probatórios (fotos, prints de mensagens, etc.) da violência relatada eram recebidas por *inbox* (caixa de mensagem do facebook) ou por e-mail: meuprofabusador@gmail.com. 4) Relatos de cunho opressor (racistas, LBGBTfóbico, machistas, elitistas etc. não eram publicados.

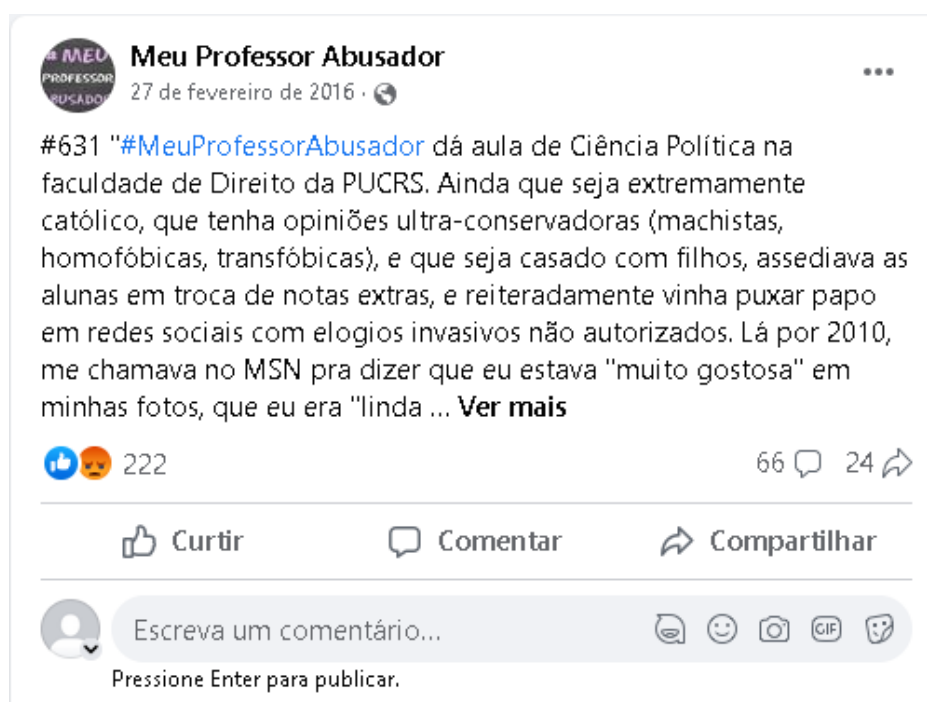


Figura 4: Postagem do relato na página do Meu Professor Abusador

A ação durou pouco tempo, o motivo da inatividade é desconhecido, mas existem indícios que tenha sido pela pressão das ameaças de processos jurídicos que a página vinha sofrendo por causa dos relatos publicados. O último post da comunidade está datado do dia 3 de abril de 2016, no universo total de postagens foram 640 relatos publicados, a quantidade era identificada pela hashtag # e em seguida o número correspondente a ordem de compartilhamento até o dado momento. Li todos os relatos das quais selecionei somente aquelas que dizem respeito ao contexto universitário, totalizando 104 postagens sobre denúncias contra professores, incluindo mulheres, não encontrei nenhum relato sobre estupro.

Nas publicações quase não se encontravam comentários que deslegitimavam as denunciante pois havia o monitoramento para que fossem apagados e os/as autores de comentários ofensivos, devidamente bloqueados/as. A organização das moderadoras na exposição desses relatos no espaço virtual acende a discussão sobre a validação dessas denúncias, por se tratar de um canal considerado informal, não geram dados oficiais.

Com essa formulação, a interação concebida no virtual não traduz a negociação do convencimento, como nas cenas de uma delegacia e universidade se argumentei que alguns sujeitos parecem ser insuficientes para essas instituições, as redes sociais no seguimento da campanha da página “Meu Professor Abusador” acolhem o relato dessas pessoas com maior celeridade sem precisar convencer quem recebe, o relato por si só é considerado suficiente, desde que siga os critérios estabelecidos.

O momento da denúncia nas redes sociais manifesta que através da informalidade se demonstra canal de denúncia acessível, o procedimento na maior parte das vezes gerador da comoção que se manifesta através do compartilhamento, reações e comentários dos usuários da plataforma não reflete medidas punitivas aos agressores expostos, na maior parte a repercussão não se estendem às instituições.

Muito embora possamos considerar a ineficácia das redes sociais como canal de denúncia, dentro do aspecto discutidos, conceber as redes sociais como ferramenta eficaz é afirmar a acessibilidade e acolhimento sem as intransigências dos meios formais, são meios intercorrentes ao encorajamento

de muitas pessoas violentadas ao mesmo passo que alerta muitas outras alunas. Como afirma Melo (2020):

Assim, as ferramentas virtuais não se configuram apenas como um meio, um instrumento pelo qual essas mulheres conseguiram ocupar as ruas, mas espaços em si mesmos, objetos de agência, de aparição e de aliança baseada no compartilhamento da vulnerabilidade (MELO, 2020, p. 11).

As ferramentas produzidas conjuntamente no ciberespaço, como as redes sociais, especificam neste trabalho a reconfiguração de dinâmicas denunciatórias que não necessariamente atravessam os caminhos jurídico, mas através de hashtags e páginas das redes sociais. Pensar essa prática, evidencia algumas localizações, uma delas é a problemática dessas denúncias não serem catalogadas no banco de dados, se por um lado temos a subnotificação de outro podemos ver que são através dessas denúncias nas redes sociais que permitem que casos que já estejam na justiça, ganhem repercussão na esperança de um desdobramento satisfatório.

Tendo em vista o que Butler chama da precarização da vida, nem todos os corpos podem ocupar mobilizações físicas sem temer a própria vida. Dessa forma as redes sociais são espaços de mobilização, uma localização virtual que se demonstra “maneira de aparecer em público” (BUTLER, 2019, p.92) encadeando novas formas de incorporar a luta por justiça social, afinal, a reivindicação seja ela como for se firma na junção corporificada que faz o lugar (BUTLER, 2019).

3.4 “(...) quando aconteceu as denúncias o próprio movimento negro aqui em Florianópolis se partiu, porque a metade ficou do lado dele apoiando ele, porque ele é uma liderança e a outra ficou do lado das meninas...”

A pretensão de trazer essa fala é evidenciar especificamente o recorte que coloca Otávio e Ricardo, ainda que hierarquicamente bem posicionados, no posto racial que evoca legibilidade classificatória de corpos diferentes. A intercorrência faz parte da investigação que até o momento nos direcionou para dimensões diversas, a oportunidade de trazer para discussão o “outro lado”

oportuna o algoz, não é de maneira nenhuma pôr em diálogo a legitimidade da narrativa das jovens envolvidas ou justificar atos violentos, mas incorporar reações imperativas às questões raciais e punitivistas.

O “se partiu”, à primeira vista supõe características que ilustram o comportamento comum, quando casos de violência de gênero ganham alguma repercussão, as pessoas escolhem um lado, confluyente a rota dual de quem consideramos vítima e agressor ou apenas a inexistência de ambos, abarcado pelas noções de consentimento. A divisão do movimento negro é fator condicionante ao prestígio anterior do professor Ricardo nas esferas de discussão teórica e prática da categoria racial, até então muito respeitado e solicitado pela comunidade acadêmica, sobretudo na História, campo de atuação do professor.

A denúncia de estupro, desencadeou denúncias de assédio, não se tratava, portanto, de casos isolados, mas estima-se que professor Ricardo tenha assediado pelo menos oito alunas. No entanto, o inquérito investigativo decidiu pelo arquivamento da denúncia de estupro feito por Berenice, o Ministério Público considerou que houve consentimento e durante o processo o delegado da Delegacia de Proteção à Criança, adolescente, Mulher e Idoso (DPCAMI) acatou o argumento da defesa em que a configuração dos relatos não se enquadrava como crime.

Depois de quase quatro anos após a instauração formal do processo investigativo, a justiça comum condenou o professor de História em primeira instância. A condenação disposta no Art. 65 como “perturbação à tranquilidade”⁴⁰, previa o cumprimento de dezesseis meses de prisão, mas foi convertido em prestação de serviço à comunidade⁴¹, a sentença ainda estabeleceu o pagamento de multa equivalente a três salários mínimos por vítima.

Na universidade, depois da finalização dos trabalhos da PAD, a UDESC concluiu pela demissão do professor que até então estava afastado desde o

⁴⁰ Segundo a Legislação, Capítulo VII – Das Contravenções Relativas à Polícia de Costumes. Art. 65 – Molestar alguém ou perturbar-lhe a tranquilidade, por acinte ou por motivos reprováveis: Pena – Prisão simples de (15) quinze dias e 2 (dois) meses, ou multa.

⁴¹ Segundo noticiado pelo Portal Catarinas em 2021, a decisão da juíza Vania Petermann era que os serviços deveriam ser voltados para “programas de assistência por meio de tratamento psicológico e psiquiátrico, a fim de que se coloque o apenado em contato com um provocador de consciência sobre si e sobre aspectos do outro”.

surgimento da primeira denúncia em meados de 2017. Seguindo o Regimento Geral da UDESC⁴², a publicação da portaria n° 108 no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, determinou a “perda de vencimento”, durante o afastamento o professor continuava a receber o salário, com a conclusão, o recebimento é suspenso e não pode mais exercer o cargo determinado pelo reitor no período de dois a quatro anos⁴³.

Bom, e esse caso é muito complicado porque ele inclusive ganhou na justiça comum também, porque a menina entrou na justiça comum, na universidade não aconteceu nada e na justiça comum ele ganhou também... (Conversa virtual concedida em junho/2021)

Por outro lado, Otávio foi acusado por dopar e violentar sexualmente pelo menos seis alunas, apenas uma denúncia foi considerada pela justiça comum. Otávio foi julgado pela primeira vez no ano de 2015 e absolvido em primeira instância sob a alegação de provas insuficientes⁴⁴. Quase três anos depois, o agora médico, foi absolvido novamente em segunda instância, as últimas notícias apontam para o ano de 2019, quando uma das partes decidiu entrar com recurso, o processo corre em sigilo e seu desdobramento é desconhecido.

O cara foi suspenso, terminou a suspensão, ele foi lá fez os créditos e se formou, aquilo foi uma mácula para USP, é uma mácula para faculdade de medicina... (Conversa virtual concedida em junho/2021)

Na época, com a instauração da CPI dos Trotes pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), dentre os relatos de violência sexual que foram reunidos, encontra-se brevemente o caso que envolve Otávio. Diante dos acontecimentos, a USP sob forte pressão de professoras e estudantes, decidiu por suspender Otávio por 180 dias, o retorno ocasionou a conclusão do curso, ainda que o esforço de pessoas como a professora Ivete Boulos, para tentar impedir que Otávio conseguisse se formar, não foi o

⁴² Localizado precisamente no Art. 197, incisos II e VII: prática de ato considerado grave e de manifesta improbidade no exercício da função, e prática de assédio e racismo.

⁴³ Portaria N° 108, de 22/02/2022 – Art. 3° De acordo com o artigo 139 do Estatuto do Servidor, a demissão simples incompatibiliza o ex-funcionário como o exercício de cargo ou emprego público pelo período fixado pelo Reitor de 02 (dois) a 04(quatro) anos.

⁴⁴ A alegação partiu do juiz Klaus Marouelli Arroyo da 23° Vara Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo.

suficiente. Na verdade, a universidade decidiu por afastar a professora, como já foi mencionado.

E embora, o Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (CREMESP) tenha negado o registro de atuação na área, Otávio encontrou outras maneiras de obtê-lo, mudou-se para o Estado de Pernambuco (PE) e lá atua como médico com registro válido.

Podemos ver as enormes implicações, dois sujeitos acusados de terem praticado o mesmo crime, diferente de Otávio, professor Ricardo foi indiciado pelo crime de menor potencial ofensivo. Sendo assim, parece que os papéis foram invertidos. Otávio, mesmo formalmente acusado por estupro foi absolvido e formou-se com êxito na USP, já o professor Ricardo foi condenado tanto pela justiça comum quanto pela UDESC. Em outras circunstâncias, seguindo a lógica da apuração criminal, o caso envolvendo o professor Ricardo potencialmente seria o caso a ser respondido com medidas brandas.

No entanto, a conclusão do procedimento formal, com efeito, reproduziu a “passabilidade”⁴⁵ de homens brancos no sistema jurídico. Além de Otávio, um funcionário terceirizado da USP havia pago para ter relações sexuais com “prostitutas” no cafofo, ao entrar no ambiente viu Antônia desacordada e pensou que ela era uma das mulheres e a estuprou, essa cena é parte do que o Otávio contou para a polícia e para os veículos jornalísticos, após o funcionário tentar fugir foi agredido e com a chegada das autoridades indiciado. O cenário pode ser explicado segundo a colocação de Sérgio Adorno:

Em todos os estudos, há um consenso quanto aos efeitos provocados pelo efeito discriminatório das agências encarregadas de conter a criminalidade: a intimidação policial, as sanções punitivas e a maior severidade no tratamento dispensado àqueles que se encontram sob tutela e guarda nas prisões recaem preferencialmente sob mais jovens, os mais pobres e os mais negros (ADORNO, 1996, p. 2).

A violência não se dirige da mesma forma para todos os corpos, a violência é contextual e relacional, exemplificação de alunos brancos

⁴⁵ Para efeitos analíticos, proponho o empréstimo do termo “Passabilidade” utilizado por pesquisadoras/es ao acesso de pessoas trans cuja performatividade binária entre mulher e homem, favorece o trânsito dentro de determinados contextos (SOUZA, 2018). O termo também é utilizado nas discussões raciais, tanto para designar pessoas negras de pele clara que podem se passar por pessoas de pele branca, quanto serem lidas como sendo pessoas brancas (ROTTENBERG, 2004).

heterossexuais serem considerados “bons estudantes”. “Além disso, havia a visão naturalizada de que jovens passam por uma fase da vida em que se tornam sexualmente ativos, e atuando no desejo que é permitido e encorajado...” (CRUZ, 2018, p. 228. tradução minha). Mas a face do racismo não espera esse mesmo comportamento quando os perpetradores são homens negros, nesses casos, as mulheres são indefesas.

Angela Davis (2016) em *Mulheres, Raça e Classe*, na parte intitulada “Estupro, racismo e o mito do estuprador negro”, aborda as facetas do estupro como uma epidemia que parece não ter solução, ao mesmo passo que se construíam leis para proteger homens de classes mais altas, as preocupações com as mulheres eram mínimas, e o quadro se agravava ainda mais quando envolviam mulheres da classe trabalhadora.

Mas o estupro também era utilizado como artifício de incriminação dirigida a homens negros, denúncias eram feitas de modo fraudulentos que perpetuava o racismo, e a supremacia branca legitimava, assim como os estupros, sistematicamente os linchamentos. Segundo Davis (2019) “O mito do estuprador negro tem sido evocado sempre que as recorrentes ondas de violência e terror contra a comunidade negra exigem justificativas convincentes” (DAVIS, 2019, p. 178).

Ainda segundo a autora, dadas as circunstâncias, as mulheres negras não participaram do movimento antiestupro, pelas razões e preocupações específicas da visão das mulheres brancas que não viam o racismo engendrado no mito do homem negro estuprador e evocava a figura de homens negros como pessoas que possuíam impulsos animais, tais impulsos já teriam se manifestado em um cenário histórico anterior.

A construção imagética da violência é reproduzida com finalidade, é apontamento de como corpos de homens negros estão sendo representados, em 2020 o atual presidente Jair Bolsonaro sancionou a lei que cria o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crime de Estupro⁴⁶, o objetivo é ter um banco de dados de indivíduos que cometeram o crime através do depósito das características físicas, uma verdadeira tentativa de biologizar comportamentos associados a certos corpos.

⁴⁶ Resultante do Projeto de Lei (PL) 5.013/2019, autoria do deputado federal Hildo Rocha (MDB/MA).

A direção apontada por Davis (2018) reconhece os desafios, porque o cumprimento de medidas de cadastro configura o que a autora chama a atenção, o encarceramento sistemático, a “racialização do crime” (DAVIS, 2018, p.32). O comprometimento com as possibilidades que liberam o caminho inequívoca do encarceramento, institui no contexto judicial, o que a antropóloga Patrice Schuch (2008) aponta como disseminação da “justiça restaurativa” vista como integração alternativa que rompe com os moldes tradicionais punitivistas, o dispositivo considera a promoção da negociação e mediação como técnica resolutive dos conflitos. O intermédio conjuga o investimento na racionalidade de indivíduos que podem resolver conflitos, incluindo crimes graves como o estupro, convencendo “novos regimes éticos de regulação da vida”.

Para uma discussão complexa, necessariamente devemos colocar em debate outras lógicas punitivistas, manejar a punição no estrito movimento burocrático, envolve a mecânica do discurso sobre a democracia racial de que não importa a raça, o que importa é a violência. No entanto homens brancos continuam violando e sendo absolvidos em detrimento de uma população carcerária negra.

A entrelinha das esferas punitivas designa conscientemente a noção da inferioridade racial que a estrutura de justiça projeta. Os processos precisam ser ressignificados e dialógicos, a questão racial nos termos atribuídos deve ser “assumida pela sociedade brasileira como um todo” (GONZALEZ, 2020, p.310).

(...) o caso da UDESC, ele ainda é pior porque ele usou a questão da raça, dizem que a maioria das meninas que foram violentadas não eram de Florianópolis, então não tinham uma rede de apoio e também eram meninas que precisam daquelas bolsas específicas porque eram bolsistas nos programas que ele tinha. (Conversa virtual concedida em junho/2021)

Nas faces das questões raciais, a mobilização de jovens negra numa região conhecida pela população majoritariamente branca, surpreende já que o professor Ricardo afirma ter sido alvo de mulheres brancas. Mas essa coalizão reifica a identificação, Berenice é uma jovem de pele negra e Antônia é uma mulher branca, a ilustração atenta a esses momentos divergentes, não o faço para separar, mas para não tornar invisibilizados os recortes raciais reencenados no cotidiano.

Pode-se intervir que Berenice foi considerada de fácil acesso, assim como outras alunas racializadas que de alguma forma foram violadas por um professor que também é negro, o que está em confronto é o poder hierárquico que uns possuem em detrimento de outras, aqui o significado de raça e classe retrata a infeliz realidade de mulheres negras em vulnerabilidade de posição, muitas alunas são bolsistas e a permanência de muitas delas na universidade depende desses recursos.

A exibição desse cenário aciona o leque de sentidos dos corpos de jovens negras contingenciados na referida imagem da hipersexualização do corpo feminino negro e ainda a perspectiva da subordinação (PEREIRA, 2020), a corporificação construída em torno do elemento da cor (CORRÊA, 2014). Na intercorrência das políticas de gênero ao longo da história foi atravessamento substancial para entender que as estruturas patriarcais eram intrínsecas ao poder de homens sob mulheres.

A dominação masculina era o valor sistemático comum, ainda que bell hooks prosseguisse com a investigação aprofundada nos recortes raciais dominando o “patriarcado branco”, magistralmente a autora envolveu a relação do “patriarcado das plantações”, homens negros repetiam os mesmo comportamentos de dominação dos homens brancos, as mulheres negras eram tratadas de forma violenta pelo pares na mobilização estratégica que traçava a colocação dos senhores brancos na posição de educadores, o modelo opressor tinha que ser ensinado através do controle das mulheres escravizadas. “Homens como grupo, são quem mais se beneficiaram e se beneficiam do patriarcado, do pressuposto de que são superiores às mulheres e deveriam nos controlar” (HOOKS, 2020 p.13), essas são trocas que se estendem segundo a autora no processo do tornar-se homem, no arranjo familiar a causalidade da reprodução da violência por parte de homens negros.

Mas o recorte da violação no caso da UDESC, permite ainda que eu considere a tônica do “silêncio” de jovens racializadas pelo lugar da “outridade”, pela colaboração distinta do racismo cotidiano, através da “personificação dos aspectos reprimidos na sociedade branca (KILOMBA, 2020, p. 78)).

Ao mesmo tempo que proponho ultrapassar a noção, constantemente temos que fazer o retorno na história marcada e descrita pela Grada Kilomba (2020), trata-se da aproximação da fala constituída da repressão disputada pela

branquitude. Para o sujeito branco, como autora coloca, ouvir o sujeito negro implicaria reconhecimento do conhecimento desse sujeito, a negociação por permitir a fala sumariamente recebia recusas.

Podemos consolidar o entendimento que evoca, segundo a autora, a recuperação da voz. Ainda que o relato de estupro de Berenice tenha sido invalidado pelas autoridades competentes, ela encontrou a voz, e para bell hooks “Encontrar a voz é um ato de resistência” (HOOKS, 2019, p.45).

3.5 “(...) a universidade tem que rever os seus processos...”

A urgência do “rever os seus processos” nos últimos anos nos mostra alguns casos de estupro na universidade que aparecem na imprensa online, como mulher e pesquisadora, aguardo o restante do ano passar, pensando quais serão os próximos casos, vivendo no Brasil que a cada oito minutos uma menina; jovem; mulher é estuprada. Os minutos para muitas de nós é uma eternidade e desse lugar a pergunta que me ocorre é: quem de nós fará parte da estatística?

Tabela 1: Quadro demonstrativo de casos na mídia jornalística online

ANO	MANCHETE NOS PORTAIS ONLINE
	Estudante da UEFS é estuprada por calouro em festa da faculdade
2019	Vereador comenta suposto caso de estupro na Universidade Estadual de Feira de Santana
	Após sofrer estupro, estudante protesta em faculdade e é expulsa
	Estudante transexual denuncia estupro dentro da UFC
2020	Homem é acusado de estupro dentro de universidade é preso em Seropédica
	Policiais prendem homem por estupro em universidade pública no Rio
	Professor é demitido após fala sobre estupro em aula: “Relaxe e aproveite”

2021 Professor pergunta se aluna levaria lubrificante a estupro e gera revolta

Universidade demitem professor por comentário sobre estupro: “Relaxe e aproveite”

Estudante da USP denuncia tentativa de estupro durante apagão na universidade

2022

Estudantes denunciam assédio e estupro em universidade no interior de SP

Estudante de 18 anos é estuprada na UNB



Figura 5: Estudantes da UNB no protesto contra estupro na universidade. Foto: Nieva Magno Reprodução: Mídia Ninja.

Alguns dos casos acima, apresentam problemáticas de ordem prática, a falta iluminação, resultado do sucateamento do ensino público superior. Para além do aspecto material, os desafios espelham atributos educativos, o ensinamento inicial do consentimento que deve ser veemente reproduzido.

(..) vai depender muito das pessoas que estão, por isso que a gente tem que batalhar por uma mudança cultural na universidade, por isso que a gente tem que batalhar para equidade de gênero e raça na universidade, porque enquanto não tiver equidade de gênero e raça, essas coisas vão continuar acontecendo este trabalho funciona como um quebra cabeça, de diferentes peças que traduzem diversas percepções sobre os casos... (Conversa virtual concedida em junho de 2021)

A afirmação “vai depender muito das pessoas que estão” reitera a atuação das professoras, discente e aliadas/os no conjunto de esforços para que seja construído como respostas às demandas urgentes da violação do corpo no espaço da universidade. As proposições de atividades desempenham papel importante no combate dessas violações de diferentes ordens e que atingem pessoas atravessadas pelas identidades e sexualidades plurais.

Mesmo com os dilemas interno às instituições universitárias, os avanços se demonstram através de algumas iniciativas, na UFAM existe a Comissão de Combate ao Assédio Moral (CECAM) o apelo é acompanhar os casos e informar, uma das atividades consistiu na elaboração da “Cartilha sobre assédio Moral e Sexual no trabalho”. A UNICAMP possui o Serviço de Atenção à Violência Sexual (SAVS), o intuito é ter um espaço institucionalizado que ofereça serviços especializados e comprometido politicamente para que possa orientar e educar a comunidade acadêmica, a perspectiva abarca aspectos do encaminhamento seguro através do acolhimento.

O Escritório USP Mulheres em parceria com as Nações Unidas (ONU) conduz projetos representativos relacionados à equidade e combate à violência de gênero, envolvendo a comunidade geral acadêmica. A Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) discute estratégias na Comissão de Prevenção e Combate ao Assédio e Discriminação.

Na UNB, a preocupação em torno com a permanência das mulheres na universidade registrou junto à Diretoria da Diversidade (DIV) a I Conferência de Combate à violência de gênero onde foi pensado diretrizes que assegure o espaço. A Universidade Federal do Paraná (UFPR) teve suas paredes ocupadas por cartazes com os relatos das discente sobre os episódios violentos vivenciados, o projeto “Se as paredes da UFPR falassem” foi idealizado pelas estudantes da Faculdade de Direito da instituição.

Apesar do cenário assombroso que nos envolve, podemos ver a existência daquelas que voltam o seu olhar para o enfrentamento, são pessoas que investem exponencialmente, dado o contexto amplo e poroso, ações especiais à criação de ferramentas que ofereçam acolhimento. Dessas iniciativas, é possível prever a organização que cria a partir do protocolo, produção definidora para eficácia de ações concretas.

No final de 2019, durante a “Sexta do PPGAS”⁴⁷ vi minha colega do mestrado relatar para todas/os que estavam presente na reunião, incluindo o até então coordenador do programa, os assédios que vinha sofrendo de um aluno do doutorado que tinha entrado no mesmo ano que a nossa turma.

As investidas já incomodavam há algum tempo, mas um puxão de braço foi a gota d’água, as pessoas presentes ouviam o relato em silêncio e não demonstravam nenhuma expressão facial. Através da fala dela, uma outra colega pede a palavra e também relata que vinha sofrendo as mesmas investidas do tal aluno.

O acusado que se demonstra surpreso, levanta a mão e pede o direito à fala, demonstrando nervosismo, pede desculpas às minhas colegas e diz que não foi intenção incomodar. No entanto, o discurso adentra o caminho sutil de que talvez elas estivessem exagerando.

Irritada com o que tinha acabado de escutar, a minha colega sai da sala imediatamente, uma outra colega de turma sai e eu saio em seguida, quando olho para trás outras alunas haviam nos seguido. A sala do GESECS foi refúgio para as colegas que estavam visivelmente abaladas, umas sentavam nas três cadeiras que haviam e outras no chão. Na pequena sala nos escutamos e baixinho falávamos para que outras pessoas não pudessem nos ouvir, conversávamos sobre o acontecido e compartilhávamos experiências sensíveis à universidade.

⁴⁷ Reuniões que aconteciam mensalmente entre discentes e coordenação para discussão de pautas de interesse comum.

Naquele dia começamos a articular a criação de um comitê de assédio no PPGAS e as ações que poderiam ser construídas, pensando afetivamente e estrategicamente nas professoras que poderiam nos ajudar, foi um momento simbólico da angústia que persegue muitas de nós. Não é tarefa fácil, mas “Companheira me ajude que eu não posso andar só, eu sozinha ando bem, mas com você ando melhor”⁴⁸, enquanto estivermos juntas e dispostas a sair da “sala”, a estrutura do pacto de silêncio poderá ser rompida através da amplificação das nossas ações.

⁴⁸ O canto original das mulheres de Quijingue entoou muitos atos de jovens feministas pelo Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acontecimento próximo de denúncia de estupro envolvendo discentes do programa de pós-graduação no qual faço parte, explicitou a preocupação pela abordagem do tema sensível. Para retratar o cenário de violação do corpo na universidade, estrategicamente apresentei casos emblemáticos localizados em outras cidades do país, São Paulo e Santa Catarina.

Ao longo da dissertação construo o contexto retrocedente a partir do relato de Antônia e Berenice junto às narrativas sintetizadas através da interlocução com professoras que acompanharam os acontecimentos. Respectivamente, Otávio e professor Ricardo, aparecem como algozes, para tanto o intento de prevalecer o desenvolvimento êmico do confronto categórico entre vítimas e agressores abre espaço para discussão da subjetividade e resistência das pessoas envolvidas.

Observar a violência na sua descida ao ordinário (DAS, 2020) faz parte do complexo sentimento de afetação (FAVRET-SAADA, 2007), deixar levar pelo acontecimento enquadrado no mesmo entendimento de “evento” trazido por Veena Das (2020), nos envolve percorrer “caminhos outros” do processo de denúncia situado no polo dualístico entre o informal e formal.

“O SILÊNCIO” é evocado do cenário circular de violação na universidade que inicialmente identificou o pacto firmado entre pares masculinos bem localizados hierarquicamente em prol do zelo da honra institucional. No entanto, o que parecia ser reprodução das contínuas tentativas de abafamento em torno dos relatos, tangencia outros aspectos que versa no lidar com a violência sofrida. O silêncio, portanto, é parte de um processo que se inscreve na própria noção de subjetividade daquelas que tiveram seus corpos violados.

No movimento DO “PACTO DE SILÊNCIO” AOS RUÍDOS, a dinâmica descaracteriza a implicação da ausência de voz, na verdade é parte da reorientação da recuperação de si, uma vez que o corpo seja violado, as narrativas das jovens se voltam para o sentido da perda, o sentimento de luto pela própria morte simbólica. Proveniente do “trabalho do tempo” (DAS, 2020) o retorno reitera o encontro de si através da chave da comunicação, compartilhar a dor traumática com outras pessoas, exige traço de afeto e confiabilidade, desse elemento é caracterizada a relação “Compares”.

No resgate do fato, coloco a existência da relação “Altibaixo” presente na busca de professoras que possam fornecer escuta ativa, a característica atrelada muitas vezes pelo entendimento de que professoras mulheres que lecionam disciplinas nas áreas de gênero, sexualidade, direitos humanos etc. são mais sensíveis ao acolhimento e cuidado. Nesse sentido, o acolhimento e cuidado desenvolve-se no remontar do encaminhamento, assume lugar que remodela práticas sociais, encontrando uma mudança do que entendemos como denúncias e como são recebidas levando em consideração a interpessoalidade.

Assim, a compreensão do compartilhamento do trauma aciona através da fala que retira do corpo dessas jovens o veneno e o transforma, numa espécie de rito de passagem, em cura e recorre ao alinhamento de posição entre discentes e professoras ainda que exista o regime de posição de “poder”, os ruídos se desenvolvem através desses aspectos distintos ao caminho informal.

No campo do formal, a denúncia pode ou não chegar na relação “Dissimétrica”, justamente porque as etapas não são dependentes umas das outras. Na universidade são realizadas as sindicâncias, a intersubjetividade dos agentes formais e os longos processos empobrece a adesão pela formalização dos relatos, mesmo com as problemáticas apresentadas Antônia e Berenice e a discente do PPGAS/UFAM tiveram seus relatos formalizados mesmo com os percalços da legitimidade da violência em questão.

Por fim, “AS ONDAS DE PRESSÃO E OS GRITOS QUE ECOAM” demonstram o alcance da articulação coletiva diante da repercussão dos casos que adentra o virtual, ainda que nesse espaço a denúncia se dê “informalmente” e não gere dados oficiais. Não se pode ignorar que as redes sociais operam como canal acessível para muitas pessoas que sofreram algum tipo de violência na universidade, percebe-se que esse entendimento salienta a negligência institucional, permissiva ao funcionamento da circularidade da violência, que se demonstra protetora de agressores ao mesmo passo que afasta as vítimas.

Todavia, não podemos perder de vista os atravessamentos dos marcadores sociais que aciona elementos desiguais, a perspectiva afere quais sujeitos estariam em situações favoráveis ao oportunismo de práticas abusivas. Ainda é preciso mencionar de forma esperançosa o esforço coletivo de professoras, alunas e aliadas/dos na articulação de projetos que olham para o ideal de uma universidade que seja espaço seguro para pessoas que expressam

identidade e sexualidade fora dos padrões drasticamente regulados nas linhas do cisheteropatriarcado.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. **Racismo, criminalidade violenta e justiça penal: réus brancos e negros em perspectiva comparativa**. Estudos históricos, v. 9, n. 18, p. 283-300, 1996.

ALMEIDA, Heloisa Buarque de. **Violence sexuelle et de genre à l'université: du secret à la bataille pour la reconnaissance**. Sciences Humaines et Sociales, 16.2019.

ANDRADE, Tayná Boaes. **Uma análise acerca do discurso da representação do estupro coletivo na Rede Social**. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Ciências Sociais. Universidade Federal do Amazonas, Manaus. 2019.

AULTMAN, B. **Cisgender**. TSQ: Transgender Studies Quarterly, v. 1, n. 1-2, p. 61-62, 2014.

BANDEIRA, Lourdes Maria. **Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação**. Sociedade e Estado, v. 29, n. 2, p. 449-469, 2014.

_____, Lourdes Maria. **Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação**. Sociedade e Estado, v. 29, n. 2, p. 449-469, 2014.

BARRETO, Victor Hugo de Souza. **Responsabilidade, consentimento e cuidado. Ética e moral nos limites da sexualidade**. Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro), p. 194-217, 2020.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. Boitempo Editorial, 2018.

BLAY, Eva Alterman. **Violência contra a mulher: um grave problema não solucionado**. Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2010.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero. Feminismo e subversão de identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Editora Civilização Brasileira, 2019.

CAMPOS, Carmen Hein de et al. **Cultura do estupro ou cultura antiestupro?** Revista Direito GV, [S.1], v. 13, n.3, p. 981 -1006, jan. 2018. ISSN 2317-6172. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/revdireitogv/article/view/73339/70474>.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O Trabalho do Antropólogo**. 3a ed. São Paulo: UNESP, 2006.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 49-58, 2003.

CARRARA, Sérgio. **Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo**. Mana, v. 21, p. 323-345, 2015.

CHAUÍ, Marilena. **Contra a violência**. São Paulo, 2007.

COLLINS, Patricia Hill. **Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória**. Parágrafo, v. 5, n. 1, p. 6-17, 2017.

_____, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Boitempo Editorial, 2021.

CONNELL, Raewyn. **Gender and power: Society, the person and sexual politics**. John Wiley & Sons, 2013.

_____, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. **Masculinidade hegemônica: repensando o conceito**. Revista Estudos Feministas, v. 21, p. 241-282, 2013.

CORRÊA, M. **Sobre a invenção da mulata**. Cadernos Pagu, [S. l.], n. 6/7, p. 35-50, 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1860>.

COSTA, Claudia de Lima. **O sujeito no feminismo: revisitando os debates**. cadernos pagu, n. 19, p. 59-90, 2002.

COSTA, Suely Gomes. **Movimentos feministas, feminismos**. Revista Estudos Feministas, v. 12, n. SPE, p. 23-36, 2004.

CRENSHAW, Kimberlé Williams; BONIS, Oristelle. **Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color**. Cahiers du Genre, v. 39, n. 2, p. 51-82, 2005.

_____, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Revista estudos feministas, v. 10, p. 171-188, 2002.

CRUZ, Elizabete Franco et al. **Don't stay silent: network of female professors against gender violence at University of São Paulo (USP)**. Annu Rev Clin Psychol, v. 15, p. 223-245, 2018.

CUNHA, Flavia Melo da. **"Delicta factis permanentis: marcas de um crime invisível"**. 2008. 255 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) –

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2008.

_____. **Não é fumaça, é fogo! Cruzada antigênero e resistências feministas no Brasil.** Revista Estudos Feministas, v. 28, 2020.

DA SILVA, Cristina Dias. **A escuta participante e a noção de imponderável revisitada.** Teoria e Cultura, v. 15, n. 1, 2020.

DAS, Veena. **Fronteira, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, jun. 1999, vol. 14, nº 40, p. 31-42.

_____, Veena. **The act of witnessing: violence, poisonous knowledge and subjectivity.** Cadernos Pagu, p. 9-41, 2011.

_____, Veena. **Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário.** Editora Unifesp, 2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

_____, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?.** Editora Bertrand Brasil, 2018.

DE LIMA BONETTI, Alinne. **Etnografia, gênero e poder: Antropologia feminista em ação.** Mediações-Revista de Ciências Sociais, v. 14, n. 2, p. 105-122, 2009.

DE OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever.** Revista de antropologia, p. 13-37, 1996.

DE SOUZA, Carla Cristina. **Corpos"(i) legítimos": a passabilidade como trânsito e reconhecimento.** Revista Artemis, v. 25, n. 1, p. 324-329, 2018.

DEBERT, G.G. GREGORI, M.F. **Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.23, n.66, p.165-211, 2008.

ENNE, Ana Lúcia; VIANNA, Adriana RB; CARRARA, Sérgio. **Entre o crime e a conciliação: a violência contra a mulher na justiça do Rio de Janeiro.** 2011.

ESCOBAR, Arturo. **"Bem-vindos à Cyberia: notas para uma antropologia da cibercultura"**.In Jean Segata, Theophilos Rifiotis (ed). Políticas etnográficas no campo da cibercultura. Brasília: ABA Publicações, 2016, p. 21-66.

FACCHINI, Regina; FERREIRA, Carolina Branco de Castro. **Feminismos e violência de gênero no Brasil: apontamentos para o debate.** Cienc. Cult., vol. 68, no 3, São Paulo, 2016, pp.04-05.

FAVRET-SAADA, Jeanne. **Ser afetado.** Cadernos de Campo, v. 13, n. 13, p. 155-161, 2005.

FEMENÍAS, María Luisa. **Esbozo de un feminismo latinoamericano**. Revista Estudos Feministas, v. 15, n. 1, p. 11-25, 2007.

FERNANDES, Camila; RANGEL, Everton; DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira; ZAMPIROLI, Oswaldo (org.). **As porosidades do consentimento: pensando afetos e relações de intimidade. Latinoamericana**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 35, p. 165-193, ago. 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad>.

FERNANDES, F. B. M.; TORRES, I. L. de S.; SILVA, S. M. da; COSTA, P. R. S. M.; NASCIMENTO, M. M. **O Estuprador é Você!**. Cadernos de Gênero e Diversidade, [S. l.], v. 5, n. 3, p. 3–6, 2019. DOI: 10.9771/cgd.v5i3.34997.

FERREIRA, Carolina Branco de Castro. **Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo**. cadernos pagu, n. 44, p. 199-228, 2015.

FERREIRA, Gleidiane de S. **Feminism and social networks in March of Bitches in Brazil/Feminismo e redes sociais na Marcha das Vadias no Brasil**. Revista Ártemis, v. 15, p. 33-44, 2013.

FISCHER, Michel. **Futuros antropológicos: redefinindo a cultura na época tecnológica**. Rio de Janeiro: Zahar (Prólogo, cap 1 e 5). 2011.

FONSECA, Cláudia. **Cavalo amarrado também pasta**. 2012.

_____, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. **História das mulheres no Brasil**, v. 10, p. 510-553, 1997.

FOUCAUL, Michel. **O sujeito e o poder**. Dreyfus, H.; Rabinow, P. Michel Foucault, uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 231-249, 1995.

_____, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

_____, M. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2001b.

FRACOLLI, Lislaine Aparecida; ZOBOLI, Elma Lourdes Campos Pavone. **Descrição e análise do acolhimento: uma contribuição para o programa de saúde da família**. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 38, p. 143-151, 2004.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 13. reimpr. Rio de Janeiro: LTC, v. 4, 2008.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista.** 2012.

_____, Maria Filomena. **Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista.** 2012.

_____, Maria Filomena. **Práticas eróticas e limites da sexualidade: contribuições de estudos recentes.** Cadernos Pagu (42), jan-jun de 2014, pp.47-74.

_____, Maria Filomena. **Prazer e perigo: notas sobre feminismo, sex-shops e S/M.** Quaderns-e de l'Institut Català d'Antropologia, 2004.

GROSSI, Miriam Pillar. **A Revista Estudos Feministas faz 10 anos: uma breve história do feminismo no Brasil.** Revista Estudos Feministas, v. 12, n. SPE, p. 211-221, 2004.

_____, Miriam Pillar. **Identidade de Gênero e Sexualidade.** Antropologia em Primeira Mão, n.24, PPGAS/UFSC, Florianópolis,1998 (revisado em 2010) http://www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br/pdf/identidade_gênero_revisado.pdf.

_____, Miriam. **Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal.** 2012.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue. **Antropologia do ciborgue.** Belo Horizonte: Autêntica, p. 33-118, 2000.

HENNING, Carlos Eduardo. **Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença.** MEDIAÇÕES, LONDRINA, V. 20 N. 2, P. 97 -128, 2015. Acesso em: <http://www.uel.br/revista/uel/index.php/mediacoes/article/view/22900/pdf%27>.

HERMAN, Elisa. **Féminisme, travail social et politique publique. Lutter contre les violences conjugales.** 2012. Tese de Doutorado. EHESS.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

IZUMINO, Wânia Pasinato. **Justiça para todos: os Juizados Especiais Criminais e a violência de gênero.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano.** Editora Cobogó, 2020.

KRAKAUER, Jon. **Missoula: O estupro e o sistema judicial em uma cidade universitária.** Editora Companhia das Letras, 2016.

LATOURE, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator rede**. Salvador: Ed.UFBA, 2012.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento Selvagem**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1989.

LÉVY, P. **Cibercultura**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

LEWGOY, Bernardo. **A invenção da (ciber) cultura. Virtualização, aura e práticas etnográficas pós-tradicionais no ciberespaço**. Civitas-Revista de Ciências Sociais, v. 9, n. 2, p. 185-196, 2009.

LINS, Beatriz Accioly. **A lei nas entrelinhas: a Lei Maria da Penha e o trabalho policial em duas Delegacias de Defesa da Mulher de São Paulo**. 174 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

LINS, Beatriz Accioly; PARREIRAS, Carolina; DE FREITAS, Eliane Tânia. **Estratégias para pensar o digital**. Cadernos de Campo (São Paulo-1991), v. 29, n. 2, p. e181821-e181821, 2020.

LOPES, Paulo Victor Leite. Homens Autores de Violência Doméstica: relações de gênero, formas cotidianas de governo e processos de formação de Estado. **Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social**, 2016.

LOWENKRON, Laura. **Consentimento e vulnerabilidade: alguns cruzamentos entre o abuso sexual infantil e o tráfico de pessoas para fim de exploração sexual**. cadernos pagu, p. 225-258, 2015.

MACHADO, Lia Z. **Feminismo em movimento**. São Paulo: Francis, 2010.

_____. **Masculinidade, sexualidade e estupro: as construções da virilidade**. cadernos pagu, n. 11, p. 231-273, 1998. Mão, n. 24, PPGAS/UFSC, Florianópolis, 1998 (revisado em 2010). http://www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br/pdf/identidade_genero_revisado.pdf

_____. **Sexo, estupro e purificação**. In: Suárez M, Bandeira L, organizadores. Violência, gênero e crime no Distrito Federal. Brasília: Paralelo 15/Editora UnB; 1999. p. 297-352.

MALINOWSKI, Bronislaw. 1984. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril.

MÁXIMO, Maria Elisa. **O eu encena, o eu em rede: um estudo etnográfico nos blogs**. Civitas-Revista de Ciências Sociais, v. 7, n. 2, p. 25-47, 2007.

Mead, M. (1969). **Sexo e Temperamento**. (R.Krausz, Trad.). São Paulo: Perspectiva.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. **Cultura e política: A experiência dos coletivos de cultura no movimento estudantil.** Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 81, p. 179-207, 2008.

MORENO, Eva. **Estupro em campo: Reflexões de uma* sobrevivente.** Cadernos de Campo (São Paulo 1991), v. 26, n. 1, p. 235-265, 2017.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo.** Editora Jandaíra, 2021.

Neves, Sofia, & Conceição Nogueira. **Metodologias feministas: a reflexividade ao serviço da investigação nas ciências sociais.** *Psicologia: reflexão e crítica* 18.3 (2005): 408-412.

Nicholas Barron, “**Mohawk Interruptus’ by Audra Simpson,**” *History of Anthropology Newsletter* 41 (2017): <https://histanthro.org/reviews/mohawk-interruptus/>.

ORTNER, Sherry B. **Specifying agency the comaroffs and their critics.** *Interventions*, v. 3, n. 1, p. 76-84, 2001.

_____, Sherry B. **Subjetividade e crítica cultural.** *Horizontes antropológicos*, v. 13, n. 28, p. 375-405, 2007.

_____, Sherry B. **Subjetividade e crítica cultural.** *Horizontes antropológicos*, v. 13, p. 375-405, 2007.

PATEMAN, Carole. **Women and consent.** *Political theory*, v. 8, n. 2, p. 149-168, 1980.

PEIRANO, Mariza. **O dito e o feito.** Ensaios de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. **Dengos e zangas das mulheres-moringa: vivências afetivo-sexuais de mulheres negras.** *Latin America Research Commons*, 2020.

PISCITELLI, Adriana. “**Recriando a Categoria Mulher.** In: L. M. Algranti (org.) *A Prática Feminista e o Conceito de Gênero.* Textos Didáticos, n. 48, 2002.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala.** Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

RIFIOTIS, T. **Antropologia do ciberespaço. Questões teórico-metodológicas sobre pesquisa de campo e modelos de sociabilidade.** *Antropologia em Primeira Mão*, PPGAS/UFSC, Florianópolis, v. 51, 2002.

_____. **Etnografia no Ciberespaço como “repovoamento” e explicação.** *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 31, nº90, 2016.

ROTTENBERG, Catherine. **Passing: Race, Identification, and Desire. Criticism**, v. 45, n. 4, p. 435-452, 2004.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo**. Recife: SOS Corpo, 1993.

RUIZ, Jorge. **Análisis sociológico del discurso: métodos y lógicas**. In: Forum: Qualitative social research. 2009. p. 1-32.

SAFFIOTI, Heleieth IB. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. Cadernos pagu, n. 16, p. 115-136, 2001.

SARTI, Cynthia Andersen. **O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória**. Revista Estudos Feministas, v. 12, n. 2, p. 35-50, 2004.

SCHUCH, Patrice. **Tecnologias da não-violência e modernização da justiça no Brasil: o caso da justiça restaurativa**. Civitas-Revista de Ciências Sociais, v. 8, n. 3, p. 498-520, 2008.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & realidade, v. 20, n. 2, 1995.

SEGATA, Jean. **Entre sujeitos: o ciberespaço e o ANT**. In: Anais II Simpósio Nacional de Pesquisadores em Ciberultura, São Paulo, 2008.

SOUZA, Rizonete Gomes. **De pesquisadora a sujeito da pesquisa: como ser uma sem ser outra**. Monografia (Graduação em Antropologia) – Universidade Federal do Amazonas, 2014.

STRATHERN, Marilyn. **Cortando a rede**. Ponto Urbe. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP, n. 8, 2011.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento, família e políticas públicas: em cena a organização social do cuidado**. Serviço Social & Sociedade, p. 135-154, 2020.

TOMAZETTI, Tainan Pauli; BRIGNOL, Liliane Dutra. **A Marcha das Vadias e o fenômeno do feminismo comunicacional: usos sociais do Facebook na construção de políticas de identidade de gênero na sociedade em rede**. Revista de Estudios para el Desarrollo Social de la Comunicación, n. 11, p. 26, 2015.

VALE DE ALMEIDA, M. **Gênero, masculinidade e poder: Revendo um caso do sul de Portugal**. Anuário Antropológico, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 161–189, 2018. Disponível em: <https://www.periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6602>.

VAN DIJCK, José; POELL, Thomas; WALL, Martijn. (2018). **The platform society: public values in a connectie world**. Londres: Oxford Press. doi: 10.1093/oso/9780190889760.001.0001.

VARGAS, Joana Domingues. **O fluxo do Sistema de Justiça Criminal para crimes sexuais: a fase policial**. Campinas, 1997. (Dissertação em Antropologia) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo/SP, 1997.

VIGARELLO, Georges. **História do estupro: violência sexual nos séculos XVI-XVV**. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 1998.

VINUTO, J. **A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto**. Tematicas, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014. DOI: 10.20396/tematicas.v22i44.10977. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>.

WINKLER, Cathy. **Rape as social murder**. Anthropology today, p. 12-14, 1991.

ZIRBEL, Ilze. **Uma teoria político-feminista do cuidado**. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Florianópolis, 2016.

NOTÍCIAS EM MÍDIA DIGITAL

ALVES, Schirlei. 2022. Disponível em: [MP pede perda de função de professor da Udesc acusado de assédio por alunas | Portal Catarinas](#). Acesso em: 16/02/2022.

ALVES, Schirlei. 2022. Disponível em: [Professor da Udesc é demitido por improbidade e assédio sexual | Portal Catarinas](#). Acesso em: 16/02/2022.

CASTRO, Mariangela. 2019. Disponível em: [Acusado de 6 estupros durante a graduação, ex-aluno é médico em Pernambuco – Jornal do Campus \(usp.br\)](#). Acesso em: 16/03/2021.

CAVALCANTE, Luciana. 2021. [Professor pergunta se aluna levaria lubrificante a estupro, no PA \(uol.com.br\)](#). Acesso em: 09/08/2022.

CONSTANTI, Giovana. 2018. Disponível em: ['Há um pacto de silêncio': casos de estupro na USP são subestimados - CartaCapital](#). Acesso em: 05/03/2019.

DA UNIVERSA.2019. [Após sofrer estupro, estudante protesta em faculdade e é expulsa - 07/05/2019 - UOL Universa](#) Acesso em: 20/07/2022.

JORNAL DESTAQUE BAIXADA. 2020. [Jornal Destaque Baixada: Homem acusado de estupro dentro de universidade é preso em Seropédica](#). Acesso em: 09/08/2022.

JORNAL GRANDE BAHIA.2019. [Vereador comenta suposto caso de estupro na Universidade Estadual de Feira de Santana - Jornal Grande Bahia \(JGB\)](#). Acesso em: 20/07/2022.

KRUSTI, Ricardo. 2021. [Universidades demitem professor por comentário sobre estupro: “Relaxe e aproveite” | Juristas](#). Acesso em: 03/08/2022.

MARTINS, Thais. 2022. [Estudante de 18 anos é estuprada na UnB, no câmpus da Asa Norte \(correiobrasiliense.com.br\)](#). Acesso em: 03/08/2022.

O DIA. 2020. [Policiais prendem homem por estupro em universidade pública do Rio MH - Polícia \(meiahora.com.br\)](#) Acesso em: 20/07/2022.

REBELO, Juliana & GUIMARÃES, Paula. 2021. Disponível em: [Professor da UDESC é condenado a pena máxima em processo que envolve 8 alunas | Portal Catarinas](#). Acesso em: 30/06/2021

SILVA. Gleisom. 2019. [Estudante transexual denuncia estupro dentro da UFC | Plantão Barro \(plantaobarro.com.br\)](#). Acesso em: 20/07/2022.

ZULIM, Giovanna & GREGÓRIO, Juliana. 2022. [Estudantes denunciam assédio e estupro em universidades do interior de SP - A Verdade](#). Acesso em: 03/08/2022.

Anexo I – EIXOS TEMÁTICO PARA CONVERSA VIRTUAL

- Apresentação
 - Violência na universidade para além dos corredores:
 - Como se dá o processo de tornar os casos de violência na USP/UEDESC audíveis?
- Na fala da profa. Heloísa Buarque a tônica das iniciativas denunciante parte das discentes que encontram na professora uma figura de acolhimento.
- A percepção do corpo docente sobre esses relatos?
 - O esforço e articulação do movimento estudantil.
 - Violência contextual e relacional, depende do reconhecimento. O estupro e as relações de poder.
 - Categorias de subordinação para pensar a funcionalidade da dominação.
 - A direção da violência para diferentes corpos.
 - Relatos x Denúncia:
 - Como a universidade está lidando com essa denúncia? (papeis burocráticos a quem interessa?).
 - Fluxo de encaminhamento, a trajetória da denúncia de violência de gênero na universidade.
 - Estruturação de caminhos legais, a competência depende de uma gravidade?
 - O itinerário do denunciado.
 - Ações acusatórias:
 - É preciso superar/ressignificar a lógica punitivista?
 - Quais as vias e abordagem possíveis de acompanhamento?
 - Projetos de ações afirmativas contra violência de gênero no âmbito acadêmico:
 - Espaços de acolhimento.
 - As resoluções (ou a falta delas) durante os processos denunciatório.
 - Orientação para comunidade acadêmica, a eficácia de agentes ocultos (palestras, panfletos, redes sociais...).
 - A sensibilização do coletivo.